



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

JOÃO GUILHERME DE ANDRADE

“O DE CIMA SOBE E O DE BAIXO DESCE”: informalidade, desemprego e
pobreza na cidade do Recife em tempos de pandemia e crise do capital

RECIFE-PE
2023

JOÃO GUILHERME DE ANDRADE

“O DE CIMA SOBE E O DE BAIXO DESCE”: informalidade, desemprego e pobreza na cidade do Recife em tempos de pandemia e crise do capital

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como requisito final para obtenção do título de bacharel de Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Juliane Feix Peruzzo

RECIFE-PE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do
SIB/UFPE

Andrade, João Guilherme de .

O DE CIMA SOBE E O DE BAIXO DESCE / João Guilherme de Andrade.
- Recife, 2023.

96, tab.

Orientador(a): Juliane Feix Peruzzo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social -
Bacharelado, 2023.

1. Informalidade. 2. Desemprego . 3. Pobreza . 4. Recife . 5. Pandemia. I.
Peruzzo, Juliane Feix . (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

JOÃO GUILHERME DE ANDRADE

“O DE CIMA SOBE E O DE BAIXO DESCE”: informalidade, desemprego e pobreza na cidade do Recife em tempos de pandemia e crise do capital

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como requisito final para obtenção do título de bacharel de Serviço Social.

Aprovado em: 11/05/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Juliane Feix Peruzzo (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Ângela Santana do Amaral (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Àquela que é meu porto seguro, força e refúgio: Maria Santíssima. Ela esteve comigo em todos os momentos, com o seu amor maternal. *Totus tuus*, querida Mãe!

Aos meus pais, Adilson e Elisângela, que nunca mediram esforços para conceder a mim e ao meu irmão, Pedro, os ensinamentos de fraternidade, solidariedade, força e perseverança. A vocês, incansáveis motivadores na realização dos meus sonhos, devo todas as minhas conquistas. Amo vocês!

Às professoras e professores da graduação que, ao longo desses anos e principalmente no período pandêmico, incansavelmente buscaram nos transmitir uma formação crítica alicerçada no nosso projeto ético-político. Em especial, agradeço às professoras Vivian Matias, pelo acolhimento no Hypatia no primeiro ano da graduação, e Ângela Amaral, pelo acolhimento no GET junto à professora Juliane Peruzzo. Obrigado!

À minha querida orientadora Professora Juliane Peruzzo, professora incrível que, com suas aulas e orientações, imprimiu em mim a incessante busca pelo conhecimento, pelo estudo, pela pesquisa e pela dedicação à profissão. À tão estimada professora, devo o amor que tenho ao Serviço Social. Muito obrigado pelas orientações, pelos “banhos de água fria”, pelas ponderações e pelas aulas em cada encontro.

Às colegas, amigas de classe e futuras companheiras de profissão, Layza, Luciene e Mandy. Estar com elas tornou o processo árduo e difícil mais leve e prazeroso. Obrigado, amigas!

Aos queridos amigos Victor, Halana, e a todos os meus grandes amigos, por sempre estarem comigo, por me apoiarem e me encorajarem. Amo vocês.

Em suma, agradeço infinitamente a todas e todos que contribuíram na minha graduação, para minha perseverança diante das dificuldades e na realização desta monografia.

“A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem suporte grilhões desprovidos de fantasias ou consolo, mas para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche.” (MARX, 2013, p. 152).

RESUMO

Esta monografia objetiva discutir o trabalho informal, o desemprego, a pobreza e as políticas sociais no âmbito do trabalho e assistência na cidade do Recife no contexto da pandemia do covid-19. Para tanto, a metodologia utilizada parte de uma pesquisa qualitativa e quantitativa de caráter exploratório, de natureza documental e bibliográfica visando compreender as categorias que cercam o trabalho e a crise capitalista na contemporaneidade. A partir da crítica da economia política, sob o método do materialismo histórico-dialético, afirmamos que a crise social e sanitária que eclodiu com a pandemia em 2020 não é resultado natural ou circunstancial, mas é produto das relações capitalistas na atual fase de acumulação flexível. Frente às condições e relações de precarização do trabalho, a informalidade torna-se regra do mercado trabalho, em contraste ao trabalho formal e protegido, e o seu atrelamento ao crescimento do desemprego e à crescente pobreza é produto do movimento de acumulação e das transformações contemporâneas a partir da reestruturação produtiva e da ofensiva neoliberal. Tais fenômenos, que possuem traços históricos inerentes à formação da ordem burguesa no Recife, revelaram as particularidades do cenário contemporâneo de desproteção e precarização do trabalho. O Estado neoliberal respondeu às demandas postas pela pandemia no âmbito da focalização e da emergência, na contramão de políticas sociais universais e permanentes.

Palavras-chave: Informalidade; Desemprego; Pobreza; Recife; Pandemia; Crise.

RESUMEN

Esta monografía tiene como objetivo discutir el trabajo informal, el desempleo, la pobreza y las políticas sociales en el ámbito del trabajo y asistencia en la ciudad del Recife en el contexto de la pandemia del covid-19. Por lo tanto, la metodología utilizada parte de una investigación cualitativa y cuantitativa de carácter exploratorio, de naturaleza documental y bibliográfica, destinado a deducir las categorías que rodean el trabajo y la crisis capitalista en la contemporaneidad. A partir de la crítica de la economía política, bajo el método del materialismo histórico- dialéctico, comprendemos que la crisis social y sanitaria, que estalló con la pandemia en el año de 2020, no es resultado natural o circunstancial, sino producto de las relaciones capitalistas en la actual fase de la acumulación flexible. Delante las condiciones y relaciones de precarización del trabajo, la informalidad se convierte en regla del mercado de trabajo en contraste al servicio formal y protegido, además su tirón al crecimiento del desempleo y la creciente pobreza es producto del movimiento de acumulación más de las transformaciones contemporáneas a partir de la reestructuración productiva y, también, de la ofensiva neoliberal. Tales fenómenos que cuentan con los rasgos históricos inherentes la formación de la orden burguesa en el Recife han revelado las particularidades del escenario contemporáneo de desprotección y, en consecuencia, precarización del trabajo. Por fin, el Estado neoliberal respondió las demandas puestas por la pandemia, en el ámbito del enfoque y de la emergencia, en contraposición de políticas sociales universales y permanentes.

Palabras clave: Informalidad; Desempleo; Pobreza; Recife; Pandemia; Crisis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Desemprego e Trabalhadores por conta própria entre 1991 e 1999 (em milhões)	22
Gráfico 2 –	Extrema Pobreza e Pobreza entre 1991 e 1999 (em milhões)	23
Gráfico 3 –	Desemprego e Trabalhadores por conta própria entre 2000 e 2008 (em milhões)	24
Gráfico 4 –	Extrema Pobreza e Pobreza entre 2000 e 2008 (em milhões)	26
Gráfico 5 –	Emprego nos serviços e na indústria entre 2000 e 2008 (em milhões)	27
Gráfico 6 –	Desemprego e Trabalhadores por conta própria entre 2009 e 2019 (em milhões)	28
Gráfico 7 –	Extrema Pobreza e Pobreza entre 2009 e 2019 (em milhões)	30
Gráfico 8 –	Emprego nos serviços e na indústria entre 2009 e 2019 (em milhões)	31
Gráfico 9 –	Desempregados entre 2019 e 2022 (em milhões)	34
Gráfico 10 –	Pobreza entre 2019 e 2022 (em milhões)	34
Gráfico 11 –	Extrema Pobreza e Pobreza no Brasil entre 2004 e 2014 (em %)	41
Gráfico 12 –	Extrema Pobreza e Pobreza no Brasil entre 1990 e 2003 (em milhões)	42
Gráfico 13 –	Desocupação e Grau de Informalidade no Brasil entre 2004 e 2015 (em %)	45
Gráfico 14 –	Extrema Pobreza e Pobreza no Brasil entre 2004 e 2014 (em milhões)	45
Gráfico 15 –	Informalidade e desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade no Brasil entre o 4º trimestre de 2015 e o 3º trimestre de 2019 (em %)	48
Gráfico 16 –	Extrema Pobreza e Pobreza no Brasil entre 2004 e 2014 (em %)	49

Gráfico 17 –	Desocupação, Subutilização da força de trabalho e Informalidade das pessoas de 14 anos ou mais de idade no Brasil entre o 1º trimestre de 2017 e o 4º trimestre de 2022 (em %)	52
Gráfico 18 –	Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil entre 2012 e 2021	53
Gráfico 19 –	Valor Disponibilizado (R\$) para o Auxílio Emergencial de abril de 2020 a dezembro de 2022 (em bilhões)	58
Gráfico 20 –	População desocupada na Região Metropolitana do Recife e Pernambuco entre 1992 e 2003 (em pessoas)	63
Gráfico 21 –	Taxa de Informalidade na Região Metropolitana do Recife e Pernambuco entre 1993 e 2003 (em %)	64
Gráfico 22 –	Domicílios pobres e extremamente pobres em Pernambuco entre 1992 e 2003 (em %)	65
Gráfico 23 –	População desocupada na Região Metropolitana do Recife e Pernambuco entre 2004 e 2014 (em pessoas)	66
Gráfico 24 –	Taxa de Informalidade na Região Metropolitana do Recife e Pernambuco entre 2004 e 2014 (em %)	66
Gráfico 25 –	Domicílios pobres e extremamente pobres em Pernambuco entre 2004 e 2014 (em %)	67
Gráfico 26 –	Desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade em Recife entre o 1º trimestre de 2014 e o 3º trimestre de 2019 (em %)	69
Gráfico 27 –	Informalidade em Pernambuco entre o 1º trimestre de 2016 e o 3º trimestre de 2019 (em %)	69
Gráfico 28 –	Índice de Desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade e Informalidade em Recife e Pernambuco entre o 3º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2022 (em %)	71
Gráfico 29 –	Taxa estimada da população pernambucana em situação de extrema pobreza inseridas no Cadastro Único entre 2014 e 2022 (em %)	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Santo André, São Bernardo e São Caetano (cidades de São Paulo)
AME	Auxílio Municipal Emergencial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único dos Programas Sociais
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COVID-19	<i>Coronavirus Disease</i> 2019
EC	Emenda Constitucional
EUA	Estados Unidos da América
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Travestis
MEI	Microempreendedor Individual
MP	Medida Provisória
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
OXFAM	<i>Oxford Committee for Famine Reliefe</i>
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPC	Poder de Paridade de Compra
RMR	Região Metropolitana do Recife
SDSCJ	Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude de Pernambuco
SEASS	Secretaria Executiva de Assistência Social de Pernambuco
SEMPRE	Secretária Executiva de Micro e Pequena Empresa e Empreendedorismo de Pernambuco

SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância
WESO	<i>World Employment and Social Outlook</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	CRISE E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NO CONTEXTO DA PANDEMIA.....	16
2.1	Crise e Acumulação Capitalista - um breve debate teórico....	16
2.2	Capitalismo contemporâneo e o trabalho desprotegido: desemprego, informalidade e pobreza.....	20
2.3	Desemprego, informalidade e pobreza no contexto da Pandemia	32
3	CRISE SOCIAL E SANITÁRIA NO BRASIL: DESEMPREGO, INFORMALIDADE, E POBREZA.....	38
3.1	Brasil e as Contrarreformas.....	38
3.2	As respostas do Estado Brasileiro na pandemia do COVID-19.....	51
		
4	TRABALHO E PANDEMIA NA CIDADE DO RECIFE: INFORMALIDADE, DESEMPREGO E POBREZA.....	60
4.1	Trabalho e Pobreza na capital Pernambucana: do século XX à contemporaneidade.....	60
4.2	Pandemia em Recife e os programas emergenciais: do Direito à assistência social ao retorno da filantropia.....	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
	REFERÊNCIAS.....	85

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como tema a informalidade, o desemprego e a pobreza na cidade do Recife e as respostas do Estado no contexto da pandemia do Covid-19. Buscamos realizar estas reflexões tendo por centralidade os estudos e os debates sobre as transformações do mundo do trabalho na dinâmica do capitalismo contemporâneo.

A aproximação com o tema se deu a partir dos estudos ao longo da graduação e da experiência no estágio curricular na Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas (SDSDHJPD) da Prefeitura da Cidade do Recife no primeiro semestre de 2022 - terceiro ano da pandemia do Covid-19. Em nossa experiência de estágio, que ficou particularizada em responder aos agravos sociais causados pela crise sanitária, através da distribuição de cestas básicas e mapeamento das necessidades sociais das famílias, foi possível observar as condições de vida e trabalho da população em Recife. O desemprego, o trabalho informal e a pobreza foram a tônica das nossas observações.

Obviamente que as condições sociais, agudizadas em 2020, já estavam postas no cenário contemporâneo e em Recife. No entanto, em um cenário de crise sanitária e de ofensiva ultraneoliberal e conservadora do governo Federal e com as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora no Recife, passamos a indagar: como o desemprego, a pobreza e a informalidade se configuraram no contexto da pandemia do Covid-19 e quais as respostas do estado no seu enfrentamento?

Objetivamos discutir o trabalho informal, o desemprego, a pobreza e as respostas do Estado, especialmente através das políticas sociais de trabalho e assistência social, no contexto da pandemia do covid-19. Para tal, buscamos: - mapear e sistematizar dados e indicadores sobre o mercado de trabalho e a pobreza no Brasil e Recife nas últimas décadas, destacando a informalidade, o desemprego e a pobreza no período de 2020 a 2022; - compreender as configurações e as particularidades da formação sócio-histórica da cidade do Recife e seus rebatimentos no mercado de trabalho recifense na contemporaneidade e refletir criticamente as respostas do Estado no âmbito das políticas de assistência em Recife na crise sanitária do Covid-19.

Entendemos ser de fundamental importância, para que seja garantido a hegemonia do projeto ético político do Serviço Social a atualização dos debates teóricos e a apropriação de dados que revelem as particularidades do processo de precarização, informalidade e desemprego, pois somente desta forma será possível desnudar as relações de produção e reprodução da sociedade capitalista deste século e, construir respostas voltadas a emancipação da classe trabalhadora.

Assim, as reflexões dos fenômenos em tela, estudar a realidade recifense consiste em inseri-la na totalidade das relações capitalistas do Brasil e deste na divisão internacional do trabalho, onde apenas a via do materialismo histórico e dialético poderá fornecer uma análise crítica e concreta da totalidade, do seu desenvolvimento e de suas tendências. (ENGELS, 2015).

No que se refere ao percurso metodológico tratou-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa de caráter exploratório, de natureza documental e bibliográfica. No que diz respeito a pesquisa documental, trabalhamos com bancos de dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pela Oxfam, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A pesquisa bibliográfica recorreu às produções, estudos e críticas de diferentes autores e autoras do Serviço Social e fora dele. Além disso, utilizamos o Diário de Campo e o Relatório Final construído no estágio curricular em Serviço Social.

A exposição das nossas reflexões está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo “Crise e capitalismo contemporâneo no contexto da pandemia” apresentamos um breve debate teórico sobre o movimento das crises no modo de produção capitalista a partir da lei geral de acumulação, posteriormente explanamos a crise contemporânea, principalmente a partir das transformações engendradas com a virada do século XXI e com a crise de 2008, e finalizamos refletindo sobre o desemprego, a informalidade e a pobreza no contexto da pandemia em nível mundial.

Em nosso segundo capítulo “Crise social e sanitária no Brasil: desemprego, informalidade e pobreza” debatemos sobre as contrarreformas no Brasil e o Estado sob a ofensiva neoliberal a partir da década de 1990 e a intensificação dos desmontes das políticas sociais e trabalhistas com o Golpe de 2016. Em seguida,

expomos as respostas do Estado brasileiro na pandemia do Covid-19, já sob a ofensiva ultraneoliberal e conservadora.

O terceiro capítulo “Trabalho e pandemia na Cidade do Recife: informalidade, desemprego e pobreza” visou adentrar nas reflexões sobre a formação social do Recife, situando o Nordeste na divisão regional do trabalho, para resgatar as raízes do trabalho informal, do desemprego e da pobreza na cidade. Assim, buscamos refletir sobre tais fenômenos no contexto da crise social e sanitária e as respostas do Estado e do município no âmbito das políticas sociais.

Em suma, em nossas considerações finais, ponderamos que na cidade do Recife, sob o avanço das contrarreformas no cenário brasileiro e sob a hegemonia do capital financeiro, o contexto da pandemia desvelou os processos de precarização do trabalho: os trabalhadores tornaram-se mais informais, o desemprego se alastrou e a extrema pobreza avançou sobre os trabalhadores. As respostas estatais, atreladas à conjuntura de ofensiva ultraneoliberal, estavam delimitadas no âmbito emergencial, focalizado e até filantrópico. Observou-se que a informalidade é parte do desenvolvimento capitalista na periferia enquanto mecanismo de manutenção da exploração do capitalismo flexível e financeiro no Nordeste, marcado historicamente pela desigualdade, pela pauperização e pelo crescente desemprego.

2 CRISE E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

2.1 Crise e Acumulação Capitalista – um breve debate teórico

A história do desenvolvimento do modo de produção capitalista é marcada por uma sucessão de crises que possuem determinantes gerais, universais e intrínsecos à ordem burguesa, e históricos - padrões de acumulação particulares a cada momento histórico. (FILGUEIRAS, 2010). Conforme apontam Netto e Braz (2012), a crítica da economia política atesta que as crises do capitalismo não são acidentais ou externas ao sistema, mas são expressões concretas das contradições do modo de produção capitalista, logo, as relações de produção em que se move a ordem burguesa são constitutivas de crises incontornáveis e inevitáveis.

“A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção.” (MARX, 2017a, p. 695). A crise do capital é determinada pela lei do mais-valor e, por ser um fenômeno cíclico, evidencia dialeticamente a natureza contraditória do movimento do capital. São nas suas crises em que o próprio sistema se reestrutura e procura mecanismos de manutenção da ordem capitalista a depender da fase histórica e de determinantes particulares a cada crise, como a reinvenção da intervenção estatal, o grau da exploração da força de trabalho e o barateamento dos elementos do capital constante. (FILGUEIRAS, 2010).

Ora, Marx (2017a), acentuando que não existe modo de produção de capitalista sem acumulação, explana que o movimento do processo de acumulação de capital, em uma contínua alteração qualitativa da produção capitalista implica em um aumento progressivo de aprimoramento e desenvolvimento tecnológico dos modos de produção em detrimento da força de trabalho e, conseqüentemente, gerando concentração e centralização de capital.

A exploração da força de trabalho é o cerne do processo de acumulação de capital: a concentração e a centralização de capital, produtos do próprio processo de acumulação, produzem contraditoriamente uma superpopulação excedente, aciona constantemente uma pressão sobre a classe trabalhadora e intensifica as formas de exploração e precarização das condições de vida dos trabalhadores. A partir do movimento de acumulação de capital, Netto e Braz (2012) apontam que, com o rápido desenvolvimento das forças produtivas reduzindo o tempo socialmente necessário para a produção e com a intensa concorrência entre os capitalistas, a

busca pela maximização do lucro tende a fazer cair a taxa de lucro. “O significado crucial desse fenômeno é que ele demonstra que a produção capitalista, no seu próprio desenvolvimento, engendra *barreiras* e *obstáculos* à sua expansão.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 166. Grifos dos autores). Os meios que o próprio movimento do capital encontra para conservar a taxa de lucro explicam a razão pela qual a queda da taxa de lucro não é maior nem mais rápida. Assim, a história do desenvolvimento do capitalismo é marcada pelas influências contra-arrestantes (MARX, 2017b), ou seja, pelos meios que interfiram na queda tendencial da taxa de lucro e assegurem a exploração do mais-valor.

O modo de produção capitalista, que no processo de concentração e acumulação de capital alavanca o desenvolvimento tecnológico das forças produtivas em detrimento da força de trabalho, modifica a relação entre capital constante e capital variável. O processo de acumulação de capital, independente de sua fase histórica, acarreta rebatimentos nas condições do mundo do trabalho e da vida da classe trabalhadora, ou seja, “[...] a influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora.” (MARX, 2017a, p. 689). Com o desenvolvimento do capital, numa contínua modificação da proporção entre o capital constante e o capital variável, a acumulação produz uma população de trabalhadores excedentes.

O avanço da acumulação de capital resulta, segundo Marx, na produção progressiva de uma superpopulação relativa - o exército industrial de reserva. A mudança proporcional entre o capital constante e o capital variável consiste no crescimento do capital global que aumenta a incorporação da força de trabalho, mas em proporção cada vez menor mediante o componente constante do capital. Essa diminuição relativa do capital variável, acelerada pelo crescimento do capital total, aparece como um aumento absoluto da população da classe trabalhadora. Entretanto, a formação de um exército de trabalhadores sobrando da venda e compra da força de trabalho, o exército industrial de reserva, sendo produto do processo de acumulação, é constitutivo da exploração capitalista. A lei de população, peculiar à ordem do capital, é em todas as esferas de produção capitalista a vinculação entre o crescimento do capital variável e a formação de uma superpopulação que aparece como uma repulsão dos trabalhadores que já estavam ocupados ou como uma difícil absorção da população trabalhadora. Portanto, a maior atração dos trabalhadores pelo capital está simultaneamente vinculada a uma

maior repulsão desses mesmos trabalhadores. (MARX, 2017a).

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (MARX, 2017a, p. 705).

Nesse sentido, Marx (2017a), ao tratar da falsidade da pretensa “lei natural da população”, onde o grande contingente de trabalhadores desempregados seria causado por um aumento da população, ressalta que o movimento dialético do processo de acumulação capitalista produz constantemente uma população trabalhadora excedente, ou seja, uma massa de trabalhadores que excede as necessidades de valorização do capital. “Assim, com a acumulação de capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária.” (MARX, 2017a, p. 706). Sendo a massa de trabalhadores excedentes necessária para o processo de desenvolvimento do capitalismo, a superpopulação é, consoante Marx (2017a), indispensável para a existência deste modo de produção.

Em todos esses casos, é preciso que grandes massas humanas estejam disponíveis para serem subitamente alocadas nos pontos decisivos, sem que, com isso, ocorra uma quebra na escala de produção alcançada em outras esferas. A superpopulação provê essas massas. (MARX, 2017a, p. 708).

Ao explicar sobre a superpopulação relativa, Marx (2017a) ressalta que a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista é de que a grandeza do exército industrial de reserva acompanha o aumento das potências de riqueza. Quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho sob a égide da exploração do capital, maior será a pressão e a precariedade das condições de trabalho. A partir da produção do mais-valor relativo que visa aumentar a força produtiva do trabalho, Marx conclui:

[...] todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho,

arrastam sua mulher e seu filho sob a roda do carro de Jagrená do capital. (MARX, 2017a, p. 720).

Por conseguinte, expõe Maranhão (2010) que a dinâmica contraditória do capital e das suas condições de produção da riqueza potencializa a subordinação do trabalho às demandas do lucro e da exploração burguesa. Consequentemente, a incorporação a maquinaria e o rápido avanço tecnológico são instrumentos para extrair a maior quantidade de trabalho excedente. Logo, a expansão da superpopulação relativa cria tanto uma massa de trabalhadores prontos para vender sua força de trabalho, como também uma massa de trabalhadores precarizados, desocupados duradouros e com baixos níveis de condições de vida, o pauperismo.

Assim, o aumento da superpopulação relativa em períodos de recessão tem como resultado uma ampliação da taxa de exploração dos trabalhadores ocupados e, consequentemente, um incremento na extração da mais-valia e na superação das crises cíclicas do capital. (MARANHÃO, 2010, p. 106).

Marx (2017a) ressalta que no interior da superpopulação relativa, que é heterogênea, há um segmento caracterizado pela massa de trabalhadores ativos que ocupam postos irregulares e que possuem condições de vida e trabalho abaixo do normal da classe trabalhadora. “Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário.” (MARX, 2017a, p. 718). Outro segmento acentuado por Marx é a superpopulação relativa estagnada inserida no mais profundo pauperismo. Portanto, considerando que o pauperismo é produto da condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza sob a lei de acumulação de capital, na mesma proporção em que se avança e se desenvolve a produção de riqueza, se intensifica e se alastra o exército industrial de reserva. E aqui está a lei geral da acumulação capitalista: “Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial.” (MARX, 2017a, p. 719).

Desse modo, a acumulação capitalista é constituída pela exclusão de qualquer possibilidade de diminuição do grau de exploração que possa ameaçar seriamente a reprodução da relação capitalista de forma ampliada e constante. “Assim como na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é produto de suas próprias mãos.” (MARX, 2017a, p. 697). A superpopulação excedente constitui-se como uma alavanca do movimento de acumulação, ou seja, numa condição de existência do próprio modo de produção

capitalista, visto que, o desemprego em massa não é consequência direta do rápido avanço tecnológico, mas do desenvolvimento das forças produtivas sob a supremacia do capital. Logo, “[...] a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria [...] no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.” (MARX, 2017a, p. 721). A acumulação do capital, ao concentrar e centralizar produzindo contraditoriamente uma superpopulação excedente, aciona constantemente uma pressão sobre a classe trabalhadora e intensifica as formas de exploração e precarização das condições de vida dos trabalhadores.

2.2 Capitalismo contemporâneo e o trabalho desprotegido: desemprego, informalidade e pobreza

A partir da década de 1970, com a queda das taxas de lucro nos países centrais e com o esgotamento do modelo de acumulação fordista-taylorista, característico da fase do capitalismo pós-45, e da chamada “onda longa expansiva do capital dos anos dourados”, instaurou-se na ordem burguesa a nível mundial, uma onda longa recessiva que perdura até os dias atuais. A dinâmica do desenvolvimento capitalista é invertida: as crises são dominantes e as retomadas são episódicas. (NETTO; BRAZ, 2012).

Segundo Netto e Braz (2012), as respostas e os mecanismos de enfrentamento da crise estrutural que eclode no final do século XX, ou seja, as medidas contra-arrestantes nesta nova fase do capitalismo, estão marcadas pela reestruturação produtiva, pela financeirização e pela ideologia neoliberal. Harvey (2011) reflete que na década de 1960, o trabalho organizado e protegido, típico do modelo fordista-taylorista, foi um dos principais entraves para a incessante acumulação de capital. Doravante às tendências da atual crise econômica do capitalismo, dois conjuntos de transformações são ressaltadas internacionalmente: as mudanças no mundo do trabalho e as mudanças da intervenção estatal. Assim, as medidas e os mecanismos adotados como respostas à crise têm o objetivo de criar novas condições de exploração da força de trabalho sob a lei do mais-valor e reverter a queda tendencial da taxa de lucro. (NETTO; BRAZ, 2012).

A recessão generalizada impôs ao modo de produção capitalista a introdução de novos circuitos produtivos: a acumulação flexível¹. Conforme Netto e Braz (2012), a reestruturação produtiva, ao substituir o modelo fordista-taylorista, tem como cerne a contínua inserção de produção de novas tecnologias robóticas e informáticas reduzindo a demanda de trabalho vivo, a chamada desterritorialização da produção para novos territórios, especialmente os países da periferia² e o deslocamento da base produtiva dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos. A reestruturação produtiva do final do século XX traz, em conformidade com os autores, três implicações imediatas: a expansão das fronteiras do trabalhador coletivo, as novas exigências impostas à força de trabalho inserida no âmbito da produção e uma nova gestão dessa força de trabalho no âmbito das empresas. Avançou no mundo do trabalho a terceirização: mantém-se o controle e gestão da força de trabalho, mas os custos são externalizados. O resultado desse longo processo de transformações implementadas para criar condições de reversão da queda da taxa de lucro é a precarização do emprego: desemprego e redução salarial. Netto e Braz (2011) apontam que entre 1972 e 1992 nos Estados Unidos o preço da hora de trabalho no âmbito da produção caiu de US \$10,37 para US \$8,80. Antunes (2011) vai ressaltar que, desse modo, os capitais globais tendencialmente começaram a demandar o desmonte das legislações sociais e protetoras do trabalho nos diversos países como mecanismo de enfrentamento à crise.

[...] a retórica do “pleno emprego” dos “anos dourados” foi substituída, no discurso, dos defensores do capital, pela defesa de *formas precárias* de emprego (sem quaisquer garantias sociais) e do emprego em *tempo parcial* (também frequentemente sem garantias), que obriga o trabalhador a buscar seu sustento, simultaneamente, em várias ocupações. (NETTO; BRAZ, 2011, p. 230, grifos dos autores).

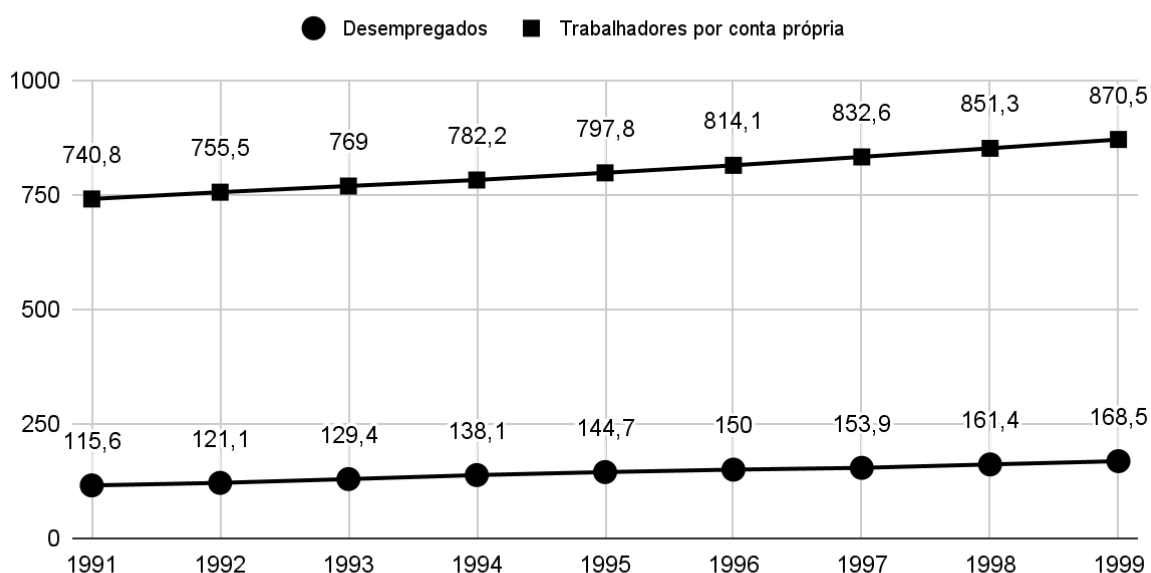
Nesse sentido, em linhas gerais, os mecanismos da reestruturação produtiva substituem a defesa do pleno emprego formal e protegido pelo autoemprego e conseqüentemente, pelo desemprego. Conforme estimativas do mundo do trabalho

¹ Antunes (2006) destaca que a acumulação flexível, marcada pelo confronto com o modelo fordista, se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados da força de trabalho e dos padrões de consumo. Surgem, a partir das novas e rápidas mudanças dos padrões financeiros e de desenvolvimento, novos setores de produção inteiramente novos com altas taxas de inovação comercial e tecnológicas.

² A desterritorialização da produção para os países subdesenvolvidos e periféricos assinalam a exploração da força de trabalho a partir da mão-de-obra barata e da fraca e/ou ausência de legislação protetora do trabalho. (NETTO; BRAZ, 2011).

da *World Employment and Social Outlook* (WESO) da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2023), a década de 1990 é caracterizada pelo desemprego crescente e pela extrema pobreza. Em 1991 estima-se que havia cerca de 115,96 milhões de desempregados e 740,8 milhões de trabalhadores por conta própria.³ O ano de 1999 terminou com a incidência estimada de 168,5 milhões de desempregados, 45.31% de aumento em relação ao início da década, e com cerca de 870,5 milhões de trabalhadores por conta própria em um aumento de 17,51% do índice em comparação ao ano de 1991. Evidencia-se que o cenário de crescimento do desemprego e do autoemprego no referido período, agravado pelos retrocessos no mundo do trabalho e no âmbito político, expressa a ofensiva sobre o trabalho protegido e formal na reestruturação produtiva no fim do século XX.

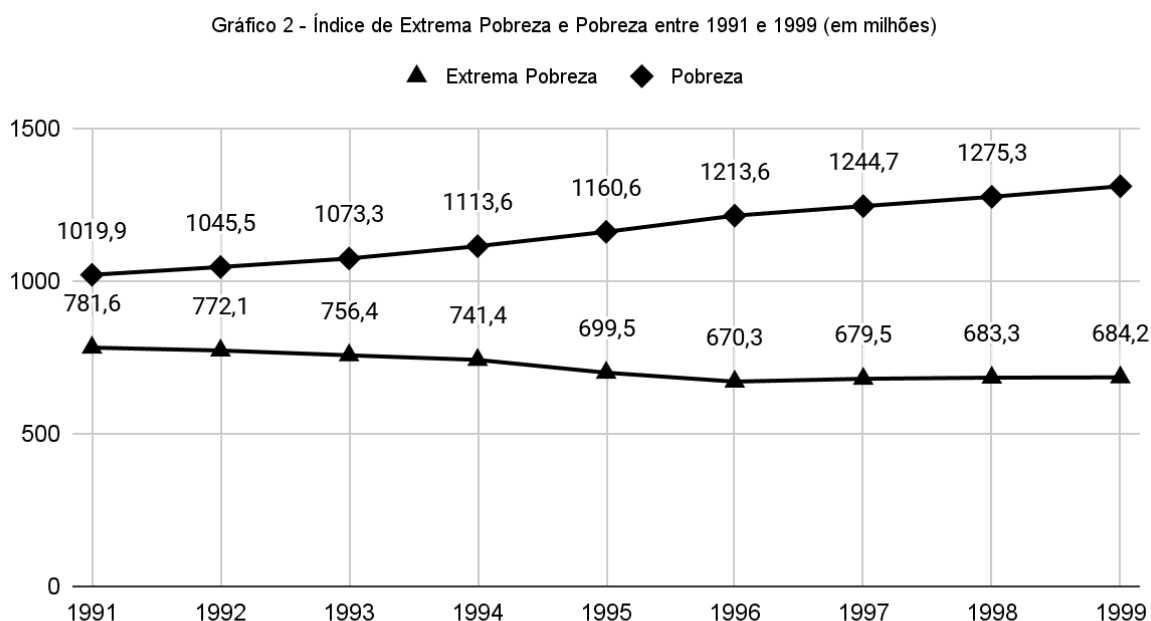
Gráfico 1 - Índice de Desemprego e Trabalhadores por conta própria entre 1991 e 1999 (em milhões)



Fonte: World Employment and Social Outlook, OIT, 2023; Elaboração própria.

³Conforme a *International Classification by Status Employment* (OIT, 2023), o conceito “trabalhadores por conta própria” são trabalhadores que operam independentemente em uma profissão ou serviço sem contratar funcionários. Segundo Santiago e Vasconcelos (2017), o referido conceito não é necessariamente sinônimo de informalidade. “Presume-se, portanto, a existência de situações em que o emprego informal pode ser observado em empresas que compõem o setor formal. Em contrapartida, alguns indivíduos ocupados como trabalhadores por conta própria - historicamente tidos como informais - podem estar vivenciando situações de emprego classificadas como formais do ponto de vista da cobertura social e da regulamentação das suas atividades junto às estruturas administrativas do Estado.” (SANTIAGO; VASCONCELOS, 2017, p. 224). Assim, ainda que o referido conceito seja heterogêneo e não expresse a incidência da informalidade no mundo do trabalho, tal dado nos fornece o panorama do autoemprego que se constitui como o maior peso na composição do trabalho informal: em 2018, 85% dos trabalhadores por conta própria são informais (OIT, 2019).

Ainda conforme os dados das estimativas da Organização Internacional do Trabalho (2023), o início da década de 1990 estava marcado pela pobreza laboral e pela extrema pobreza⁴. Nota-se que, no decorrer dos anos de 1991 a 1999 há uma lenta e gradual diminuição dos índices de extrema pobreza: em 1991 as estimativas contavam com aproximadamente 781,6 milhões de extremamente pobres e em 1999 com 684,2 milhões. Uma queda de 12,46%. Entretanto, evidencia-se o avanço da pobreza laboral no mundo do trabalho: em 1991 havia cerca de 1019,9 milhões de pessoas pobres, aumentando para 1309,0 milhões em 1999. Um aumento de 28,43%. Desse modo, acompanhada pelo desemprego e pela informalidade presente no autoemprego, a pobreza e o seu crescimento no fim do século XX sobre as classes trabalhadoras está inserida nas transformações do mundo do trabalho e na ofensiva sobre o trabalho regulado e protegido.



Fonte: World Employment and Social Outlook, OIT, 2023; Elaboração própria.

Como consequência das necessidades estruturais do processo da reestruturação produtiva, a crise do modelo keynesiano nos países centrais produziu a desmontagem do Estado social enquanto estratégia para manutenção da exploração. A defesa do mercado livre e do estado mínimo, de acordo com Netto

⁴ A OIT usa como referência os conceitos de “pobreza laboral” e “extrema pobreza” do Banco Mundial: “pobreza laboral” são pessoas com renda diária de pelo menos US\$ 3,20 PPC (*Purchasing power parity* - Poder de paridade de compra) por dia e são incapazes de atingir condições mínimas de vida, “abaixo da linha da pobreza” são pessoas com renda diária inferior a US\$ 3,20 PPC e superior a US\$ 1,90 PPC e “extrema pobreza” são pessoas que têm como renda até US\$ 1,90 PPC por dia.

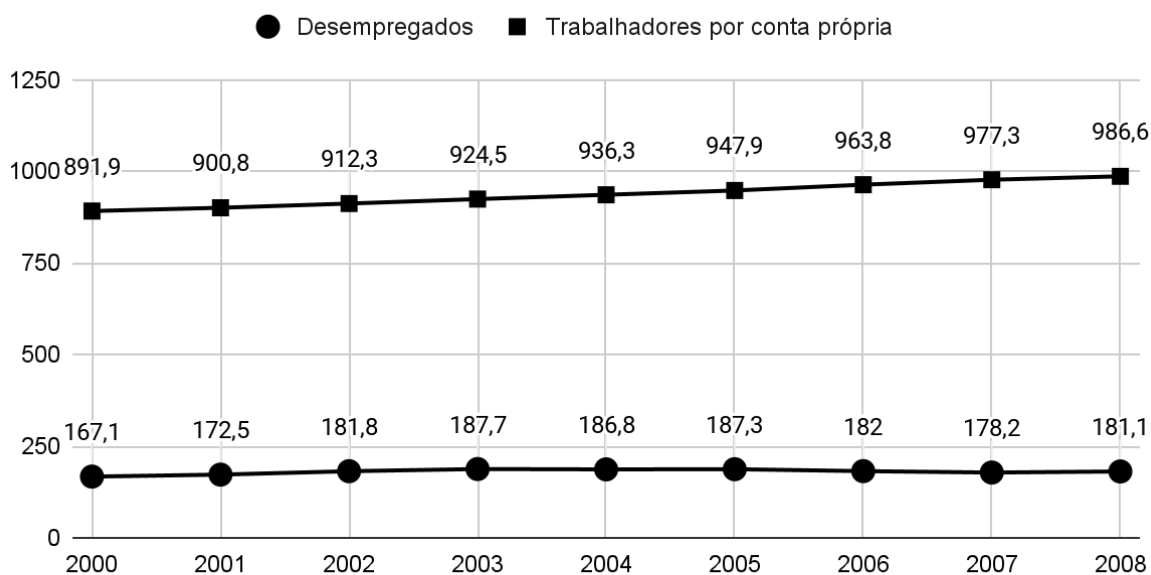
(2012), não é apenas uma defesa propriamente econômica, mas sim o advento de um projeto societário: o mercado que irá determinar o espaço legítimo do Estado na sociedade. Assim, no cerne da proposta da ofensiva neoliberal está a despolitização das relações sociais visando o desmonte de qualquer regulação e intervenção política do Estado. O interesse da burguesia no redirecionamento do Estado na crise contemporânea está em encontrar as condições e os mecanismos de manutenção da exploração da força de trabalho.

O que desejam e pretendem, face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrática de controle do movimento do capital. O que desejam e pretendem não é “reduzir a intervenção do Estado”, mas encontrar condições ótimas (hoje só possíveis com estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classe. (NETTO, 2012, p. 88, grifos do autor)

Nos países periféricos, conforme apontam Netto e Braz (2012), o direcionamento do orçamento público para o grande capital por meio de mecanismos como o pagamento de juros da dívida externa dos países periféricos comprovou que no capitalismo o Estado é mínimo para o social e máximo para os interesses do capital. “[...] nos últimos trinta anos, **os países dependentes e periféricos tornaram-se exportadores de capital para os países centrais.**” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 247, grifos dos autores).

Na virada do século XXI, cenário anterior à crise de 2008, o contínuo crescimento dos índices de desempregados e pobres é acompanhado pela expansão do setor de serviços (ver GRAF.5). No ano de 2000, havia cerca de 167,1 milhões de desempregados, uma queda em comparação ao ano de 1999 (GRAF. 1), e cerca de 891,9 milhões de trabalhadores por conta própria, conforme estimativas da OIT. Em 2008, no entanto, o número de desempregados cresceu para 181,1 milhões, aumento de 8,38%, e trabalhadores por conta própria para 986,6 milhões. Logo, a tríade do desemprego, informalidade e pobreza no início do século XXI, marcado pelas expressões da crise contemporânea que se intensifica e se universaliza neste período, evidencia um cenário de transformações sem precedentes: rápido avanço dos meios de produção da riqueza por um lado e crescimento do trabalho desprotegido por outro.

Gráfico 3 - Índice de Desemprego e Trabalhadores por conta própria entre 2000 e 2008 (em milhões)



Fonte: World Employment and Social Outlook, OIT, 2023; Elaboração própria.

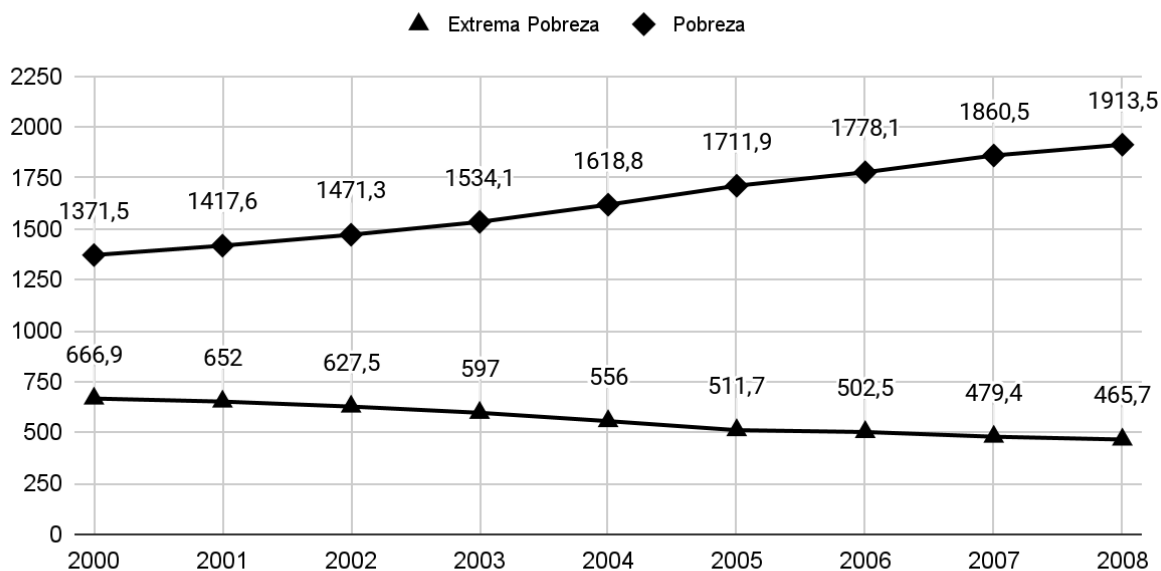
A informalidade do trabalho, segundo a reflexão de Antunes (2011), é caracterizada na contemporaneidade pela quebra das regulações nas relações trabalhistas, em contraponto com o mundo do trabalho do pós-Guerra e pós-Crise de 1929, em que se prevalecia a égide do trabalho formal regulamentado sobre o trabalho informal. O desmonte e o desaparecimento do Estado do bem-estar social nos países centrais com sérios rebatimentos nos países periféricos, a ofensiva neoliberal, o rápido avanço tecnológico sob a lógica da acumulação e a acentuação da crise no início do século XXI inauguraram uma nova era do mundo do trabalho. Com o esgotamento do trabalho formal como regra e o esvaziamento do modelo de proteção formal com trabalhadores empregados com direitos assegurados pelo Estado burguês, em contraste, sob a ofensiva neoliberal, a informalidade e a expansão do setor de serviços tornaram-se a regra das respostas da sociedade capitalista à sua crise estrutural. Segundo Mota (2008), tais mudanças têm como tendência a fragmentação no mundo do trabalho entre os trabalhadores do grande capital e os trabalhadores excluídos da formalidade.

Antunes (2006) destaca que com a flexibilidade da organização do trabalho, o mais brutal das transformações na era moderna na virada do milênio é a expansão sem precedentes do desemprego estrutural e da subproletarização do trabalho, através da terceirização, do subcontrato, do autoemprego e da economia informal.

Nesse sentido, tendo em comum entre as diversas categorias do emprego a precariedade do trabalho, de remuneração e das condições de vida, a tendência dos mercados de trabalho, aponta o autor, é reduzir cada vez mais os trabalhadores empregados formalmente e empregar cada vez mais uma força de trabalho pauperizada, subalternizada, informal, desprotegida.

Dessa maneira, ainda que os primeiros anos do século XXI estejam marcados pela contínua e lenta queda dos índices globais de extrema pobreza, como na década de 1990, em contraste, avançaram os índices de pobreza conforme os dados estimados do WESO (OIT, 2023). Ou seja, a partir desta nova fase de acumulação da riqueza, a pauperização das classes trabalhadoras, essa que é inerente ao modo de produção capitalista, no mundo do trabalho contemporâneo está alinhada ao crescimento da informalidade e do desemprego mundial. Nota-se que, de 2000 para 2008 o índice da extrema pobreza caiu 30,17%, de 666,9 milhões para 465,7 milhões, e o da pobreza, no entanto, cresceu 39,52%, de 1371,5 milhões para 1913,5 milhões.

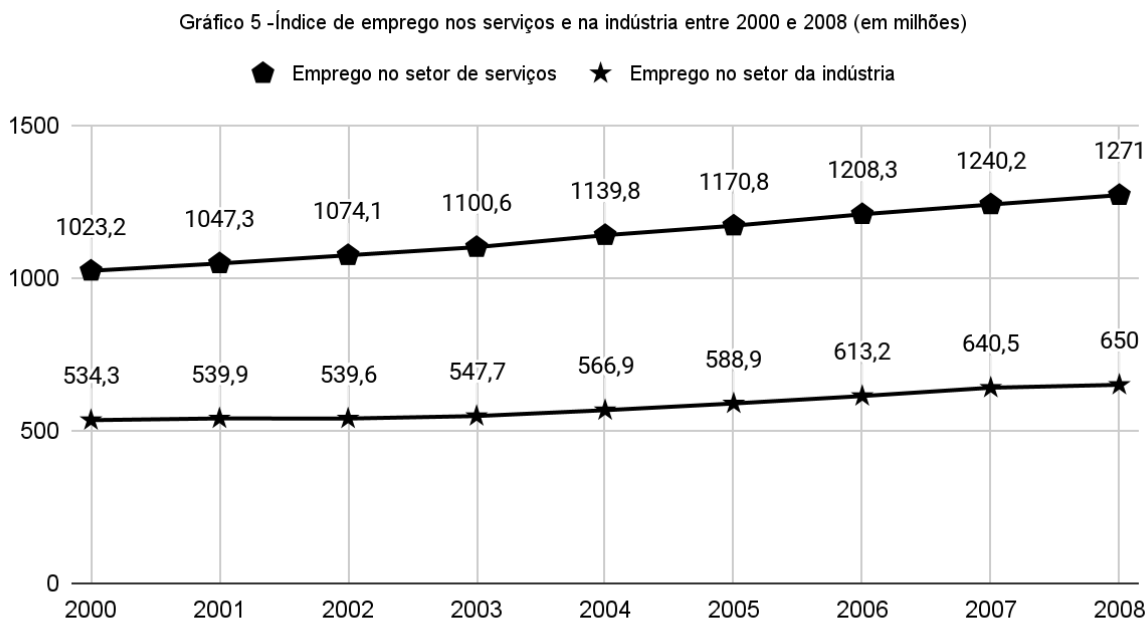
Gráfico 4 - Índice de Extrema Pobreza e Pobreza entre 2000 e 2008 (em milhões)



Fonte: World Employment and Social Outlook, OIT, 2023; Elaboração própria.

Em concordância com Antunes (2006), uma das transformações do capitalismo contemporâneo, já na década de 2000, além da pauperização crescente junto à informalidade e ao desemprego, é a redução, sem precedentes, do operariado industrial e fabril e o crescimento do assalariamento no setor de serviços, marcado pela fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. A tendência

presente nos países centrais com rebatimentos nas periferias em decorrência dos quadros recessivos é a caracterização de uma chamada “sociedade de serviços”, evidenciando que o referido setor permanece dependente da acumulação industrial. Conforme as estimativas do WESO (OIT, 2023)⁵ - ver GRAF. 5 - de 2000 para 2008 o número de empregados no setor de serviços cresceu 24,22%, enquanto no setor da indústria cresceu 21,65%.



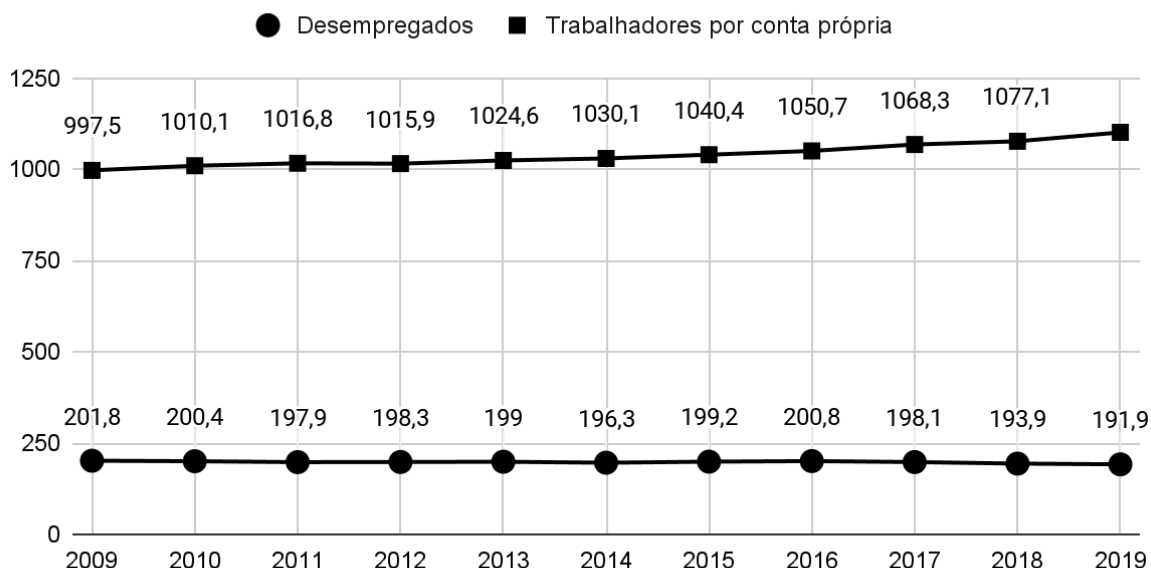
Fonte: World Employment and Social Outlook, OIT, 2023; Elaboração própria.

A eclosão da crise de 2008, enquanto desenrolamento dialético das contradições do modo de produção capitalista nesta sua fase histórica de desenvolvimento, tem como característica a centralidade do capital financeiro reconstruindo bases do novo processo de acumulação em relação às outras formas de capital: capital-dinheiro; capital-mercadoria; capital-produto. (CARCANHOLO, 2018). As respostas encontradas pela ordem capitalista para a crise estrutural contemporânea estão as “[...] reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram o aumento da taxa de mais-valia, tanto nos países centrais da acumulação mundial de capital quanto nos países periféricos.” (CARCANHOLO, 2018, p. 25).

⁵ Para o WESO, OIT, considera-se no índice de serviços os serviços de mercado (comércio; transporte; alojamento e alimentação; e serviços empresariais e administrativos) e serviços não mercantis (administração pública; serviços e atividades comunitárias, sociais e outros) e no índice da indústria a fabricação, construção, mineração e pedreiras; e fornecimento de eletricidade, gás e água.

Segundo Antunes (2013), o processo de reestruturação do capital intensificado na virada do século XXI, carrega consigo tendências contraditórias: avanço tecnológico-informacional-digital e o aumento dos níveis de informalidade, desemprego e precarização da classe trabalhadora. Conforme as estimativas do WESO (OIT, 2023), a partir de 2009 houve uma intensificação dos índices de desemprego: com 201,8 milhões de desempregados, o referido ano apresentou um aumento de 11,43% em relação ao ano anterior (ver GRAF. 3). Os anos da década de 2010, ainda que com índices menores que os do ano de 2009, foram marcados pelo número elevado de desempregados: em 2019 o índice de desempregados foi estimado em 191,9 milhões. O número de trabalhadores por conta própria, em sua maioria informais, continuou em número crescente e significativo: de 997,5 milhões em 2009 para 1101,5 milhões em 2019. Nesse sentido, o autoemprego e a informalidade sendo uma ruptura com a regulação das relações trabalhistas na compra e venda da força de trabalho, juntamente com o desemprego vem se configurando como um mecanismo do capitalismo contemporâneo para a ampliação do processo de valorização do capital. (ANTUNES, 2011).

Gráfico 6 - Índice de Desemprego e Trabalhadores por conta própria entre 2009 e 2019 (em milhões)



Fonte: World Employment and Social Outlook, OIT, 2023; Elaboração própria.

Em conformidade com as reflexões de Antunes (2018), o mundo do trabalho contemporâneo com a expansão das novas tecnologias é marcado pelo “privilegio da servidão”: por um lado os trabalhadores devem estar disponíveis para o labor sob

o comando das grandes corporações e, por outro lado, expande-se a precariedade. A oscilação entre o desemprego completo e o autoemprego.

Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando. (ANTUNES, 2018, p. 30).

Conforme o relatório *Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Tendencias 2019* (OIT, 2019), a realidade para a maioria dos trabalhadores contemporâneos é a informalidade: em 2016 havia cerca de 2000 milhões de trabalhadores informais, 61% da população mundial ativa. Entre os trabalhadores por conta própria a informalidade é regra: cerca de 85% trabalham nessas condições e entre os trabalhadores assalariados e remunerados, cerca de 40% têm um emprego informal. Portanto, no final da década de 2019, para a virada dos anos de 2020, o mundo do trabalho, a nível global, foi marcado pelas relações de trabalho desamparadas das legislações nacionais trabalhistas e da proteção social.

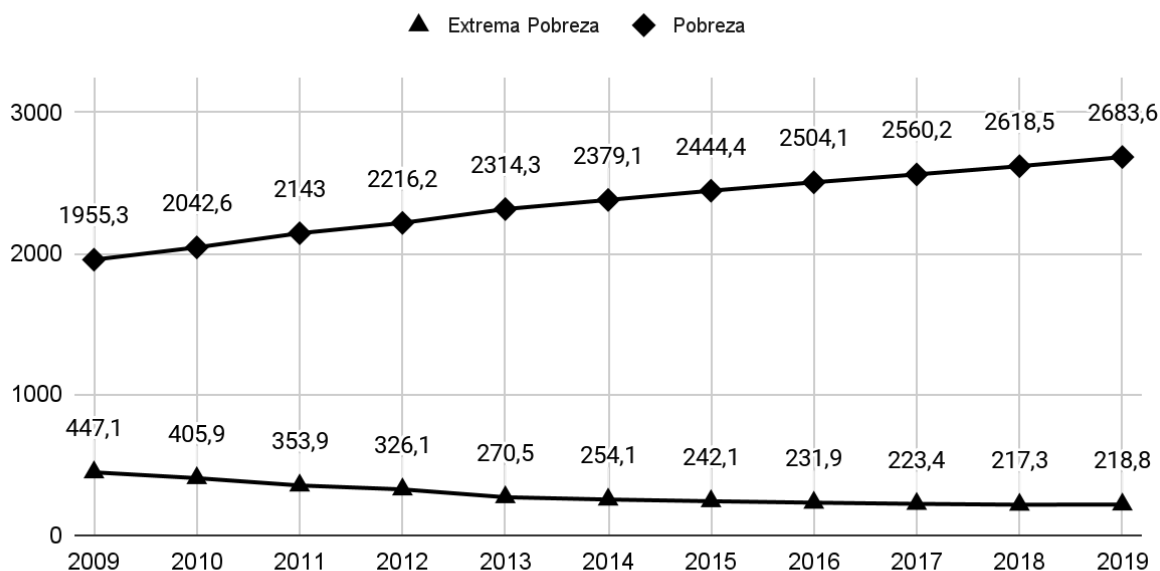
Compreendendo a pauperização contemporânea dos trabalhadores alinhada às transformações do trabalho e do emprego, segundo as estimativas do WESO (OIT, 2023), o período de 2009-2019 é caracterizado pela tendência dos períodos anteriores de crescimento da pobreza: diminuição gradual dos índices de extrema pobreza e aumento significativo dos índices de pobreza laboral. A pobreza incidiu aproximadamente 997,5 milhões em 2009 e 1101,5 milhões de pessoas em 2019. Um aumento de 10,43%. A extrema pobreza caiu de 447,1 milhões de pessoas em 2009 para 218,8 milhões em 2019. Uma queda de 51,06%. (Ver GRAF. 7). A OIT (2019) aponta que os trabalhadores informais e desempregados, a partir da dificuldade de acesso às políticas de proteção ao trabalho nos diversos países, são os que vivem em maiores condições de pobreza comparados aos trabalhadores formais.

Assim, conforme o relatório *Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Tendencias 2019* (OIT, 2019), em 2018 cerca de 700 milhões de pessoas encontravam-se abaixo da linha pobreza, mesmo empregadas (extrema pobreza e

peçoas com renda diária acima de US\$ 1,90 e abaixo de US\$ 3,20). Nesse sentido, o trabalho formal ou informal não acarretou nos últimos anos em acesso às condições básicas de vida, contando com uma maior incidência de desproteção social entre os informais.

En 2018, la mayoría de las 3300 millones de personas empleadas en el mundo sufrieron déficits de bienestar material, de seguridad económica y de igualdad de oportunidades, y carecieron de margen suficiente de desarrollo humano. Estar en el empleo no siempre garantiza condiciones de vida dignas. Muchos trabajadores se ven en la situación de tener que aceptar puestos de trabajo carentes de atractivo, en general informales y mal remunerados, y tienen escaso o nulo acceso a la protección social y a los derechos laborales. (OIT, 2019, p. 1).

Gráfico 7 - Índice de Extrema Pobreza e Pobreza entre 2009 e 2019 (em milhões)

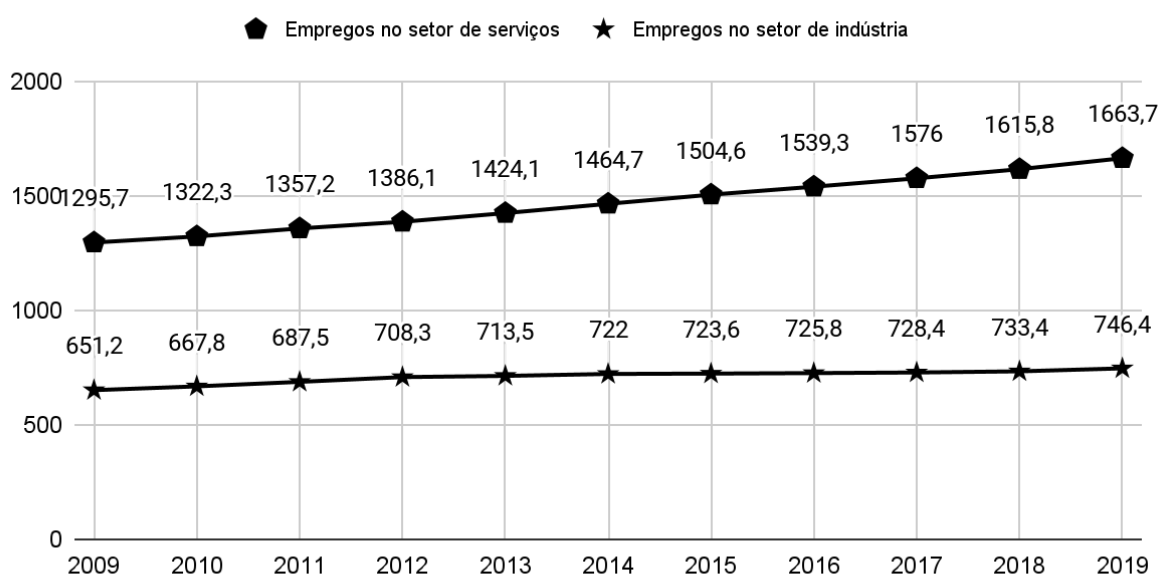


Fonte: World Employment and Social Outlook, OIT, 2023; Elaboração própria.

As mudanças nas relações de trabalho e o cenário de pauperização das classes trabalhadoras indicam que a dinâmica contemporânea da recomposição do capital acarreta consigo novas características ao trabalho nos diversos setores da ordem burguesa. A veraz ampliação dos serviços na contemporaneidade responde à crise estrutural ao tornarem os serviços um relevante setor de investimentos para o capital e um impulsionador da acumulação. (PINHEIRO, 2023). Conforme as estimativas do WESO (OIT, 2023), a quantidade de empregos no setor de serviços cresceu de 2009 para 2019 cerca de 28,40%, enquanto no setor de indústria cresceu apenas 14,62% (ver GRAF. 8).

Em conformidade com Lopes e Silva (2022), essas mutações no cenário do trabalho, chamadas de 4ª Revolução Industrial com o avanço das plataformas digitais no âmbito dos serviços e de empresas como *Google, Amazon, Uber, Ifood*, que controlam o trabalho através do uso dos algoritmos, indicam que no mundo do trabalho atual, sob o capitalismo financeiro, o trabalho digital vem assumindo múltiplas particularidades sobretudo com a uberização e a desproteção do trabalho.

Gráfico 8 - Índice de emprego nos serviços e na indústria entre 2009 e 2019 (em milhões)



Fonte: World Employment and Social Outlook, OIT, 2023; Elaboração própria.

Consequentemente, com o rápido desenvolvimento e incremento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), as transformações trouxeram impactos significativos no mercado da compra e venda da força de trabalho, como acentuação da informalidade através da expansão dos serviços e da terceirização. Segundo Netto e Braz (2013), a ofensiva do capital, como resposta à sua crise estrutural e cíclica, não só gerou um grande contingente de trabalhadores desempregados e precarizados, como gerou também no mundo das empresas uma mudança significativa para a competitividade capitalista através do rápido processo de desenvolvimento das forças produtivas com as TICs.

Nesse sentido, conforme Negreiros (2021), a inserção e disseminação das novas tecnologias nos diversos âmbitos da vida social, em meio ao cenário de retomada das taxas de lucro e de aceleração do tempo de giro do capital, marcou o advento de novos ritmos e novas dinâmicas na produção e reprodução social. Com as novas configurações no mundo do trabalho, o rápido desenvolvimento das TICs

em consequência do atual modelo de acumulação alavancou a intensificação da exploração e precarização da força de trabalho. “As tecnologias no âmbito da sociabilidade capitalista são utilizadas a partir de uma estrutura política e econômica que reforça os padrões de dominação existentes.” (NEGREIROS, 2021, p. 107).

Antunes e Filgueiras (2020) apontam que com o advento das novas formas de organização do trabalho e o desenvolvimento das TICs, a negação do assalariamento é um elemento central da estratégia do capital na ampliação do controle e da exploração do trabalho. A negação da regulação das relações de trabalho visando assegurar os direitos da classe trabalhadora com a mediação do Estado é um fenômeno existente em todas as fases do capitalismo, entretanto, o rápido avanço das TICs na atual crise estrutural potencializa o processo de informalidade e da precarização em amplitude global. Isto posto, conforme os autores, o capitalismo contemporâneo encontra-se diante de uma explícita e clara contradição: o avanço das TICs na gestão do trabalho e, ao mesmo tempo, novas formas de trabalho sem a regulação da proteção social legitimando e acentuando a exploração do trabalho e sua precarização.

Antunes (2020a) ressalta que as recentes transformações do mundo do trabalho, nesta fase financeira e digital que amplia o domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, tendem a aprofundar cada vez mais a subsunção real do trabalho ao capital. Com as transformações trazidas pelo novo modelo de acumulação, o autor (2011) reflete que o trabalho “formalizado”, aqui sendo tanto o trabalho vivo diretamente aplicado na produção de riqueza tanto o trabalho “protegido”, característico do modelo de acumulação fordista-taylorista no pós-1929 e pós-Guerra, vem sendo substituído pelos diversos modos de informalidade do trabalho nos setores do mundo do trabalho. “A informalização do trabalho torna-se, então, um traço constitutivo crescente da acumulação de capital dos nossos dias [...]” (ANTUNES, 2011, p. 408).

2.3 Desemprego, informalidade e pobreza no contexto da Pandemia

Segundo Pinheiro (2022), o desemprego estrutural e o neoliberalismo, sob a hegemonia do capital financeiro, evidenciam o fortalecimento das novas modalidades de trabalho através da combinação dos avanços das novas tecnologias com a negação dos direitos do trabalho. O avanço da barbárie contemporânea ao engendrar dinâmicas de intensificação da pobreza, do desemprego e da

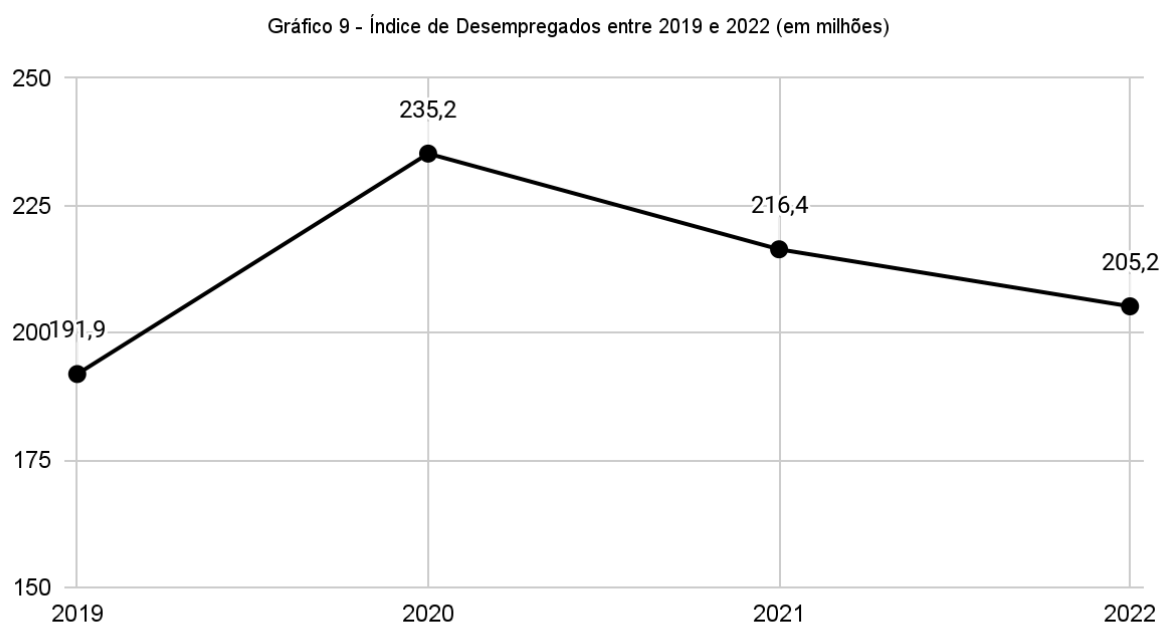
informalidade como a regra no mundo do trabalho, o avanço e domínio dos serviços no mercado de trabalho através das novas tecnologias, principalmente as TICs, aponta que a ofensiva do capital sobre o trabalho significou uma regressão social no mundo do trabalho e nas condições de vida dos trabalhadores.

É neste contexto de crise e transformações do mundo trabalho que entram os primeiros anos da década de 2020: a eclosão da crise sanitária alastrada por todo o mundo com a pandemia do covid-19. Intensificando as desigualdades e as regressões sociais, as consequências imensuráveis da pandemia desvelaram que a barbárie civilizatória que avança na sociedade do século XXI não são “naturais” e/ou causadas pela crise sanitária, mas são crises inerentes à lógica da ordem burguesa. A crise pandêmica e a crise econômica em curso produziram efeitos dramáticos nas condições de vida e subsistência da classe trabalhadora: aumento do desemprego, intensificação da desigualdade, a extrema pobreza, a precarização do trabalho, o adoecimento e as dolorosas mortes dos trabalhadores. Para a OIT (2021a), a pandemia provocou no mundo do trabalho uma recessão sem precedentes em comparação às anteriores.

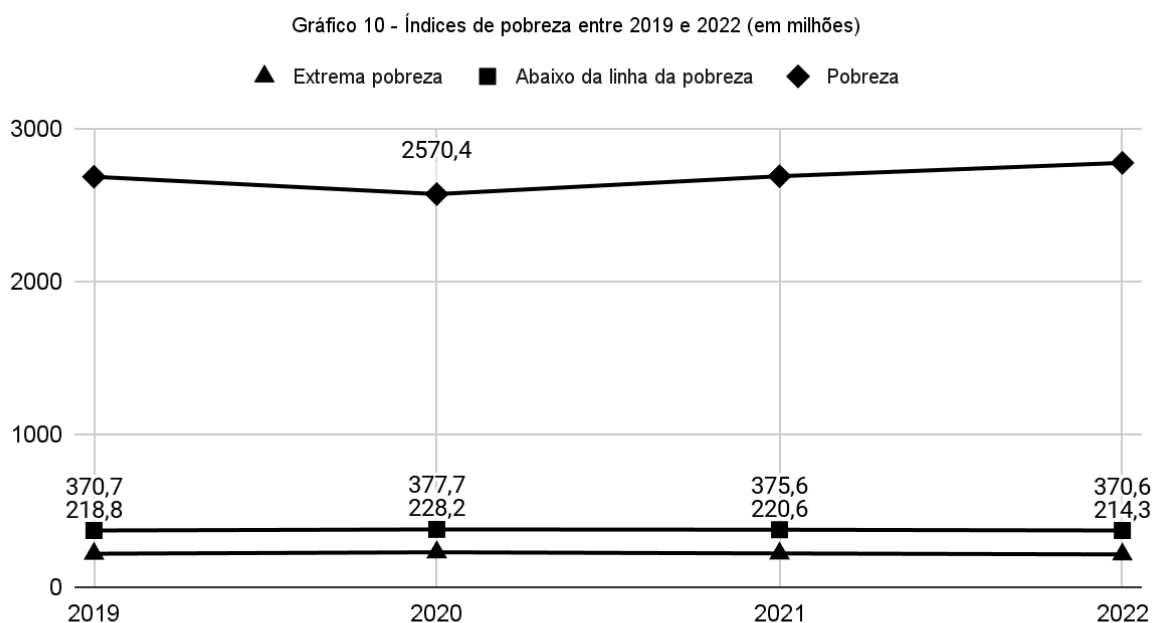
A partir do relatório *Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Tendencias 2021* (OIT, 2021a), reflete-se que o déficit mundial de postos de trabalho a partir da pandemia, em comparação à 2019, chegou a 144 milhões e a crise atingiu principalmente as micro e pequenas empresas: cerca de 80% das microempresas e 70% das pequenas empresas enfrentaram dificuldades financeiras na pandemia. O relatório destaca que os trabalhadores informais, que compõem cerca de 61% da força de trabalho mundial, na pandemia tinham três vezes mais probabilidade que os trabalhadores formais de perderem seus postos de trabalho. Devido às condições de informalidade, os trabalhadores foram os mais vulneráveis e os menos prováveis de receberem alguma espécie de proteção social. Entre 2019 e 2020, a taxa de emprego caiu cerca de 2,7 pontos percentuais, índice maior que entre 2008 e 2009 que caiu cerca de 0,7 pontos.

Tendo como base as estimativas do WESO (OIT, 2023), em 2020 a estimativa do número de desempregados foi de 235,2 milhões, maior índice já registrado, subindo cerca de 22,56% em relação a 2019, ou seja, cerca de 43,3 milhões a mais (ver GRAF. 6 e GRAF. 9). Em 2022 o índice de desempregados atingiu cerca de 205,2 milhões. Diferente dos anos anteriores marcados por uma constante e lenta queda (ver GRAF. 2; GRAF. 4; GRAF. 7), o índice de extrema pobreza em 2020

subiu para 228,2 milhões, 4,30% em relação ao ano anterior. As pessoas em situação abaixo da linha da pobreza com renda diária superior a US \$1,90 chegaram aos 377,7 milhões e a pobreza a 2570,4 milhões. (ver GRAF. 10). Diante deste cenário de avanço da tríade pobreza, informalidade e desemprego na pandemia, Pinheiro (2022) afirma que na crise sanitária de 2020 o fenômeno da informalidade e do desemprego foram escancarados assistindo-se a um verdadeiro genocídio da classe trabalhadora.



Fonte: World Employment and Social Outlook, OIT, 2023; Elaboração própria.



Fonte: World Employment and Social Outlook, OIT, 2023; Elaboração própria.

Assim, o cenário contemporâneo, com a eclosão da crise pandêmica em 2020, foi determinado pelas relações antagônicas da sociedade burguesa: “[...] o conflito entre as forças antagônicas desemboca periodicamente em crises.” (MARX, 2017a, p. 288.) Portanto, a pandemia não é a responsável pelo desencadeamento da crise que já estava em curso, mas a intensificou os processos gestados pelo capitalismo: informalidade do trabalho e aumento significativo da superpopulação trabalhadora excedente.

Os processos engendrados pelas novas dinâmicas capitalistas, intensificados pelo avanço da ofensiva neoliberal no papel da intervenção estatal nas condições sociais de vida da classe trabalhadora, pelo incremento intensivo das novas tecnologias e pela pandemia da COVID-19, vem transformando e modificando a vida social: mais precarização e informalidade nas relações de trabalho, intensa pobreza e desigualdade social, ampliação do exército industrial de reserva, centralização e concentração de capital. Tais processos, que são universais, apresentam características e determinantes particulares a depender da formação sócio-histórica de cada região, da correlação de forças, da luta de classes e da divisão internacional do trabalho. “Com efeito, as bases da divisão internacional do trabalho e os mecanismos de enfrentamento às crises possuem consequências avassaladoras sobre as periferias.” (AMARAL, 2021, p. 59).

Se antes as consequências da crise do capital já avançavam na informalidade do trabalho, na desigualdade social e no crescimento da superpopulação relativa, nos primeiros meses de 2020 torna-se visível a barbárie social. Em concordância com a OIT (2022), as condições de informalidade na América Latina e Caribe na pandemia apresentam que os trabalhadores informais latinoamericanos têm entre 2 a 5 vezes mais chances de estarem em situação de pobreza e que cerca de 80% dos pobres latinoamericanos são trabalhadores informais. A OIT (2020) ainda destaca que no primeiro mês da pandemia, março de 2020, houve aproximadamente uma queda de 60% na renda dos trabalhadores informais, o setor mais vulnerável na pandemia, em todo o mundo. Nesse sentido, Antunes (2020b) ressalta que a crise pandêmica é o enfeixamento de um sistema letal ao trabalho e à classe trabalhadora: as burguesias acumulam centenas de milhões e os trabalhadores exercem o “privilegio da servidão”.

Uma vez mais, então, os capitais pretendem transferir o ônus da crise à classe trabalhadora que, além de ser a única que não tem a menor responsabilidade por esta tragédia humana, é a que mais sofre, mais padece e mais perece. (ANTUNES, 2020b, p. 30).

Assim, deve-se frisar que a pandemia está inserida em um cenário de crise do capitalismo, com o acirramento das desigualdades e da precarização do mundo do trabalho. Conforme os dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2018), já em 2017, cerca de 821 milhões de pessoas, a nível mundial, estavam na fome, deste total, 39,3 milhões na América Latina e no Caribe. Segundo o *The State of Food Security and Nutrition in the World* (UNICEF, 2021), cerca de 811 milhões de pessoas em 2020 enfrentaram a fome, 60 milhões na América Latina e Caribe, e aproximadamente 2,3 bilhões de pessoas não tiveram acesso à alimentação adequada. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020) aponta que em 2020, primeiro ano da crise pandêmica, mais de 400 milhões de empregos foram perdidos e mais de 430 milhões de pequenos negócios estavam em risco. Ainda recorrendo a OIT (2021b), frisa-se que cerca de 70% dos postos de trabalho criados em 2020 nos países latino-americanos foram em condições de informalidade. Isto posto, Vinícius Pinheiro, diretor da OIT para a América Latina e Caribe, destacou que a recuperação do emprego parcial do emprego no contexto da pandemia na América Latina e Caribe, foi liderada pelas

ocupações informais com empregos instáveis, baixos salários e desprotegidos. (OIT, 2021b).

Em contraste, segundo o relatório *Lucrando com a dor* da OXFAM (2022), a fortuna dos bilionários, que representa 13,6% do PIB global, cresceu desde o início da pandemia e a riqueza dos 10 homens mais ricos dobrou. “A riqueza total dos 10 maiores bilionários possuem mais riqueza do que os 40% mais pobres da humanidade.” (OXFAM, 2022, p. 5). O mesmo relatório aponta que com 2.668 bilionários em 2022, 573 a mais que em março de 2020, na mesma velocidade do surgimento de um bilionário na pandemia (um a cada 30 horas) um milhão de pessoas foram empurradas para a pobreza (um milhão a cada 33 horas). Por conseguinte, neste cenário de crescente desigualdade social, Mota (2022) ressalta que o aumento da pauperização absoluta dos trabalhadores, a partir do avanço da extrema pobreza, e da precarização do trabalho, a crise sanitária e a emergência da pandemia foram agravadas pela sanha de acumulação de riqueza do capitalismo contemporâneo às custas da superexploração da força de trabalho.

Diante do acirramento da pobreza e da precarização, de acordo com Maranhão (2010), refletindo que a superpopulação relativa possui particularidades históricas e determinantes sociais e políticos, nas atuais condições de ascensão do capital financeiro, o movimento do capitalismo cria rapidamente e constantemente condições e mecanismos políticos e econômicos para aumentar seus superlucros utilizando a massa de trabalhadores ociosos e precarizados. Nesse um cenário geopolítico de regressões internacionais, deve-se frisar que o cenário pandêmico acarretou, sob a lógica do capital, na manutenção da lei do mais-valor, na intensificação da exploração, no aumento da superpopulação relativa, nas constantes transformações do mundo do trabalho: precarização, uberização, informalidade, terceirização, e desproteção social.

Conforme a OIT (2022), a recuperação dos empregos após 2020 se concentrou no setor informal, cerca de 60% e 80% dos empregos recuperados, ao mesmo tempo em que a informalidade obteve os menores rendimentos por hora de trabalho. Para Antunes (2020b) as saídas encontradas pelas corporações globais na crise pandêmica é um verdadeiro "obituário" para os trabalhadores: mais informalidade, mais flexibilização, mais terceirização, mais teletrabalho, mais *home office*. O autor ressalta que ao preservar os elementos estruturantes do sistema

capitalista, a ofensiva do capital sobre o trabalho na pandemia é sinônimo de mais desemprego, mais desigualdade social e mais informalidade.

A expansão da atual fase de acumulação do capital, que tem como cerne a ampliação do trabalho morto e da superpopulação relativa sob a lógica da desproteção social, ao ter na pandemia clarificado a sua ação destrutiva sobre o mundo do trabalho, saturou as novas condições sociais sobre a vida da classe trabalhadora. Desse modo, no contexto da crise social e sanitária, a tríade formada pelos milhões de trabalhadores desempregados e pauperizados, pelo neoliberalismo e pela hegemonia do capitalismo financeiro revelaram o fortalecimento das grandes corporações e o avanço das novas modalidades de trabalho mediadas pelas plataformas digitais. (PINHEIRO, 2022). A pandemia desvelou, mais nitidamente, o véu da precarização, da informalidade, do desemprego e da pobreza e evidenciou a barbárie ao atingir desigualmente as classes.

3 CRISE SOCIAL E SANITÁRIA NO BRASIL: DESEMPREGO, INFORMALIDADE E POBREZA

3.1 Brasil e as Contrarreformas

As transformações engendradas pelos novos processos de acumulação e produção de capital na crise contemporânea possuem particularidades nos países centrais e nos países periféricos. “Se a ‘lei geral’ opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da *história* que a concretiza.” (NETTO, 2011, p. 161, grifos do autor). Logo, mesmo tratando-se de um movimento de dimensões internacionais, a crise contemporânea tem determinantes particulares no Brasil levando em conta sua formação sócio-histórica, a sua inserção dependente na divisão internacional do trabalho e a luta de classes.

Assim, a sociedade brasileira, ao carregar fortes traços de sua formação colonial, está marcada por uma elite antipopulista, antidemocrática e reacionária. Inserido na crise contemporânea do capital, as fortes características escravocratas da formação sócio-histórica do Brasil, na incapacidade de produzir uma burguesia com um projeto nacional, orientaram a economia e a sociedade sob as bases predatórias da exploração do capital. (AMARAL, 2021).

Desse modo, Behring e Boschetti (2006) vão afirmar que a economia brasileira, no contexto dos anos dourados do capitalismo nos países centrais, sofreu fortes rebatimentos da expansão acelerada das relações capitalistas na acumulação fordista. Após um cenário de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) na década de 1930, nos anos posteriores o Brasil assistiu a um avanço da urbanização, da industrialização e do trabalho formal. Esse momento foi marcado pelas disputas de projetos de desenvolvimento do país frente a intensificação da luta de classe. Entretanto, o projeto de desenvolvimento associado ao capitalismo internacional apoiado pelos EUA culminou na modernização conservadora a partir do Golpe de 1964. (BEHRING; BOSCHETTI; 2009).

Ainda conforme as autoras, em um aparente descompasso do cenário internacional, que já começava a vivenciar o esgotamento do fordismo-keynesianismo, o Brasil pós-64 vivenciou a expansão de um “fordismo à brasileira” no contexto do Milagre Brasileiro. O cenário da Ditadura de 1964, inserido na internacionalização da economia brasileira, buscou valorizar a economia interna a

partir das necessidades de recuperação das taxas de lucro nos países centrais. Para Behring e Boschetti (2006), a intervenção estatal procurou legitimidade através da expansão e modernização das políticas sociais e do trabalho protegido. Entretanto, a partir da década de 1970, o projeto de modernização conservadora esgotou-se com os rebatimentos da crise internacional no país e culminou com a chamada década perdida, 1980. O referido período foi marcado pela crise do regime, pelo avanço da inflação e pelo endividamento externo.

Com a retoma do Estado democrático de direito, a Carta Constitucional⁶ de 1988 instaurou tardiamente um modelo de Seguridade e política social em comparação ao movimento do capitalismo internacional. Ainda assim, a Constituição Federal de 1988 é um marco na garantia e na construção de direitos sociais e na intervenção do Estado brasileiro. Destaca-se o caráter contraditório da política social e dos direitos sociais: a correlação de forças e interesses na intervenção econômica e social.

[...] desde sua aprovação em 1988, os direitos e a instituição dos princípios e benefícios da Seguridade Social vêm sendo duramente atacados, o que revela, dentre outros, o modo como a classe dominante brasileira promoveu uma verdadeira cruzada contra as políticas sociais e da seguridade. (MOTA; SITCOVSKY, 2021,p. 39).

A conjuntura após o processo constituinte de 1988, a partir da década de 1990, a ofensiva neoliberal, a qual tem como marco o Consenso de Washington em 1989, acarretou mudanças nas relações do Estado com as políticas sociais no Brasil. Conforme aponta Pereira da Silva Cassin (2022), após o período de redemocratização do Brasil, a ordem burguesa brasileira buscou alinhar o país às demandas proveniente da nova conjuntura internacional na crise estrutural do capital. Com a necessidade de reduzir a ação do Estado doravante a restrição de gastos sociais, com a criação de um exército industrial de reserva para quebrar o poder dos sindicatos, a desigualdade social em curso alastrou-se.

⁶ O processo constituinte de 1988 foi marcado pela força das lutas pela redemocratização na crise da Ditadura Militar de 1964, pela organização política das demandas da classe trabalhadora, pelas greves operárias do ABC e pela defesa das liberdades democráticas. Assim, em conformidade com Mota (2008), o significado da seguridade social neste processo, marcado pela correlação de forças da luta de classes, está relacionado a incorporação da política social e dos sistemas de seguridade social “[...] na ordem capitalista como mecanismos potencialmente funcionais ao processo de acumulação e afetos ao processo de construção da hegemonia.” (MOTA, 2008, p. 131).

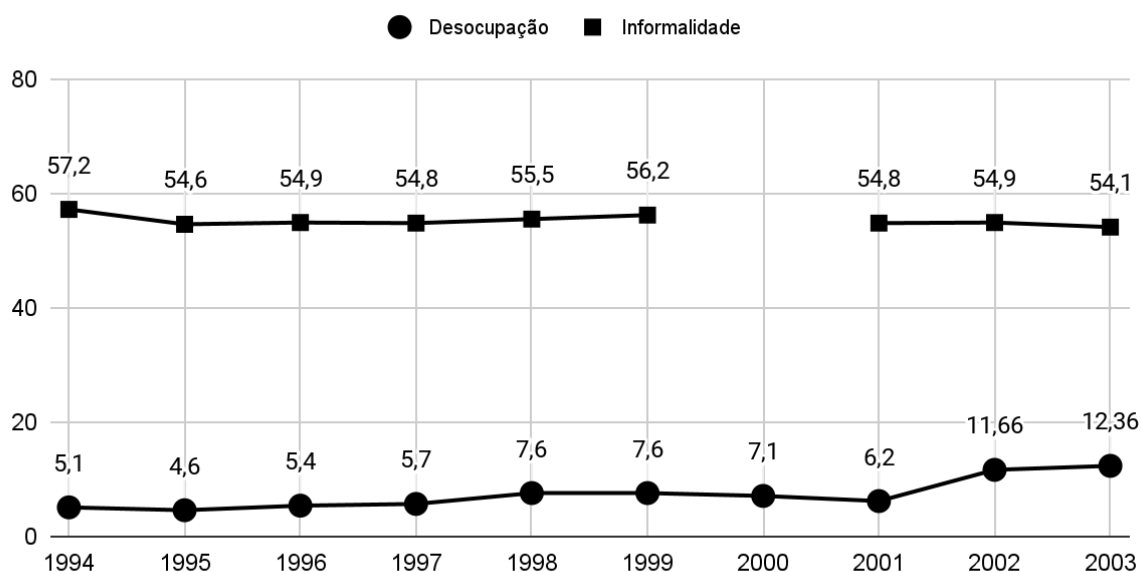
A ofensiva neoliberal no Brasil sobre a intervenção estatal que acarreta o esvaziamento das políticas sociais, no desmantelamento das relações trabalhistas e na construção de uma despolitização da classe trabalhadora, expressa o desmonte da seguridade social, em seus diversos modelos, nos países centrais e a dificuldade de sua estruturação nos países periféricos e dependentes. Constrói-se internacionalmente um perfil de acentuação da exploração entre os países e, internamente no Brasil, com os rebatimentos da crise dos modelos de Estado social sob a ofensiva neoliberal e das contrarreformas, acentua-se a insegurança e a desproteção social na classe trabalhadora. Nesse sentido, a informalidade, o desemprego, o aumento da população relativa, a intensificação da pobreza, o desmantelamento das relações trabalhistas e o desmonte das políticas sociais são mecanismos do próprio movimento do capitalismo brasileiro na periferia do capital para o enfrentamento da crise estrutural.

Alves e Tavares (2006) e Antunes (2011) destacam que no Brasil dentre as distintas modalidades do trabalho informal, destacam-se três: “trabalhadores informais tradicionais”, “trabalhadores informais assalariados sem registro” e “trabalhadores informais por conta própria”. A primeira modalidade refere-se aos trabalhadores que buscam obter uma renda para o consumo individual ou familiar, sendo tanto “menos instáveis”, que possuem conhecimento profissional, como costureiras e pedreiros, também “mais instáveis”, empregados temporariamente para algum serviço, como carregadores e ajudantes. A segunda modalidade são trabalhadores assalariados do setor privado sem carteira assinada, ou seja, sem registro e regulamentação estatal. Por fim, a terceira modalidade caracteriza os trabalhadores produtores simples. Tais modalidades expressam a ofensiva do capital sobre o trabalho através da erosão do trabalho protegido e regulamentado pelo Estado para sua substituição pelas formas de “empreendedorismo”. (ANTUNES, 2011).

É neste cenário de um Brasil de contrarreformas que o crescimento da informalidade e pobreza é recrudesce. Segundo Ramos (2002), nos primeiros seis anos da década de 1990 (1991-1996), a informalidade cresceu de 40% para 47% nas principais regiões metropolitanas, e no final do ano de 1999 chegou à marca dos 50% e 51% no início do milênio. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada aponta

que no Brasil o grau de informalidade⁷ foi de 57,2% para 56%,2% entre 1994 e 1996. O autor ressalta que o crescimento da informalidade nas regiões metropolitanas deve-se, entre diversos fatores, às mudanças no comportamento dos setores da indústria de transformação e dos serviços. Com a abertura da economia nacional à concorrência internacional, o setor da indústria de transformação sofreu uma perda no nível de ocupação chegando a 16% no final de 1999. Em contraste, o setor de serviços, a partir da estratégia de terceirização, abrangeu e acolheu grande parte dos trabalhadores, chegando a 42% dos ocupados no referido período. Neste período o setor da indústria contratava majoritariamente através da carteira assinada (cerca de 70% dos postos de trabalho em 2001), enquanto o setor de serviços tinha como marca o alto índice de informalidade nos postos de trabalho (cerca de 60% no mesmo ano). Ramos (2002) destaca que o crescimento da informalidade neste período foi caracterizado pelo constante crescimento do setor de serviços e pelo aumento de postos de trabalho informais no setor da indústria.

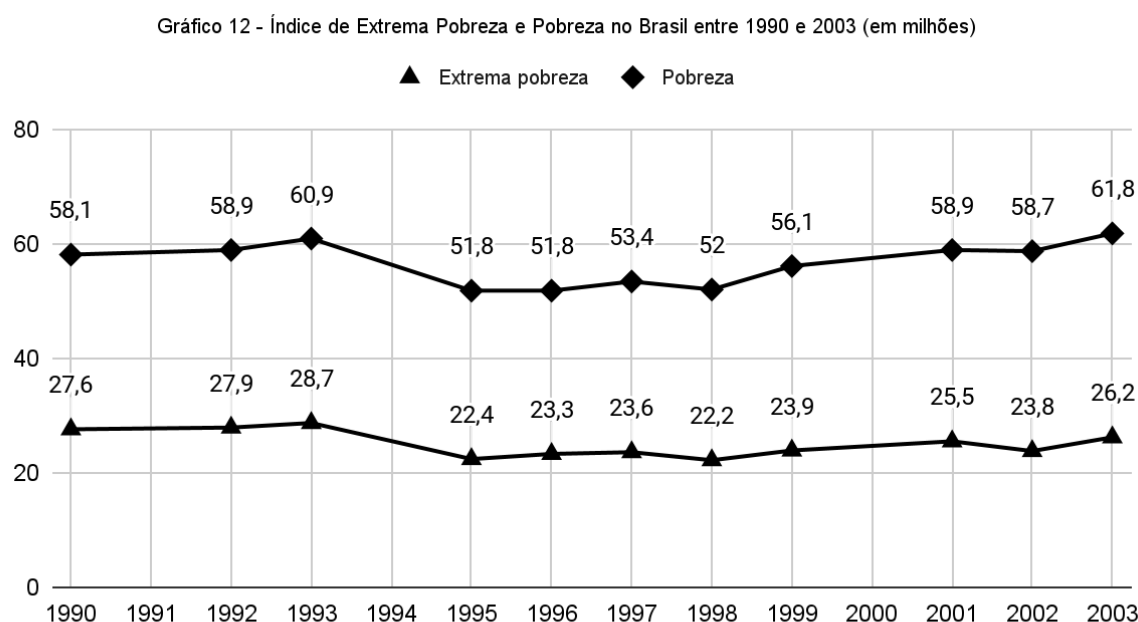
Gráfico 11 - Índice de Desocupação e Grau de Informalidade no Brasil entre 1994 e 2003 (em %)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) a partir dos dados da PNAD/IBGE; Elaboração própria

⁷ “Uma das três diferentes definições do grau de informalidade oferecidas no Ipeadata com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, esta taxa corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + empregados). Elaboração: Disoc/Ipea. Obs.: dados não calculados para os anos de Censo Demográfico, em que a Pnad foi interrompida pelo IBGE. Série interrompida.” (IPEADATA)

Assim, atrelada aos rebatimentos da crise internacional no Brasil, com os altos índices de desemprego, informalidade e precarização do trabalho, a pauperização das classes trabalhadoras brasileiras foi acentuada: segundo os dados do IPEA, na década de 1990, a pobreza⁸ e a extrema pobreza⁹ apresentavam altos índices. Em 1999, cerca de 23,9 milhões de brasileiros estavam na extrema pobreza e 56,1 milhões na pobreza. Nesse sentido, o número elevado de pobres e extremamente pobres indicam a materialização da pauperização absoluta das camadas mais pobres da classe trabalhadora mediante as transformações nacionais e internacionais do mundo do trabalho e da intervenção estatal na resposta às desigualdades.



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) a partir dos dados da PNAD/IBGE; Elaboração própria

A política social no Brasil no decorrer dos anos de 1990 foi marcada pelos projetos reformistas de cunho neoliberal. Behring e Boschetti (2006) frisa que a campanha propagada em torno da necessidade de reformas, na realidade, era a defesa de contrarreformas. Ou seja, longe de serem projetos reformistas de

⁸ “Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS.” (IPEADATA)

⁹ “Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de indigência (ou miséria, ou extrema pobreza). A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS.” (IPEADATA)

conteúdo redistributivo com viés social-democrata, os projetos que emergiram ao longo da década tiveram ênfase nas privatizações e no enxugamento do papel do Estado nas políticas sociais. Dessa maneira, com as políticas sociais assumindo um caráter compensatório e seletivo por meio de programas centrados em ações pontuais, o chamado “neoliberalismo *a la brasileira*” criou obstáculos para a implementação dos direitos sociais nos moldes da Carta de 1988. Consoante Vargas (2015), criou-se o Programa Nacional de Desestatização com a Lei 8.031 de 1990 que tinha como objetivo a ampliação dos processos de privatização e estimulou-se no Brasil a abertura para a tendência mundial de globalização financeira intensificando a liberalização do sistema financeiro que vulnerabilizou o mercado nacional de trabalho à conjuntura internacional. Com a implementação do Plano Real em 1994, responsável pelo controle do processo inflacionário, com a supervalorização do câmbio restringiu-se o crescimento econômico e aumentou-se a vulnerabilidade externa. (Vargas, 2015).

Mattei (2019) ressalta que os Governos Sarney (1985-1990) e Collor (1990-1992) foram marcados pelo ataque à intervenção estatal e procuraram gerar distorções no financiamento da seguridade social. O Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ancorou-se nos preceitos do Consenso de Washington para criar as condições para as contrarreformas da política social. O autor destaca que a partir das posições antagônicas de ofensiva neoliberal e da responsabilização do Estado na garantia de direitos sociais, o Governo FHC introduziu a partir de 1995, com a criação do Programa Comunidade Solidária, políticas focalizadas a fim de combater a pobreza sob a égide de uma política social sintonizada e subordinada à orientação do grande capital. Em 1997 houve o advento dos primeiros programas de transferência de renda numa estratégia de conciliar o projeto de desenvolvimento social do Governo FHC e os programas de ajuste macroeconômico. (MATTEI, 2019).

Na esfera do Governo Federal os primeiros programas de transferência de renda surgem no ano de 1997 [...], o qual procurou promover reformas profundas na política social (saúde, educação, previdência, habitação e assistência social), visando focalizar o gasto público e aumentar sua eficiência, num ambiente de ajustes macroeconômicos que se opunham à expansão do gasto governamental na área social. (MATTEI, 2019, p. 62)

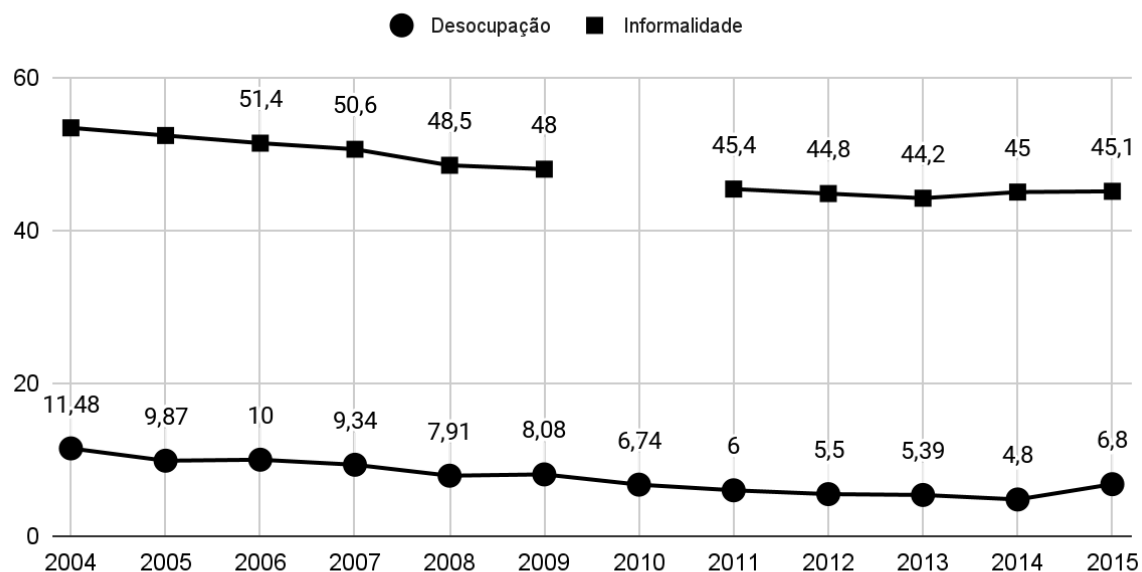
Desse modo, Behring e Boschetti (2006) frisam que com o *boom* da dívida pública, a tendência de desresponsabilização do Estado na década de 1990 pelo asseguramento da política social, associada à crescente pobreza e desemprego,

não significou a ausência de política social, mas as formulações da política social foram capturadas pelo trinômio do neoliberalismo: privatização, focalização e descentralização.

Os caracteres redistributivos e universais do Sistema de Seguridade Social, que se encontrava em construção, foram solapados e segmentados, entre o público e o privado, e no interior destas duas esferas. Essas características são evidenciadas pela contenção dos gastos públicos na área social, pela maior participação do setor privado nas suas diferentes áreas e pela flexibilização das instituições trabalhistas. Esses movimentos acompanharam assim o processo de liberalização econômica, representando a contrapartida de um modelo mais competitivo e exposto ao sistema de mercado internacional. (VARGAS, 2015, p. 73).

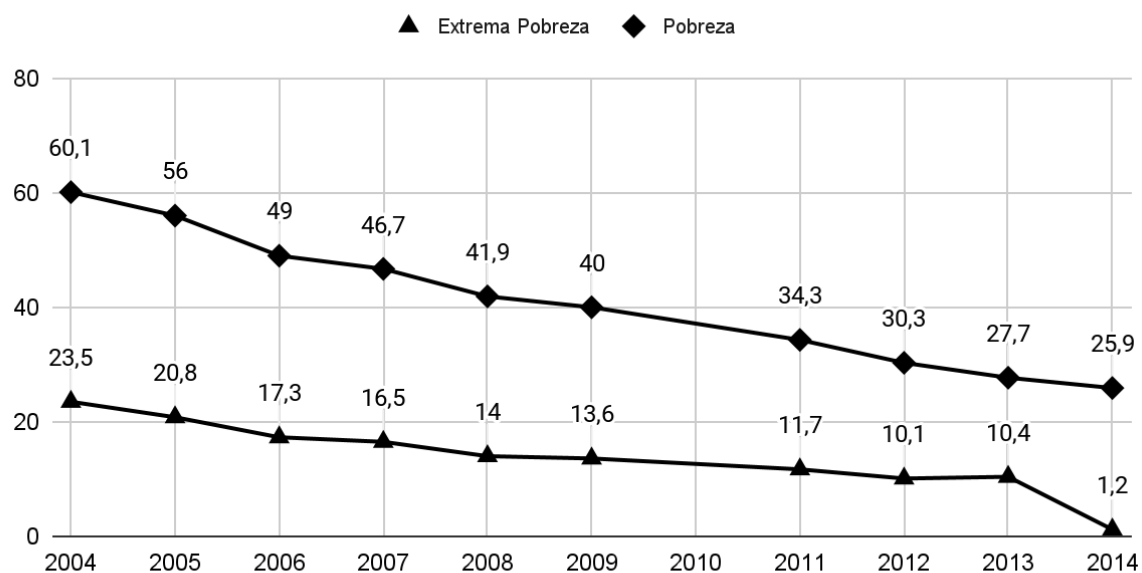
Com o advento nos governos petistas de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), dentro de uma conjuntura internacional favorável possibilitada pelo *boom* das *commodities*, avançou no país o financiamento das políticas sociais, principalmente as políticas de redistribuição de renda, alinhado ao aumento do salário mínimo, redução do desemprego, ampliação do seguro-desemprego, controle da inflação, expansão do crédito e, conseqüentemente, uma melhoria no nível de vida da classe trabalhadora. (PEREIRA DA SILVA CASSIN, 2022). Dessarte, ainda que com políticas de caráter neodesenvolvimentista que não reformaram a estrutura do mercado de trabalho brasileiro, o grau de informalidade caiu de 53,4% em 2003 para 45,1% em 2015 e o índice de desemprego caiu de 11,48% em 2002 para 4,8% em 2013, entretanto, em 2015 o desemprego voltou a subir com o índice de 6,8%. (VER GRAF. 13). A extrema pobreza caiu de 23,5 milhões em 2004 para 1,2 milhão em 2014 (o menor índice já registrado até então).

Gráfico 13 - Índice de Desocupação e Grau de Informalidade no Brasil entre 2004 e 2015 (em %)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) a partir dos dados da PNAD/IBGE; Elaboração própria

Gráfico 14 - Índice de Extrema Pobreza e Pobreza no Brasil entre 2004 e 2014 (em milhões)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) a partir dos dados da PNAD/IBGE; Elaboração própria

Nesse sentido, Vargas (2015) destaca que no referido período, contraditoriamente, houveram medidas de aprofundamento da flexibilização, principalmente com a aprovação da reforma previdenciária através da Emenda Constitucional n. 41 de 2003, e, ao mesmo tempo, medidas que visavam a retomada da regulação do trabalho e a criação, ampliação e integração de programas que

visavam o combate à pobreza por meio da focalização: o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família (PBF) que uniu os programas anteriores de transferência de renda. Deve-se também atentar à Lei Complementar nº128 de 2008 que regulamentou o Programa Microempreendedor Individual (MEI) visando trazer alguma espécie de legalidade às economias informais através do reforço do caráter focalizador das políticas.

Nesse período, denominado de “novo-desenvolvimentista”, constatou-se uma performance consistente da economia brasileira, com maior dinamismo do PIB em um contexto de baixa inflação. [...] Destaques positivos para as políticas de transferência direta de renda aos cidadãos (facilitando o acesso a bens e serviços) e para as expectativas internas e externas acerca de um maior protagonismo do país no concerto das nações. O Brasil ensaiou um “contramovimento” democrático rumo a um Estado regulador e de bem-estar social. Entremeios, a redução da informalidade não foi efetiva, evidenciando que a questão extrapola a esfera econômica e transborda para o campo institucional e social, consistindo em um entrave às liberdades substantivas, à justiça social e ao desenvolvimento socioeconômico. Quanto às alterações institucionais, expediram-se medidas pontuais com sinais contraditórios, sendo a reforma previdenciária a mais flexibilizadora das relações trabalhistas e a política do salário mínimo a que mais reforçou a regulação pública. (VARGAS, 2015, p. 104).

Entretanto, deve-se destacar que a partir dos efeitos da crise de 2008, as condições econômicas e políticas que permitam uma política de conciliação entre as classes esgotaram-se. (PEREIRA DA SILVA CASSIN, 2022). Com a culminação do Golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, que expressa a queda do projeto petista de conciliação de classes, e com a ascensão do ultraneoliberalismo¹⁰ com

¹⁰ A partir do pós-golpe, Antunes (2018) aponta o início de uma nova fase mais hostil, ultraneoliberal do capitalismo. Cislagui (2020) compreende que se tratava de “[...] um aprofundamento dos pressupostos neoliberais” (CISLAGUI, 2020, s/p).

Segundo Mota e Rodrigues (2020), a ofensiva do ultraneoliberalismo e do ultraconservadorismo no Brasil e na América Latina construiu uma cultura reacionária que se opõe a qualquer construção de Estado que atenda às necessidades da classe trabalhadora frente ao acirramento das expressões da questão social na contemporaneidade. Esse ultraconservadorismo, com forte caráter racista, sexista, machista, LGBTfóbico e xenofóbico, flerta com as ideias do nazifascismo e se integra perfeitamente à pauta econômico-social regressiva através de contrarreformas do Estado, do ajuste fiscal e de medidas de coerção aos movimentos sociais, partidos de esquerda e sindicatos. Em nome da família no modelo burguês, da propriedade privada e da primazia do mercado na sociedade, o ultraneoliberalismo é a expressão deste novo conservadorismo que mescla as estratégias econômicas de desmonte em curso da proteção do trabalho, o individualismo, o apelo ao empreendedorismo, o enxugamento da intervenção estatal nas políticas sociais, a privatização e os interesses do capitalismo financeiro com o anticomunismo, com o fundamentalismo religioso e com o autoritarismo. As autoras afirmam que essa cultura autoritária e fascizante, que surgiu principalmente após a dissolução da política de conciliação de classes nos governos Lula-Dilma (Partidos dos Trabalhadores - PT), foi promovida pelas diversas frações da burguesia brasileira no contexto de precarização do trabalho, enfraquecimento da luta sindical, uberização, terceirização e ofensiva sobre o trabalho formal e protegido. A ascensão da extrema-direita em 2018 no Brasil e a

fortes traços reacionários e nazifascistas, as tendências da política social e da intervenção estatal são acompanhadas pela mercantilização das políticas e a submissão destas às políticas de ajuste fiscal, do esvaziamento e do enxugamento dos direitos sociais, do aprofundamento da pobreza e da filantropia privada e religiosa. (MOTA; SITCOVSKY, 2021).

A inserção do Brasil na reestruturação do capital produz a ofensiva sobre os direitos trabalhistas e o acentuamento da informalidade, produto da sua formação sócio-histórica, do desemprego e da pobreza.

O golpe de 2016 foi a alternativa encontrada pelas classes dominantes para deter os impactos da crise econômica e a instabilidade política, adequando o País às exigências da acumulação capitalista em nível mundial. (PEREIRA DA SILVA CASSIN, 2022, p. 20).

Com o advento de fortes movimentos de extrema direita na década de 2010 e com o golpe de 2016 e as posteriores contrarreformas, a atual conjuntura brasileira de ofensiva ultraconservadora e ultraneoliberal é marcada pela investida reacionária e de precarização do trabalho e das condições de vida da classe trabalhadora. O projeto econômico ultraneoliberal que se consolida alicerçado no Golpe de 2016 e na eleição no candidato de extrema direita em 2018, nos governos Temer-Bolsonaro, é expresso nas contrarreformas de 2016 - a Emenda Constitucional 95 de 2016 -, de 2017 - a Lei nº 13.467 de 2017 e a Lei nº 13.429 de 2017 - e 2019 - Lei 13.874 de 2019 e a Emenda Constitucional 103 de 2019 - e nos constantes desfinanciamento das políticas sociais.

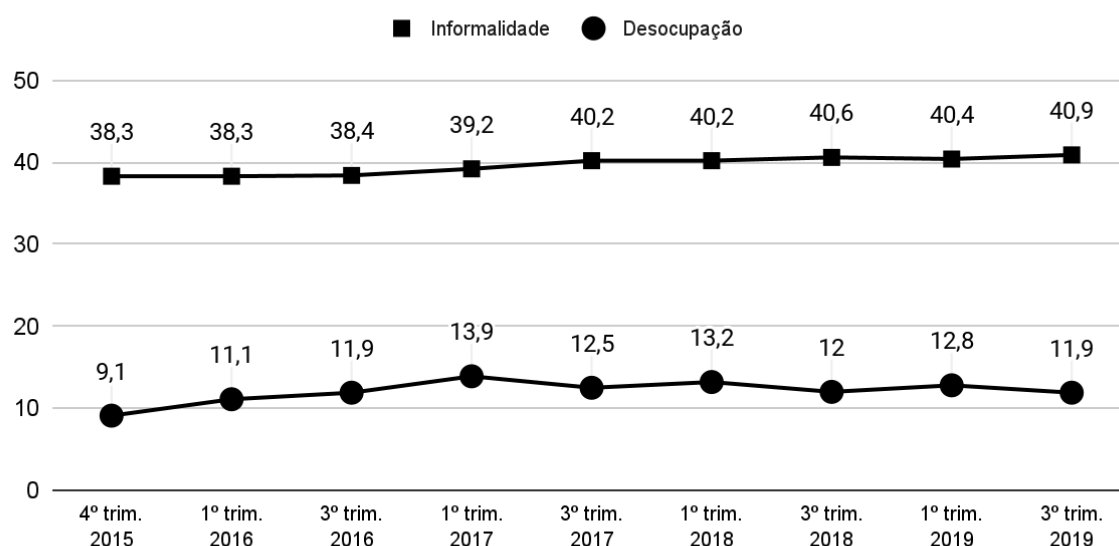
A ordem burguesa, que ao universalizar as manifestações da crise do capital gerada pela lógica financeira, no Brasil, como consequência do frágil desenvolvimento da proteção social e de sua formação social, buscou dismantelar os direitos sociais e do trabalho e, consequentemente, acentuando as desigualdades na relação capital e trabalho e a desigualdade. Assim, em conformidade com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (IBGE, 2023), as taxas de informalidade¹¹ e desemprego da segunda metade de 2015 ao

fragilidade da democracia, onde não há um Estado de Bem-Estar Social consolidado, exigem um conservadorismo extremo e antidemocrático para legitimar a supressão de direitos trabalhistas e sociais garantidos pela Constituição.

¹¹ A PNADContínua trimestral/IBGE adotou a partir do último trimestre de 2015 uma nova linha histórica para mensurar os índices de informalidade no Brasil, considerando como trabalhadores informais as pessoas ocupadas como “[...] empregado do setor privado sem carteira; trabalhador doméstico sem carteira; empregador que não contribui para o INSS; trabalhador por conta própria que não contribui para o INSS; ou trabalhador não remunerado em ajuda a morador do domicílio, ou parente.” (PNAD/IBGE).

terceiro trimestre de 2019 subiram com leves oscilações ao longo do período. A taxa de informalidade foi de 38,3% para 40,9% e a taxa de desocupação foi de 9,1% para 11,9%, atingindo seu ápice no 1º trimestre de 2017 com 13,9%. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2023) o ano de 2016 marcou a perda de 1,3 milhão de vagas de empregos formais. Logo, consoante Mota (2022), o cenário brasileiro contemporâneo de informalidade, desemprego, precarização e desproteção do trabalho, principalmente a partir da crise social e política que culmina com a entrada da agenda ultraneoliberal, é caracterizada pelas expressões da crise capitalista e seus agravantes a partir de 2008.

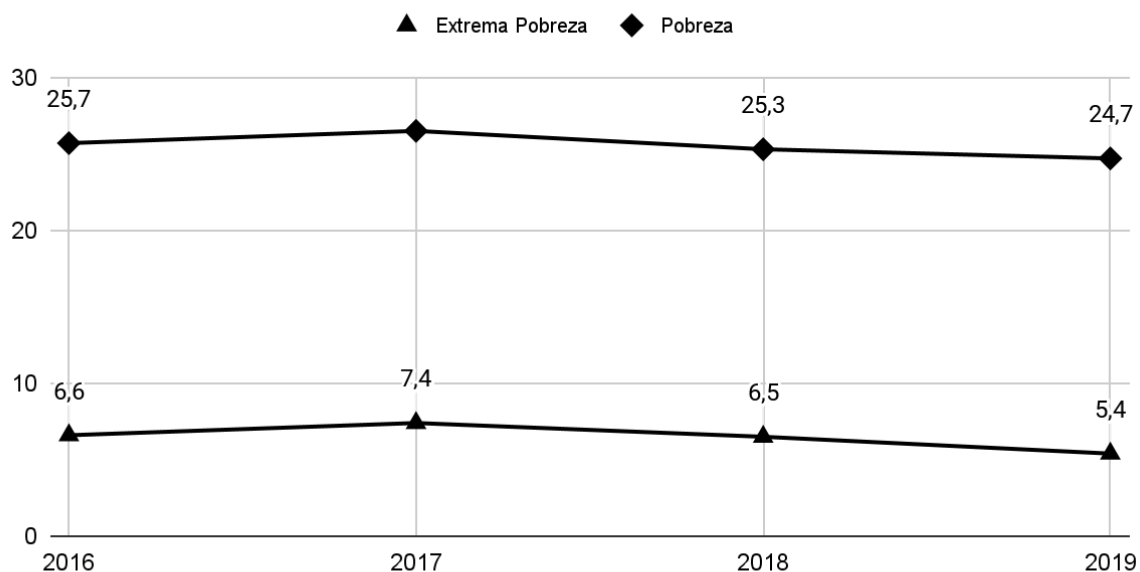
Gráfico 15 - Taxa de informalidade e desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade no Brasil entre o 4º trimestre de 2015 e o 3º trimestre de 2019 (em %)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral; SIDRA; IBGE, 2023. Elaboração própria

Acompanhada pelos índices de informalidade e desemprego, a pobreza no Brasil voltou a crescer na segunda metade da década de 2010. Compreendendo que o avanço do reacionarismo, o acentuamento das desigualdades, a precarização, informalidade, a pauperização e o desemprego fazem parte das principais estratégias das classes burguesas de enfrentamento da atual crise econômica e política sob os interesses do capital financeiro, segundo a Síntese de Indicadores Sociais com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2022), os índices de pobreza - conforme as linhas da pobreza adotadas nos critérios de extrema pobreza e pobreza do Banco Mundial - chegaram em 2016 a 25,4% e a extrema pobreza a 6,6%. Em 2019, a pobreza caiu para 24,7% e a extrema pobreza para 5,4%.

Gráfico 16- Índice de Extrema Pobreza e Pobreza no Brasil entre 2004 e 2014 (em %)



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais; PNADContínua; IBGE. Elaboração própria

De acordo com Amaral (2021), a aprovação da Reforma Trabalhista, Lei no 13.467 de 2017, e o conjunto das contrarreformas ao introduzir novas modalidades de regulação do trabalho na tentativa de se integrar subordinadamente ao mercado mundial acentuam características já presentes no mercado de trabalho brasileiro: mais flexibilização, mais desproteção e mais informalidade. (MOTA; RODRIGUES, 2020). Nesse sentido, Mota e Sitcovsky (2021) refletem que, ao contrário daquilo que os defensores das reformas alegavam, os desdobramentos da realidade apontam que a ofensiva sobre os direitos trabalhistas e sociais impactaram violentamente nas condições de vida da classe trabalhadora brasileira: pauperização, informalização, desemprego, desalento.

O projeto da classe dominante tem como suportes materiais a propriedade privada, a exploração do trabalho e a apropriação de riquezas, alimentada pela financeirização do capital mediada, dentre outros aspectos, pela pilhagem dos meios de vida dos trabalhadores (bens, serviços, salários e rendas e do fundo público). No outro polo dessa relação, a pauperização das classes trabalhadores mediante a superexploração do trabalho, o desemprego e a inexistência de renda são potenciados pela supressão de direitos e garantias sociais sob a égide dos ajustes fiscais ultraneoliberais, determinando a regressão da Seguridade Social com a expansão de uma nova onda de assistencialização. (MOTA; SITCOVSKY, 2021, p. 44).

Amaral (2021) reflete que, na medida em que o Estado articula os interesses da acumulação, ele coordena contrarreformas e ações de desregulamentação das

legislações e de entrega do fundo público ao capital fictício. A saída encontrada pelo movimento do capital para a manutenção de suas façanhas tem sido orientada por medidas estatais ultraneoliberais culminadas a partir de 2016.

A precarização do trabalho, estrutural e inerente à lógica do processo de acumulação de capital em todas as fases históricas da ordem burguesa, sob a égide da flexibilização e da financeirização acarreta a informalidade como regra no mundo do trabalho contemporâneo, aumento significativo da superpopulação relativa, desmonte das legislações trabalhistas e sociais e desproteção do trabalho, uberização e aumento do âmbito dos serviços com o avanço das TICs.

A ofensiva destrutiva do capital sob o trabalho neste início do século XXI aponta tendencialmente para um mundo do trabalho mais informal, mais precário, mas desregulamentado, mais instável e mais desigual. Essa nova fase da exploração burguesa sobre o trabalho é expressão do caráter antagônico de duplicidade das relações de produção capitalista: nas mesmas condições em que há o desenvolvimento dos meios de produção, há a produção de miséria e pobreza. (MARX, 2017b). Desse modo, compreendendo que os antagonismos das relações burguesas de produção movem o capitalismo contemporâneo, e que a sua lei absoluta é a produção de mais-valor, deve-se ressaltar que o mundo do trabalho atual vive uma nova fase desconstrução sem precedentes em toda era da modernidade, intensificado a informalidade e a precarização (ANTUNES, 2011). Por fim, destaca-se que a barbárie contemporânea expressa o esgotamento da ordem capitalista de suas potencialidades progressivas (NETTO; BRAZ, 2012).

Assim, essa tendência destrutiva em relação ao trabalho não for fortemente confrontada, recusada e obstada, sob todas as formas possíveis, teremos, além da ampliação exponencial da informalidade no mundo digital, a expansão dos trabalhos “autônomos”, dos “empreendedorismos” etc., configurando-se cada vez mais como uma forma oculta de assalariamento do trabalho, a qual introduz o véu ideológico para obliterar um mundo incapaz de oferecer vida digna para a humanidade. (ANTUNES, 2020, p. 15).

Dessa maneira, o Brasil, dentro da dinâmica da periferia e semiperiferia do capitalismo, tem se transformado em um imenso reservatório de trabalhadores excedentes com força de trabalho barata e precária. (MARANHÃO, 2010).

3.2. As respostas do Estado Brasileiro na pandemia do COVID-19.

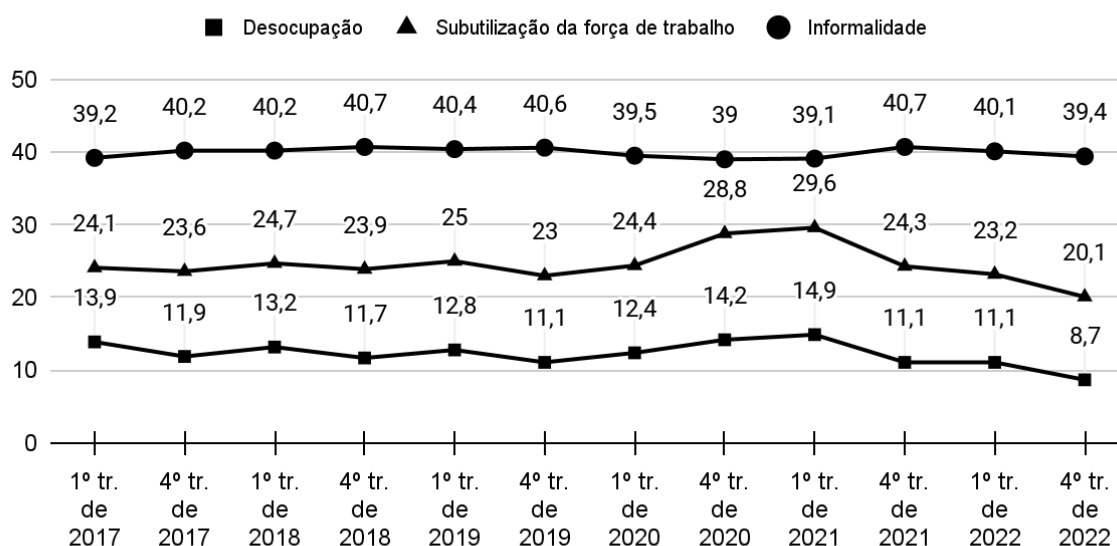
“No Brasil, a covid se alastrou entre homens e mulheres da classe trabalhadora já desprovidos dos direitos sociais minimamente construídos na Carta Constitucional de 1988.” (GRANEMANN; MIRANDA, 2020, p. 32). A atual crise econômica do capitalismo, marcada pelas novas dinâmicas de acumulação e reprodução do capital, pelo avanço do neoliberalismo, pela égide financeira e pelas transformações no mundo do trabalho, sofreu efeitos intensos com a eclosão mundial da pandemia e da crise sanitária em março de 2020. No Brasil, a crise alastrou-se em todos os âmbitos da vida social: isolamento social, tentativas de *lockdown* para conter o avanço do vírus, inúmeras mortes, desemprego, intensificação da crise econômica, contínuas transformações no mercado de trabalho, colapso do sistema de saúde pública, acentuação da desigualdade, da pobreza e respostas estatais emergenciais a partir da pressão política.

A pandemia, diante da necessidade de isolamento social para evitar o aumento do contágio pelo vírus, de paralisação de diversas atividades no âmbito da vida social, cultural, econômica e religiosa, impôs limites à organização da classe trabalhadora já em um histórico contexto de despolitização e desmobilização das lutas e de avanço das contrarreformas. “[...] podemos afirmar que a crise sanitária da COVID-19 amplificou a pobreza e o desemprego, revelando inúmeras situações de penúria, desproteção e abandono social [...]” (MOTA; SITCOVSKY, 2021, p. 43).

Neste novo cenário gerado pela pandemia de 2020, o Brasil apresentou dados alarmantes que apontam para a intensificação da precarização estrutural do trabalho: segundo IBGE (2020), no período pandêmico de 2020, a taxa de desocupação alcançou 14,4%, 15,3 milhões de trabalhadores não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade e 2,4 milhões de pessoas foram afastadas do trabalho. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (IBGE, 2023), no primeiro trimestre de 2020, o número de trabalhadores informais chegou a 36 milhões e no mesmo período em 2022 a 38 milhões. Deve-se destacar que o número de trabalhadores informais vem crescendo ao longo dos anos anteriores à crise pandêmica: no mesmo período em 2016 os dados já apontavam para 34 milhões de trabalhadores na informalidade. Consoante o CAGED (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2023) o mês de março de 2020 marcou a perda de 295.091 postos de

trabalho e o mês de abril a perda de 981.961, encerrando o referido ano com o saldo negativo de 192.772. Conforme os dados do IBGE (2023) da PNAD Contínua Trimestral, deve-se notar que já antes da eclosão do cenário pandêmico os índices de desocupação (pessoas com 14 anos ou mais de idade que não trabalham e não geram rendimento para o domicílio em que vivem, mas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias em que a pesquisa foi realizada), de subutilização da força de trabalho e de informalidade (trabalhadores excluídos do trabalho formal, ou seja, sem carteira assinada, e não possuem CNPJ) já estavam acentuados no Brasil.

Gráfico 17 - Taxas desocupação, Subutilização da força de trabalho e Informalidade das pessoas de 14 anos ou mais de idade no Brasil entre o 1º trimestre de 2017 e o 4º trimestre de 2022 (em %)



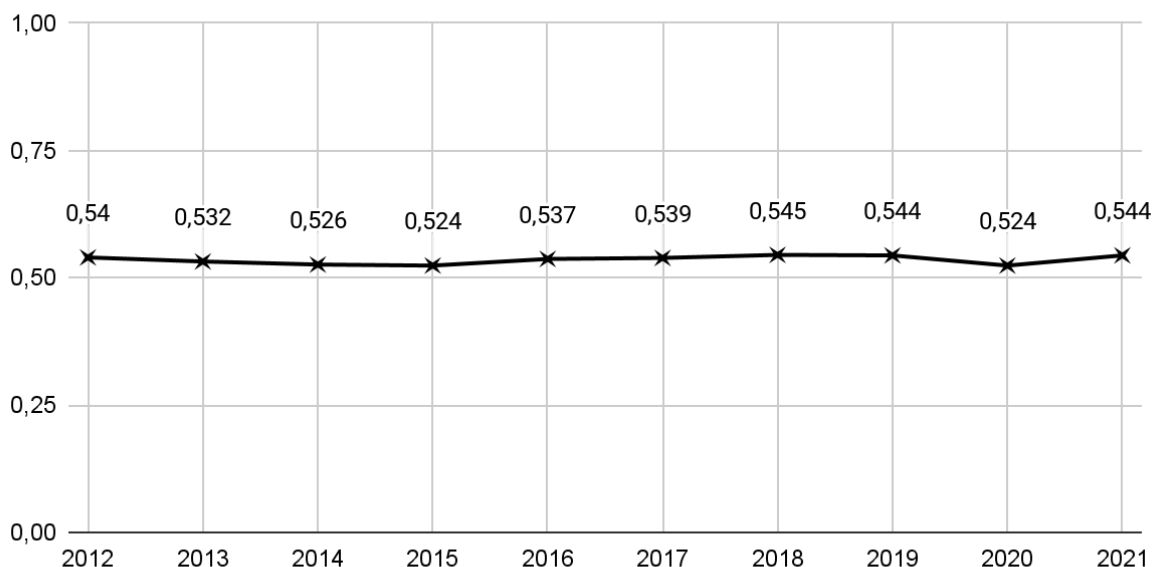
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral; SIDRA; IBGE, 2023. Elaboração própria

A partir da Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2022), o índice de extrema pobreza caiu em 2020 para 5,7% dos brasileiros e a pobreza para 24,1%. Entretanto, em 2021 os índices voltaram a crescer: a extrema pobreza chegou a 8,4%, maior avanço desde 2012, e a pobreza a 29,4%. O índice de Gini caiu em 2020 para o índice de 0,524, uma queda em relação aos anos anteriores, entretanto em 2021 chegou a 0,544 (Ver GRAF. 18). Entre as regiões a desigualdade foi mantida: o Nordeste apresentou o maior índice com 0,556 e o Sul o menor com 0,462. Em 2021, entre os extremamente pobres e os pobres, 53,2% e 44,8%, respectivamente, estavam no Nordeste. (SILVEIRA, 2022).

Em contraste, segundo a Oxfam (2022b), no Brasil, que conta com 55 bilionários, a riqueza total dos super-ricos é de US\$ 176 bilhões e aumentou cerca

de 30% durante a crise sanitária. Enquanto os maiores bilionários brasileiros possuem mais riqueza que 60% da população, 90% dos brasileiros tiveram no período pandêmico até 2022 a redução de 0,2% de sua riqueza.

Gráfico 18 - Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil entre 2012 e 2021



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2022 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral; IBGE,

Consoante o *The World Bank* (2022), o Brasil registrou um dos maiores índices mundiais de óbitos na pandemia com mais de 700 mil vítimas. O impacto da crise na vida dos trabalhadores brasileiros só começou a ser reduzido com as campanhas de vacinação em meados de 2021. Em março de 2020 cerca de três a cada dez brasileiros eram pobres e cerca de 8% viviam na extrema pobreza. Entretanto, ressalta-se que “A pandemia poderia ter aumentado significativamente a pobreza no Brasil, se não fosse o pacote fiscal e a transferência direta de renda para 68 milhões de pessoas.” (THE WORLD BANK, 2022).

Conforme o CAGED (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2023) o setor de serviços encerrou o ano de 2020 com a perda de 311.460 postos de trabalho, o setor do comércio com a perda de 66.520 e apenas o setor da indústria teve o saldo positivo de 51.384. Entretanto, o ano de 2021 com a lenta recuperação dos postos de trabalho, o setor de serviços encerrou o ano com o saldo positivo de 1.246.583, o setor do comércio com 662.401 e o setor da indústria com 476.462. Assim, o *The World Bank* (2022) também destaca que a recuperação do Brasil da recessão econômica em 2020 deu-se a partir do crescimento e do impulsionamento do setor de serviços.

Por outro lado, segundo o *Global wealth report* do Banco *Credit Suisse* (CNN, 2021), o Brasil encontra-se na extrema concentração de riqueza: em 2020, 1% mais rico da população detém 49,6% da riqueza produzida no Brasil e de acordo com o IBGE (2022), em 2022 cerca de 62,5 milhões de brasileiros (29,4%) estavam abaixo da linha da pobreza.

Diante deste cenário, a pandemia ao provocar grandes turbulências no mundo do trabalho, a retomada do trabalho na informalidade serviu como estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora a partir do final de 2020 (destaque ao índice de informalidade a partir do primeiro trimestre de 2021 e a queda do índice de desocupação - GRAF. 17). Em concordância com Mattei e Heinen (2022), a recuperação do emprego formal, por outro lado, seguiu bastante lenta em comparação à retomada dos postos de trabalho na informalidade. Nesse sentido, conforme afirmam os autores, a retomada do mundo do trabalho se construiu alicerçado em um mercado marcado por postos de trabalho precários e com baixas remunerações. Diante do exposto, “[...] a tendência é que esse processo prossiga pelos próximos períodos, elevando ainda mais a informalidade do mercado de trabalho brasileiro, que já vinha em franca ascensão desde 2015.” (MATTEI; HEINEN, 2022, p. 54).

Inserido em um contexto de transformação do mundo do trabalho, saturadas e acentuadas com as contrarreformas no contexto do Golpe de 2016 e de um cenário de crise estrutural, o mercado de trabalho na pandemia entrou em níveis históricos de desregulamentação e desproteção do trabalho. Tendo a precarização do trabalho como regra no capitalismo contemporâneo, a informalidade e o desemprego no Brasil atuam como respostas à lógica da atual fase de acumulação em sua crise estrutural. Portanto, deve-se destaque à conclusão de Mattei e Heinen:

Assim, os próximos períodos devem acentuar as tendências prévias de baixa geração de empregos formais e de crescimento das subocupações, consolidando um padrão de acumulação com níveis de desemprego (aberto ou oculto) estruturalmente elevados. (MATTEI; HEINEN, 2022, p. 58).

Com a acentuação da pobreza, das desigualdades e da precarização do trabalho com a pandemia, as respostas e estratégias do Estado, que já vinham sendo marcadas pelo neoliberalismo desde a década de 1990 e intensificadas com o Golpe de 2016, no período da pandemia, estão inseridas no contexto de ofensiva ultraneoliberal no Brasil e de transformações no mundo do trabalho.

Diante do avanço da ofensiva ultraneoliberal com fortes traços reacionários e neofascistas que culminaram com a eleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro em 2018, as respostas do Governo Federal brasileiro na crise sanitária desde março de 2020 foram marcadas pelo negacionismo e pelos discursos anti-lockdown e anti-vacina. Em vista disso, ao negar os efeitos da pandemia sobre a classe trabalhadora, principalmente os mais precarizados e expostos ao vírus e ao colapso do sistema público de saúde, o governo Bolsonaro inflamou a população contra as medidas sanitárias de contenção da contaminação do vírus e contra a vacina.

Em sequência à política econômica do governo Temer, o governo Bolsonaro com Paulo Guedes, ministro da economia, intensificaram os instrumentos de contenção de gastos para as políticas sociais, sob o ajuste fiscal, e de garantia da submissão dos interesses do Brasil aos interesses do grande capital. Além disso, o conteúdo da ofensiva ultraneoliberal carrega consigo marcas reacionárias de criminalização dos movimentos sociais, das lutas dos interesses da classe trabalhadora, das minorias (LGBT+; mulheres, população negra e indígena, pessoas com deficiência) e da pesquisa científica. Somando-se a isso, os direitos já conquistados historicamente pela classe trabalhadora foram ameaçados: o fim do ministério do trabalho, a contrarreforma trabalhista e da previdência, a defesa do teto de gastos e o incentivo ao mundo do trabalho individualizado e desprotegido - o discurso do empreendedorismo e anti-direitos trabalhistas.

Ao retardar e resistir a exercer sua responsabilidade pública e assegurar os recursos públicos e as medidas econômicas, sociais e sanitárias necessárias ao enfrentamento da pandemia e dos casos que se multiplicaram violentamente, o governo federal negacionista, ultraneoliberal e neofascista favoreceu também a multiplicação e a agudização das desigualdades estruturais. (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p. 76).

Segundo o Portal da Transparência (BRASIL, 2021), em 2020 o Governo disponibilizou o orçamento de R\$ 524 bilhões para o enfrentamento à pandemia, cerca de apenas 15,85% dos investimentos públicos (LOPES; SILVA, 2022). Em 2021 (BRASIL, 2021), o orçamento destinado foi de apenas R\$ 75 bilhões. Nesse sentido, a partir do desfinanciamento e da retenção de gastos nas políticas sociais, sob a lógica das medidas de austeridade sob o governo Bolsonaro, a capacidade do Estado de responder às demandas impostas pela pandemia caminharam sob a ofensiva ultraneoliberal. “As ações tomadas para o enfrentamento da crise tiveram

como foco a manutenção do capital em detrimento do trabalho.” (SILVA; VENDRAMINI, 2023, p. 86).

Com a volta do Brasil ao mapa da fome e da extrema pobreza, com os inúmeros óbitos da classe trabalhadora, principalmente entre os segmentos mais pauperizados, e da falta de acesso aos direitos básicos de vida e sobrevivência no contexto da pandemia de 2020, a crise sanitária evidenciou um processo que já vinha ocorrendo nos últimos anos: a barbárie contemporânea sobre os trabalhadores e o mundo do trabalho.

Buscando compreender os mecanismos da ordem burguesa na construção das respostas do Estado brasileiro na pandemia, Boschetti e Behring (2021) frisam que o mundo do trabalho é o fator determinante na inserção dos trabalhadores a nas políticas da Seguridade Social: a previdência social, através do trabalho formal ou de uma contribuição mensal, e a assistência social, direcionada para as pessoas pobres ou sem condições para o trabalho por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os trabalhadores sem empregos formais só possuem acesso às políticas de seguro-desemprego ou direitos previdenciários, ou à assistência social dentro dos critérios estabelecidos. A terceira política de tripé da Seguridade Social: a saúde universal através do Sistema Único de Saúde, em decorrência da falta de recursos, intensificada com a Emenda Constitucional 95 de 2017, sofreu um colapso diante das novas demandas da crise sanitária do novo Coronavírus.

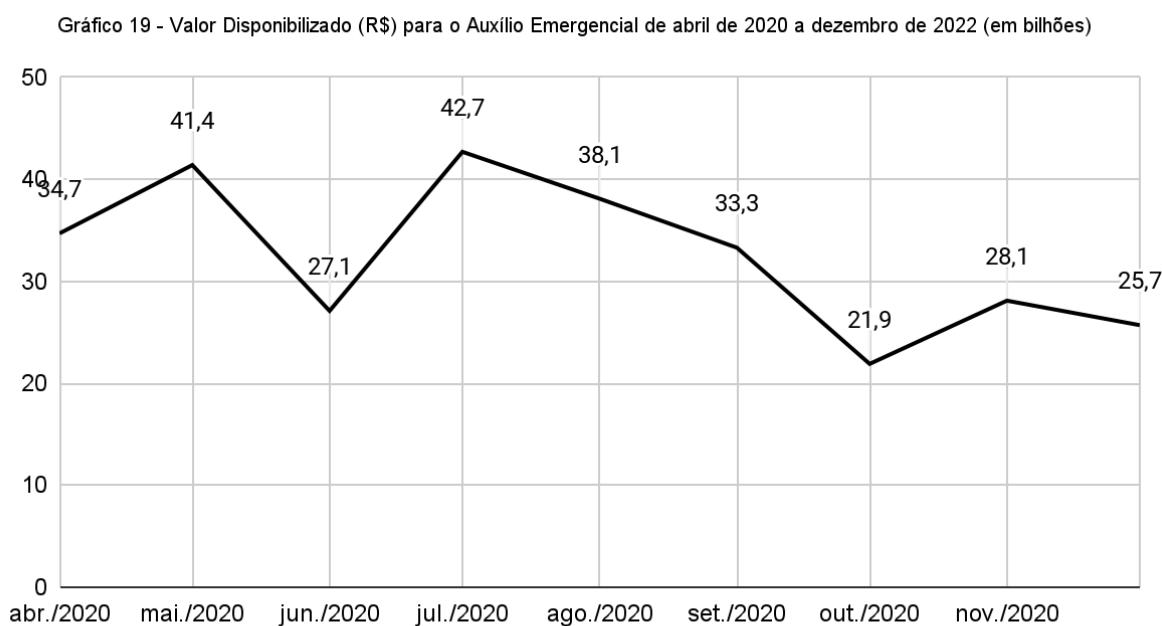
Antes mesmo da pandemia, portanto, a economia patinava insistentemente, o que sustentou a encarniçada destruição da previdência pública, como estratégia de transferência antes nunca vista de fundo público para o capital, especialmente o financeiro. (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p. 67).

Nesse sentido, o Estado brasileiro que já vinha em um processo de contrarreformas e de desresponsabilização de intervenção nas expressões da questão social, as suas respostas e estratégias no contexto da pandemia estão centradas no benefício financeiro denominado Auxílio Emergencial articulado com os benefícios de renda e na Medida Provisória 936/2020. A referida MP, no tocante ao mundo do trabalho, permitiu durante a crise sanitária a suspensão de contratos de trabalho sem a participação da categoria sindical e sem o pagamento de salários.

O Auxílio Emergencial, sob o viés da seletividade, através da Lei nº 13.982 de 2020, foi um programa do governo federal que visava garantir uma renda mínima para a subsistência dos trabalhadores mais pauperizados, como trabalhadores

informais de baixa renda e microempreendedores individuais, tendo como critério a renda de até três salários mínimos por família. No valor de R \$600,00 e iniciado no mês de abril, o pagamento do auxílio deu-se através da Caixa Econômica Federal e teve sua primeira fase até agosto de 2020. Destaca-se que o referido benefício só conseguiu se consolidar e ser garantido através da pressão dos partidos de esquerda no Poder Legislativo, em oposição ao governo Bolsonaro, e dos trabalhadores.

Assim, ao longo dos meses em 2020, com o desfinanciamento do Programa ao longo do ano de 2020, os dados nacionais apontam que houve uma redução do número de famílias que acessaram o benefício: cerca de 5 milhões de famílias perderam o direito em 5 meses. (NLESSO; RIZZOTTI; MUSTAFA, 2021). Nesse sentido, no que tange a contínua valorização de programas assistencialistas e o desfinanciamento das políticas sociais, segundo Santos e Samico (2022), o rumo das respostas estatais na pandemia sinaliza uma lógica de reversão do direito social para ações pontuais. De acordo com o banco de dados do Detalhamento dos Benefícios ao Cidadão do Portal da Transparência da Controladoria Geral da União, em abril de 2020 foram disponibilizados cerca de 34 bilhões de reais para o Auxílio Emergencial, chegando a 42 bilhões em julho e caindo para 25 bilhões em dezembro. (Ver GRAF. 19).



Fonte: Detalhamento do Benefício Auxílio Emergencial; Portal da Transparência - Controladoria Geral da União.

Lopes e Silva (2022) vão acentuar que, estando à margem do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tendo a sua operacionalização através do acesso a aplicativo chamado Caixa/Auxílio Emergencial, o benefício centralizado nas mãos do Governo Federal desconsiderou a rede socioassistencial e seus instrumentos de enfrentamento a pobreza de conhecimento dos perfis e demandas dos trabalhadores mais pauperizados. Nesse sentido, os autores indicam que o acesso ao Auxílio Emergencial através do uso das TICs secundarizou o Cadastro Único para Programas Sociais e tornou as classes mais subalternizadas reféns dos serviços digitais e do acesso à internet.

No âmago de uma crise humanitária sem precedentes, o capital estabelece a tecnologia da informação como forma sofisticada de expropriar a classe trabalhadora ao estabelecer, como meios de acesso à direitos conquistados, a internet e os diversos equipamentos tecnológicos, recursos que parcela significativa da população mais pauperizada não usufrui. (LOPES; SILVA, 2022, p. 121).

Conforme apontam Nlesso, Rizzotti e Mustafa (2021), a partir do déficit de 2 milhões de famílias em dezembro de 2020 ao Programa Bolsa Família (PBF), é necessário compreender que o auxílio emergencial amenizou os efeitos da crise, todavia, em um contexto de desmonte das políticas da Assistência Social, a efemeridade e a fragilidade do benefício emergencial o desvincularam do sistema de proteção. A efemeridade do Auxílio Emergencial se expressa na descontinuidade de acesso das famílias, que foi minimizada e reduzida ao longo dos meses em 2020.

A opção do governo federal pela não efetivação de proteção diante de uma crise sanitária e social, evidenciada na e pela desvalorização dos Sistemas Públicos com a ampla rede de serviços historicamente construídos, fica ainda mais evidente, não apenas pela opção de uma gestão incompetente na condução da política de saúde, mas, sobretudo, pela desconsideração do Sistema Único de Assistência Social no enfrentamento da pobreza, da desigualdade e da desproteção de renda, agravadas pela pandemia. (NLESSO; RIZZOTTI; MUSTAFA, 2021, p. 221).

Em um cenário de extrema vulnerabilidade social com o aumento da pobreza e da desigualdade, acentuadas pela crise sanitária, as respostas estatais caminharam no caminho oposto à efetivação concreta da proteção social. A desproteção e informalidade do trabalho, o intenso desemprego, a recuperação do mercado de trabalho através da informalidade, o acirramento da crise no contexto da pandemia acarretaram a intensificação na precarização do mundo do trabalho e das

condições de vida dos trabalhadores. Tais fenômenos foram desvelados e escancarados na pandemia no novo coronavírus, assistindo-se a um genocídio dos trabalhadores mais pobres e pauperizados. (PINHEIRO, 2022). Portanto, o trabalho informal estrutural nesta fase histórica do capitalismo avançou sobre as massas mais pobres da classe trabalhadora brasileira.

Nesse contexto de informalização e precariedade do trabalho, agregado à pandemia, o capitalismo mostrou aos trabalhadores a sua resposta ao enfrentamento ao desemprego: tornar o informal um estado permanente. (AMARAL, 2021, p. 64).

4 TRABALHO E PANDEMIA NA CIDADE DO RECIFE: INFORMALIDADE, DESEMPREGO E POBREZA

4.1. Trabalho e Pobreza na capital Pernambucana: do século XX à contemporaneidade

No Brasil, segundo Moura (2020), uma das características cruciais da sua formação sócio-histórica é o cruzamento entre as relações capitalistas advindas da modernização e a base escravista. O moderno, sem uma ruptura radical, passa a servir ao arcaico, ou seja, a passagem da escravidão para o trabalho livre não rompeu radicalmente com a estrutura escravista, mas conservou os interesses das oligarquias latifundiárias. “A Abolição não mudou qualitativamente a estrutura da sociedade brasileira”. (MOURA, 2020, p. 149).

A cidade do Recife, na transição do século XIX ao XX vivenciou impactos do que entendemos por questão social¹²: a concentração de inúmeros ex-escravizados à procura de novas oportunidades de vida e trabalho; o advento das primeiras palafitas nos manguezais do Recife com uma população pobre e sem condições de uma melhor qualidade de vida. (THEODORO, 2005) e, no início do Século XX a expressão do pauperismo com a expulsão e fuga dos trabalhadores da exploração da zona rural a partir de duas principais causas: as secas periódicas no sertão nordestino e os salários miseráveis nas usinas de açúcar.

[...] uma leva de trabalhadores rurais pauperizados e famintos, engrossando as fileiras de retirantes da seca que escoavam para os centros urbanos em busca de sobrevivência, passando a compor, junto com uma grande massa das outras camadas anteriores, a população dos mocambos, morros, favelas e cortiços. (SILVEIRA Jr., 2022, p. 39).

A partir da década de 1930, Recife tornou-se uma metrópole de região menos desenvolvida: assim como toda a região do Nordeste, a cidade e o estado de Pernambuco perderam o mercado econômico para o eixo industrial do Sudeste e a capital pernambucana continuou a ser o principal polo de migração de força de trabalho para a expansão urbana-industrial no Centro-Sul brasileiro (THEODORO,

¹² Iamamoto (2021) aponta que a questão social, indissociável do processo de acumulação capitalista, expressa as contrariedades econômicas, políticas e culturais das classes sociais e está historicamente relacionada com a emergência da classe trabalhadora e seu ingresso no cenário político através das lutas pelos direitos diante do Estado. Desse modo, o pauperismo, produzido socialmente numa contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, enquanto expressão da questão social, tem a ver com a sociabilidade erguida sob o comando do capital em todos os estágios de desenvolvimento capitalista.

2005). Silveira Jr. (2022) acentua que este período é particularmente severo no âmbito das desigualdades sociais e da integração subordinada da região à ordem burguesa. O Nordeste acabou assumindo um papel de *reserva* do exército industrial de reserva, ao mesmo tempo em que a economia açucareira, pressionada pela expansão da economia do café e da algodoeira-pecuária, recriava formas pretéritas de exploração da força de trabalho. (SILVEIRA JR., 2022). Em decorrência dessas transformações, Castro (1984) aponta que em 1930, cerca de 230 mil habitantes da capital pernambucana moravam em mocambos nas áreas manguezais em condições precárias de vida e trabalho, com o salário médio diário de Cr\$ 3,60 - salário de fome, nas palavras do autor - e a fome como uma das principais causas de morte. “Se separássemos imaginariamente esta parte da população do Recife em uma ‘*mocambópolis*’ à parte, teríamos uma cidade tão grande que estaria em sétimo lugar entre as cidades brasileiras.” (p. 132).

Em um contexto em que o desenvolvimento da economia do estado de Pernambuco não estava nos interesses primordiais do Estado brasileiro, Gominho (2020) aponta que até meados do século XX, o centro da cidade do Recife era um acentuado de sobrados e moradias insalubres. Conforme Silveira Jr. (2020), o mercado de trabalho recifense na primeira metade do referido século estava caracterizado por uma classe operária nas indústrias de algodão, um proletariado empregado nos centros comerciais da capital e, por fim, uma grande massa de trabalhadores pauperizados retirantes da seca - os mocambos. A conhecida “questão dos mocambos” tornou-se expressão da “questão social” ao fazer parte das preocupações da pequena burguesia recifense e do governo. (SILVEIRA Jr, 2020).

Como resultado, uma extrema concentração da pobreza e da exclusão, com as suas conseqüências mais visíveis: o subemprego e o desemprego, assim como a proliferação das “atividades informais”. (THEODORO, 2005, p. 108).

Apenas a partir da década de 1960, sob um viés desenvolvimentista, a região Nordeste passou a ser uma preocupação do Estado brasileiro, especialmente com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)¹³ que objetivava desenvolver e modernizar a região através da industrialização e fomentar políticas para minorar as desigualdades e pobreza na região.

¹³ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), idealizada pelo presidente Juscelino Kubitschek e tendo a sua frente Celso Furtado, foi criada em 1959 com a Lei nº 3.692 com forte caráter desenvolvimentista e modernizador.

Nas décadas de 1970 e 1960, de acordo com Silveira Jr. (2022), a aceleração da industrialização no país impulsionou no Nordeste um salto de desenvolvimento das forças produtivas com o patrocínio e entrada de capitais do Centro-Sul do Brasil. Dentre as transformações e impactos regionais estão a penetração de grandes cadeias de mercadorias, a industrialização da agropecuária, a crescente urbanização e a modernização dos aparelhos estatais. Nesse sentido, para o autor, a expansão industrial no Nordeste neste período, que se desdobrou através dos grandes capitais do Centro-Sul, revela a simbiose entre a exploração moderna com os modos pretéritos de subordinação do trabalho. “Um circuito do *desenvolvimento desigual interno* no qual o Nordeste se insere de forma subordinada ao mesmo tempo em que expressa profundas assimetrias no seu próprio interior.” (p. 60, grifos do autor).

Segundo Silveira Jr (2022), o Golpe de Estado de 1964 e o regime ditatorial instaurado neste período sinalizam a inserção da periferia no cerco capitalista internacional de paralisar qualquer ameaça popular anticapitalista e anti-imperialista. Através da modernização conservadora e da repressão policial-militar, a adequação da Região do Nordeste nos padrões de desenvolvimento nacional e internacional foi marcada pela integração do arcaico e o moderno.

A afirmação desse estágio de integração e modernização capitalista, saturada pela dialética do desenvolvimento combinado, submetida e controlada por um movimento contrarrevolucionário crescentemente hostil, resultou na reposição e aprofundamento das variáveis definidoras da particularidade da “questão social” no Nordeste: os dramas humanos próprios da mecanização da agricultura, da acentuação do latifúndio e do poder das oligarquias; as vicissitudes sociais impelidas pelo atraso econômico, o parco desenvolvimento das forças produtivas, a exploração e pauperismo extremo das regiões sertanejas, assoladas pelas secas periódicas; as colisões políticas e iniquidades sociais geradas pela exploração sobrenormal no âmbito tipicamente industrial (ou comercial). (SILVEIRA JR, 2022, p. 63).

Em conformidade com Rosa e Oliveira (2015), a tendência da política de desenvolvimento em curso na década de 1970 que tinha como condutora a SUDENE e promovia a transferência de recursos públicos para o setor privado, começou a esgotar-se na década de 1980 com a crise financeira e fiscal do Estado brasileiro no contexto dos últimos anos da Regime Militar de 1964. Já no início da década, segundo Theodoro (2009), em um contexto de aglomeração urbana nas principais regiões metropolitanas do país, a Região Metropolitana do Recife (RMR),

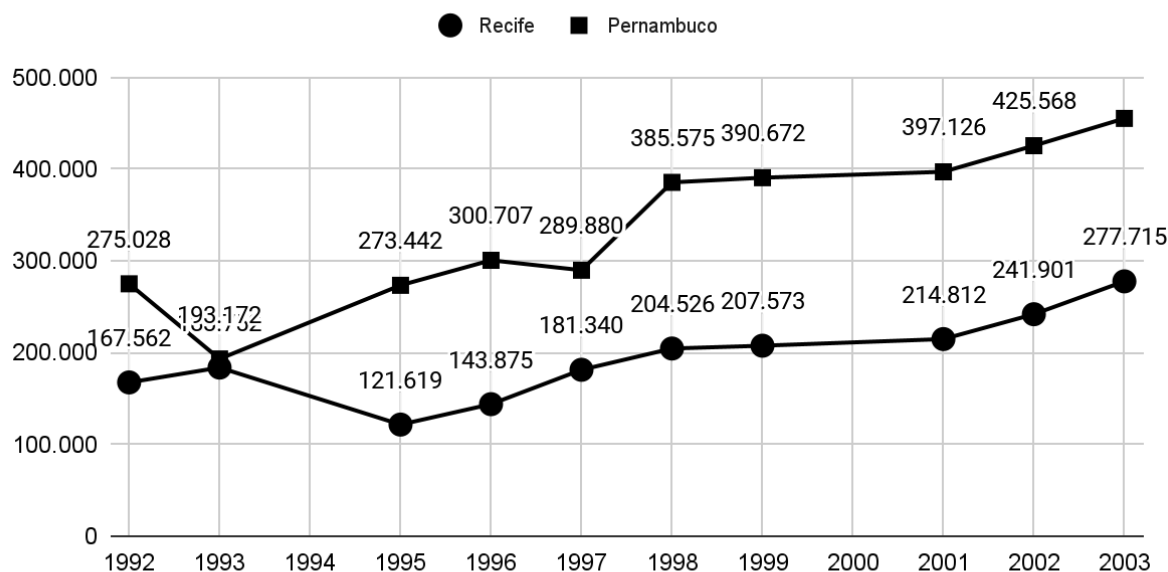
com 2,3 milhões de habitantes, estava em primeiro lugar das regiões metropolitanas mais desiguais do país com o índice de Gini de 0,602 e 56,6% da população na pobreza. No final da referida década a RMR contava com cerca de 47% da população na pobreza, o maior índice do país na época.

Esta mesma tendência vai se expressar nas décadas posteriores, sendo mais recrudescida no contexto da reestruturação produtiva e com as orientações neoliberais do Estado, conforme apontamos no capítulo 1. De acordo com as estimativas do IPEA, em 1992 a população desocupada¹⁴ em Pernambuco era de 275.028 pessoas e no Recife eram 167.562 considerados desocupados. Em 1993, a taxa de informalidade chegou a 48,3% na capital pernambucana e 68,2% no estado. A década de 1990, marcada pela entrada de políticas trabalhistas e sociais de cunho neoliberal no Brasil, em Pernambuco e no Recife, foi caracterizada pelo acentuamento dos índices de desocupação e informalidade. Com o índice do grau de informalidade chegando a 54,8% na capital e a 66,9% em toda a Unidade Federativa em 2001, nota-se que o mercado de trabalho pernambucano na entrada do século XXI estava em sua maioria na informalidade, ou seja, a regra da exploração da força de trabalho pernambucana era o trabalho informal e desprotegido.

O aumento da informalidade e, nos anos 1990, também do desemprego, a redução percentual da força de trabalho protegida pela legislação, enfim, a chamada precarização do trabalho aparece como a marca mais importante. (THEODORO, 2005, p. 113)

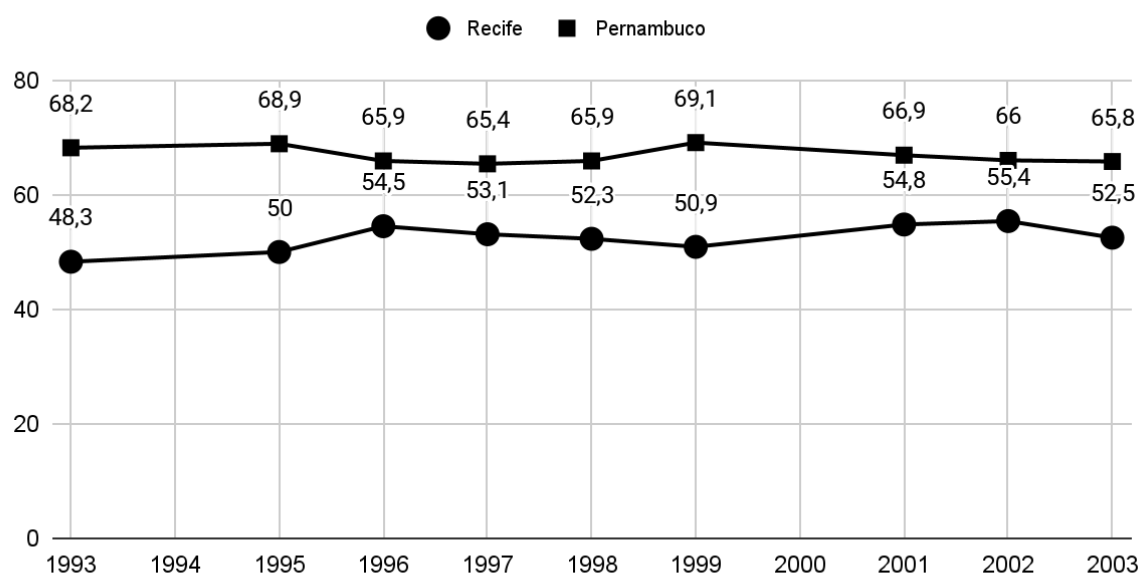
¹⁴ “Número de pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), estimado a partir dos microdados da pesquisa.” (IPEADData).

Gráfico 20 - População desocupada em Recife e Pernambuco entre 1992 e 2003



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA); Elaboração Própria

Gráfico 21 - Taxa de Informalidade em Recife e Pernambuco entre 1993 e 2003 (em %)

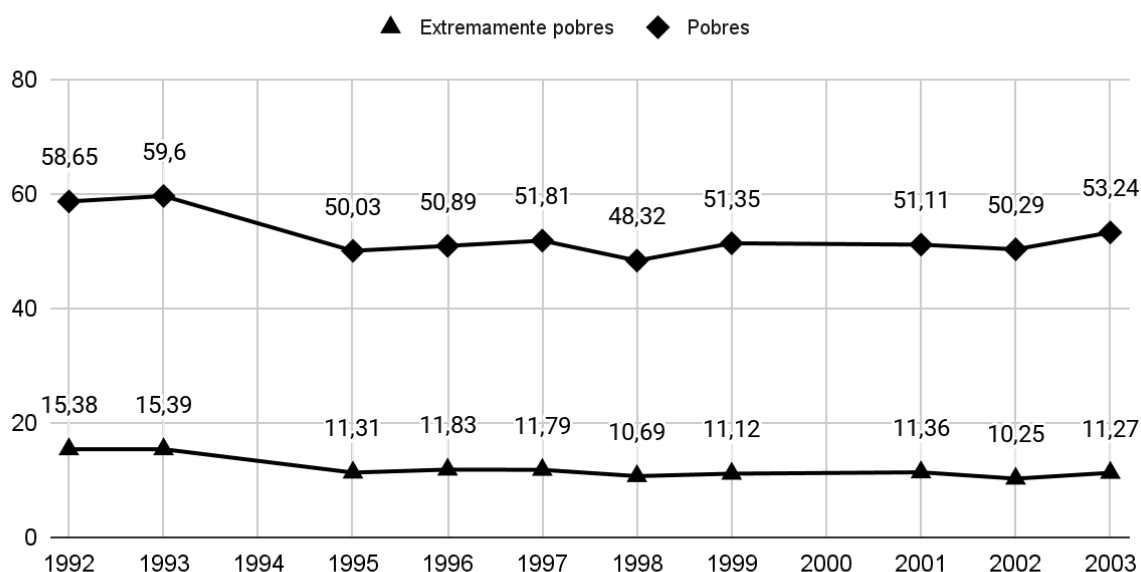


Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA); Elaboração Própria

Compreendendo que a pauperização das classes trabalhadoras recifense e pernambucana estão intrinsecamente ligadas ao mundo do trabalho sob ordenamento capitalista e às condições de produção e reprodução no Nordeste, o crescimento dos índices de desocupação e de informalidade em Pernambuco e na cidade do Recife na década de 1990 foi acompanhado pelos altos índices de pobreza e da extrema pobreza. Segundo os dados do IPEA, a proporção de

domicílios pernambucanos extremamente pobres¹⁵ e pobres¹⁶ era respectivamente de 15,38% em 1992 e 11,27% em 2003 e 58,65% em 1992 e 53,24% em 2003. Estando a classe trabalhadora de Pernambuco marcada pela precarização das condições de vida e pela pauperização, é importante salientar que o período dos anos de 1990 na capital pernambucana está inserido na conjuntura de transformações no Brasil, tanto no mercado de trabalho e no avanço da pobreza como na falta de intervenções estatais que combatesse a desigualdade através da proteção social.

Gráfico 22 - Domicílios pobres e extremamente pobres em Pernambuco entre 1992 e 2003 (em %)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA); Elaboração Própria

Segundo Rosa (2015), em consequência das transformações econômicas do país, o período dos anos de 1990 foi marcado pelo acirramento da pauperização das classes trabalhadoras em Pernambuco. Na capital do estado, principalmente a partir do fechamento de diversas fábricas têxteis e usinas de açúcar, o aumento do

¹⁵ “Proporção de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria). A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. São estimados diferentes valores para 24 regiões do país. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).” (IPEADATA).

¹⁶ “Proporção de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. São estimados diferentes valores para 24 regiões do país. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).” (IPEADATA)

desemprego, do subemprego e da informalidade foram decorrentes das políticas macroeconômicas do período. A autora ressalta que, em consequência, houve um crescimento na região metropolitana do Recife da concentração do Setor Terciário no mercado de trabalho, marcado pelos componentes tradicionais, pelo varejo informal e precarizado, e também pelos novos componentes vinculados à expansão das TICs e dos *shoppings centers*.

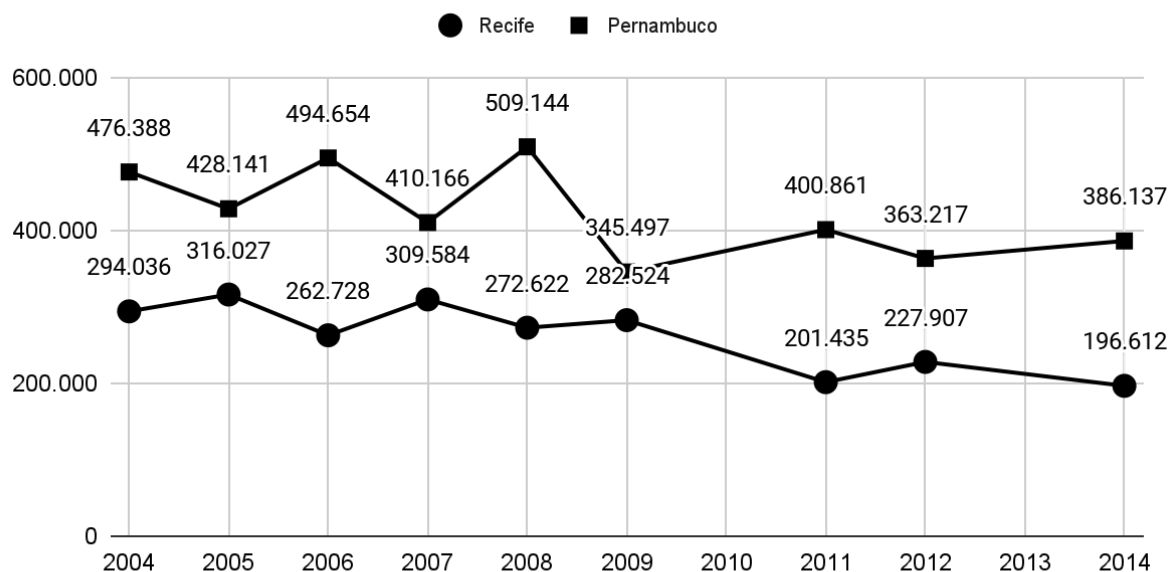
Vale ressaltar que a década de 1990, no contexto de agravamento da crise e da pauperização da classe trabalhadora pernambucana e recifense, segundo Silveira Jr (2022), é marcada por uma conjuntura de luta social e política por habitação, trabalho e condições dignas de vida. Neste período surgiu o movimento cultural, político e estético *Manguebeat*¹⁷ que dirigiu sua crítica através da arte às desigualdades sociais da metrópole recifense. Silveira Jr ressalta que diante problemas urbanos das metrópoles nordestinas, em especial o Recife, que estão historicamente expressos mocambos, morros e favelas, as lutas dos trabalhadores foram ressaltadas nesse período pelos movimentos sociais de bairro.

A partir da década de 2000, segundo o IPEA, os índices de desocupação e de informalidade em Pernambuco e no Recife sofreram algumas transformações, entretanto, nota-se que é apenas no início da década de 2010 que as taxas declinaram. Importante lembrar que se trata de outro contexto histórico no Brasil, marcado pela lógica neodesenvolvimentista.

O período 2009-2014 apresentou os menores índices do grau de informalidade e desocupação na capital e no estado. (Ver GRAF. 23 e 24). Rosa (2015) destaca que, com a desconcentração econômica no final da primeira década do século XXI em Pernambuco em favor das cidades do sul da RMR com investimentos públicos no setor industrial, em especial o Complexo Industrial Portuário de Suape, houve um crescimento dos empregos formais principalmente na construção civil. Por outro lado, a cidade do Recife perdeu relativo peso no setor industrial e reforçou seu perfil econômico baseado no Setor Terciário com a persistência de suas fragilidades no mercado de trabalho.

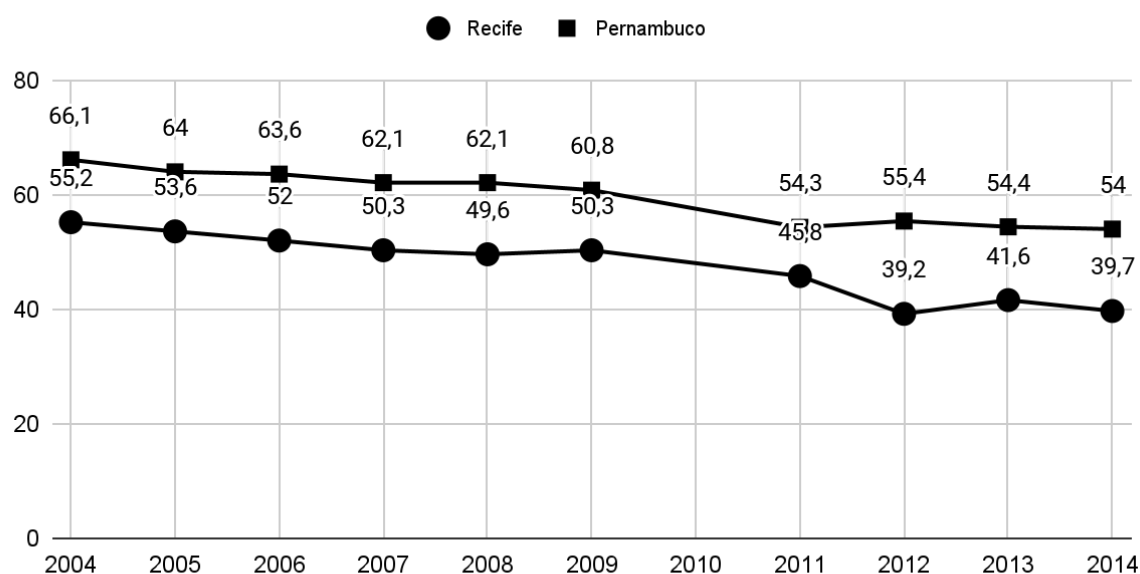
¹⁷ O título desta monografia “O DE CIMA SOBE E O DE BAIXO DESCE” faz referência a música “A Cidade” de Chico Science, artista olindense e um dos principais representantes e idealizadores do *Manguebeat*.

Gráfico 23 - População desocupada em Recife e Pernambuco entre 2004 e 2014



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA); Elaboração Própria

Gráfico 24 - Taxa de Informalidade em Recife e Pernambuco entre 2004 e 2014 (em %)



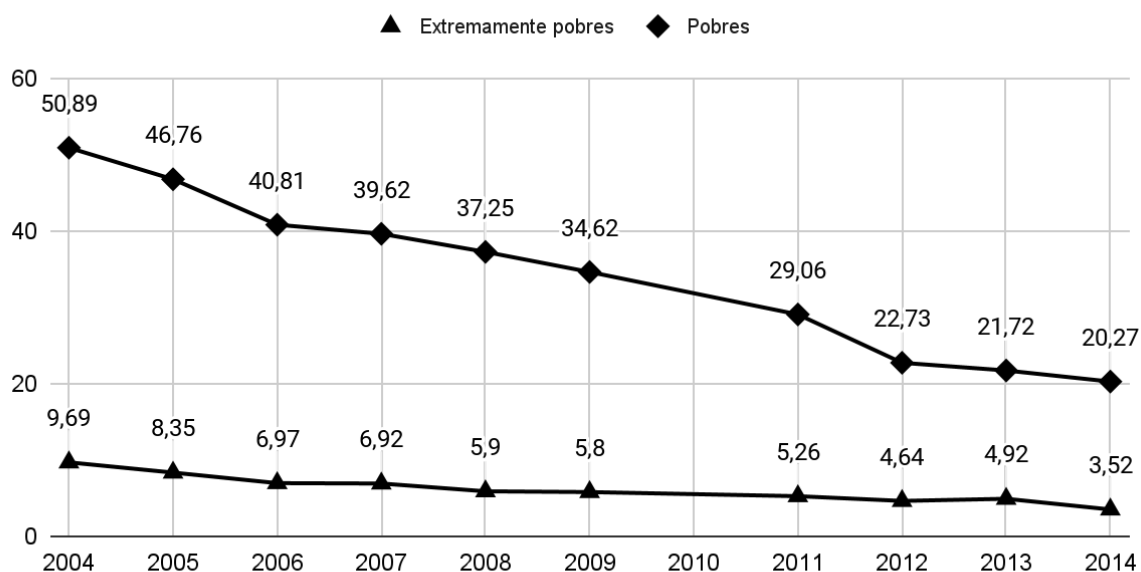
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA); Elaboração Própria

Consequentemente, o final da década de 2000 e o início da década de 2010, a partir do impulso das políticas econômicas e sociais no Estado de Pernambuco com os governos petistas, acentuou-se a queda dos índices de informalidade, desocupação e pobreza em Recife e em Pernambuco. Entretanto, a pauperização das classes trabalhadoras, ainda que minimizada através do acesso às políticas de transferência de renda, por estar intrinsecamente estruturada na divisão regional do

trabalho e na inserção do Nordeste no capitalismo brasileiro, permaneceu no referido período com altos índices. (Ver GRAF. 25).

A diminuição da pobreza e da extrema pobreza em Pernambuco e em sua capital ao longo da década de 2000 e acentuada a partir de 2011, acompanhada pela redução dos índices de pobreza no Brasil, está inserida no contexto nacional da expansão das políticas de combate à fome e pobreza através de programas de transferência de renda. Paiva e Mattei (2009) vão apontar que este tipo de política social, com forte caráter de focalização e compensatório, tem como pressuposto as ações que direcionadas aos grupos mais vulneráveis da população visam gerar compensações sociais devido às contradições criadas pelo modelo econômico vigente. “Mas a dinâmica da financeirização segue incólume na montagem dos sistemas de privilégios e na lógica de acumulação e pauperização que aprisiona parte da sociedade há décadas.” (PAIVA; MATTEI, 2009, p.191).

Gráfico 25 - Domicílios pobres e extremamente pobres em Pernambuco entre 2004 e 2014 (em %)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA); Elaboração Própria

Neste sentido, segundo Pereira (2020), ainda os acontecimentos socioeconômicos da década de 2000 tenham promovido uma inclusão do Nordeste através do aumento dos índices de crescimento econômico e o incentivo ao setor produtivo, a partir da *dialética do desenvolvimento desigual inter-regional* que constituiu a formação sócio-histórica do Nordeste brasileiro¹⁸, a persistência da

¹⁸ “O desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo que demanda o processo de homogeneização para sua reprodução ampliada, cria e aprofunda, pelos mesmos meios, as desigualdades regionais

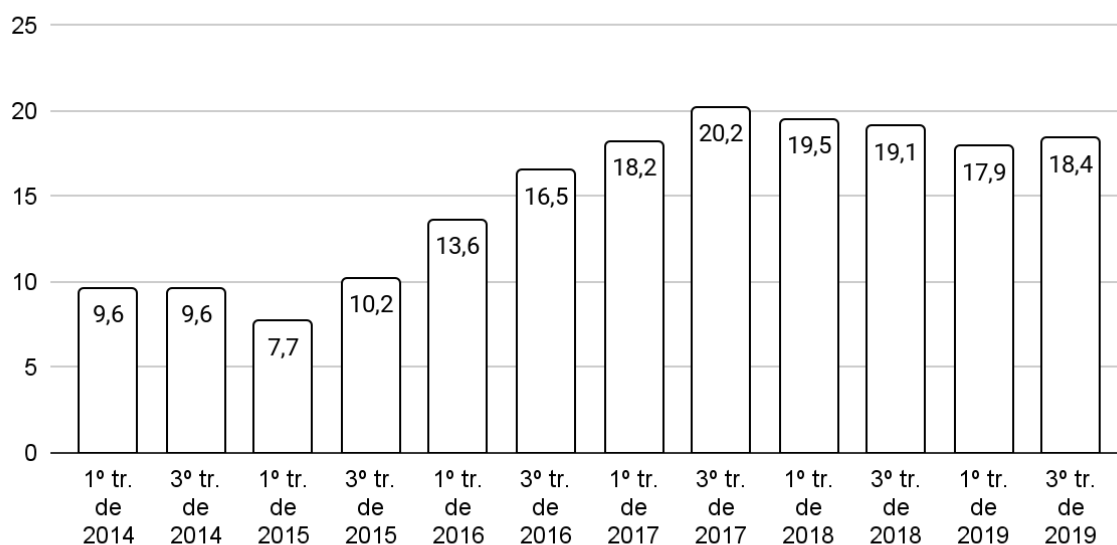
desigualdade continuou a levar a região aos elevados indicadores de precarização e pobreza. Para a autora, principalmente a partir do Golpe de 2016 e do acentuamento das políticas neoliberais por meio das contrarreformas, reforçou-se o papel histórico do Nordeste na divisão regional do trabalho, expressando a lei do desenvolvimento desigual e combinado nos marcos da ordem burguesa.

Em um cenário de contrarreformas e avanço do ultraneoliberalismo a partir da consolidação dos governos Temer-Bolsonaro, conforme os dados da PNAD Contínua trimestral, na cidade do Recife a taxa de desocupação cresceu de 9,6% no primeiro trimestre de 2014 para 20,2% no terceiro trimestre de 2017 e caindo 18,4% no terceiro trimestre de 2019. Através do acirramento dos desmontes das políticas de proteção ao trabalho no Brasil, o crescimento do desemprego também foi acompanhado pelo crescimento da informalidade e da desigualdade social: em Pernambuco a taxa de informalidade passou de 47,5% no início de 2016 para 49,3% em 2019; o índice de Gini do estado foi de 0,566 em 2014 para 0,574 em 2019. (ver GRAF. 26 e 27).

Deve-se notar que as taxas estimadas da população em situação de extrema pobreza inseridas no Cadastro Único caíram em Pernambuco de 40,0% em 2014 para 33,3% em 2019 (SEASS, 2022). (ver GRAF. 31). Entretanto, segundo o Consórcio do Nordeste (2021), após 2016, o Nordeste vem sofrendo com uma das piores recessões registradas na história com elevadas taxas extrema pobreza em comparação às outras regiões: 51% da população em situação de extrema pobreza do Brasil, ou seja, 7.062.732 famílias em 2019, estavam no Nordeste. A partir dos indicadores da Síntese de Indicadores Sociais (2019), tendo como linha da pobreza e da extrema pobreza o rendimento mensal *per capita* de US\$ 5,50 PPC e US\$ 1,90 PPC respectivamente, a distribuição percentual no Nordeste de residentes em domicílios extremamente pobres era de 9,4% e de pobres 40,5%. Os índices em 2018 subiram para 13,6% e 43,6% nesta ordem.

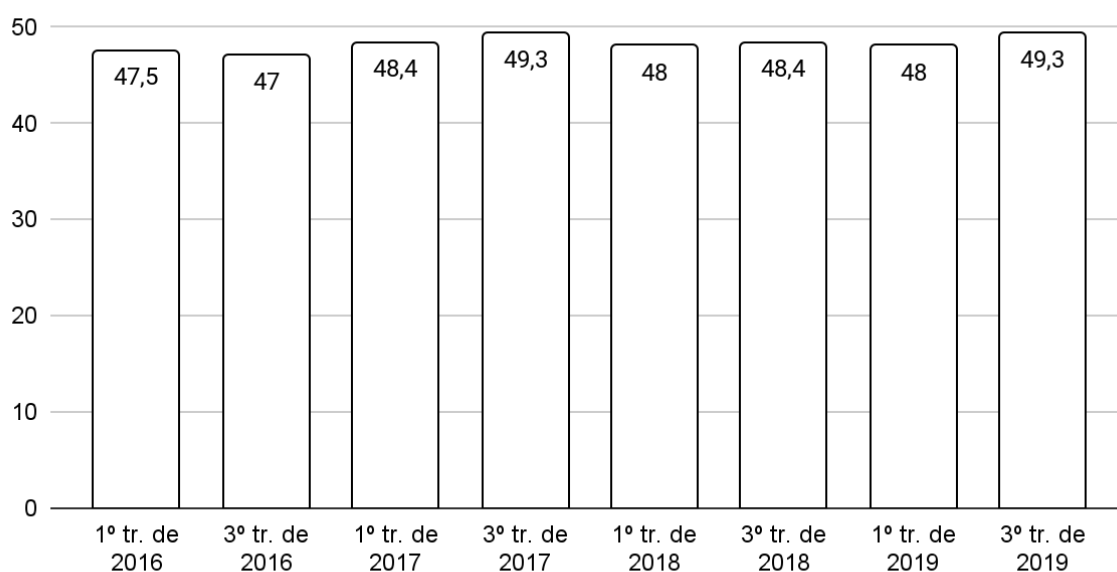
que permitem uma acumulação cada vez mais privada das riquezas socialmente produzidas. Caso contrário, o padrão de reprodução das relações sociais capitalistas estaria fadado ao colapso. Tais desigualdades e contradições universalizaram-se mediante uma combinação entre diversas configurações regionais. [...] O particular dinamismo do desenvolvimento desigual inter-regional na realidade brasileira é, em outras palavras, uma forma particular de configuração do complexo arcaico-moderno." (PEREIRA, 2020, p. 17-19).

Gráfico 26 - Desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade em Recife entre o 1º trimestre de 2014 e o 3º trimestre de 2019 (em %)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral/IBGE; SIDRA; Elaboração própria

Gráfico 27 - Índice de Informalidade em Pernambuco entre o 1º trimestre de 2016 e o 3º trimestre de 2019 (em %)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral/IBGE; SIDRA; Elaboração própria

Neste contexto de avanço da pobreza, da informalidade e do desemprego no Nordeste brasileiro, o estado de Pernambuco e a cidade do Recife entram no cenário pandêmico no início de 2020. Com o primeiro caso notificado em 12 de março de 2020 (FOLHAPE, 2020a), as primeiras medidas de *lockdown* e de restrições foram anunciadas no estado no dia 18 do mesmo mês. Segundo o Boletim Informativo da Prefeitura da Cidade do Recife de janeiro de 2023 (PREFEITURA DO

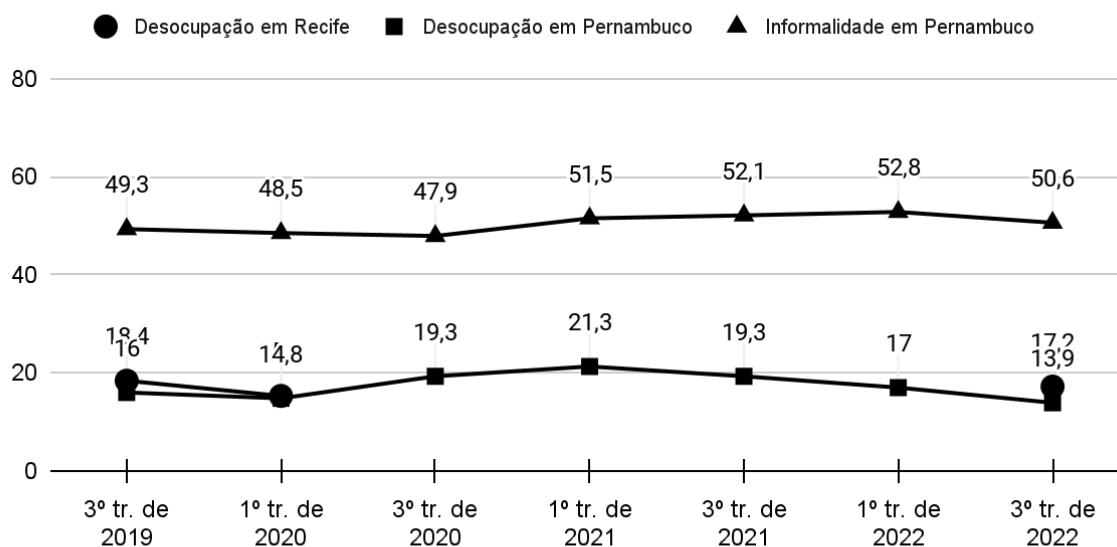
RECIFE, 2023a), até o referido mês, a cidade teve 287.322 dos 1.124.279 casos confirmados de covid-19 em Pernambuco. O total de óbitos em decorrência da pandemia foi de 6.609 na capital e 22.583 no estado.

Destarte, em um cenário de pauperização absoluta, da precarização do trabalho mediante as contrarreformas de desproteção do trabalho e de desfinanciamento das políticas sociais no Brasil, de acordo os dados da PNAD Contínua trimestral, a taxa de informalidade na pandemia em Pernambuco no primeiro trimestre de 2020 foi de 48,5% e a desocupação foi de 14,8%. O Novo Caged (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2023) aponta que em abril foram perdidos 29.503 postos formais de trabalho em todo o estado e 12.192 na capital, sendo a maioria no setor de serviços. O ano de 2020 encerrou com o saldo negativo de 6.373 em Recife e de 11.236 em Pernambuco. Com 16,8% de desocupação no fim de 2020, o estado ficou em 5º dos piores índices do Brasil. Logo, o avanço do desemprego em 2020 indica que a queda do índice de formalidade no período não é sinônimo da criação de postos de trabalhos formais, mas a perda de trabalho, ainda que informal no decorrer da pandemia em 2020. (FOLHAPE, 2020b).

Em 2021 a informalidade e a desocupação são acentuadas e o estado de Pernambuco atinge os maiores índices de desemprego do país conforme a PNAD. Cerca de 51,5% dos trabalhadores ocupados estavam na informalidade e o índice de desocupação alcançou 21,3% no terceiro trimestre do período. Segundo o Novo Caged (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2023), em 2021 a recuperação dos postos formais de trabalho deu-se principalmente no âmbito dos serviços com o saldo positivo de 43.204. Entretanto, devido ao alto índice de informalidade e desocupação, deve-se frisar que, outrossim como no Brasil, a recuperação do trabalho em 2021 deu-se através dos postos de trabalho informais e desprotegidos. Isto posto, a partir das reflexões de Negreiros e Amaral (2021), este deslocamento e a recuperação do trabalho pelo setor de serviços, alinhado aos mecanismos de exploração da força de trabalho através de vínculos trabalhistas precarizados, serve como mecanismo para a constância e continuação da acumulação de capital.

No Nordeste, e em especial, em Pernambuco, pela sua inserção desigual no capitalismo brasileiro, o processo de subordinação da classe trabalhadora às sanhas do capital acentua-se.

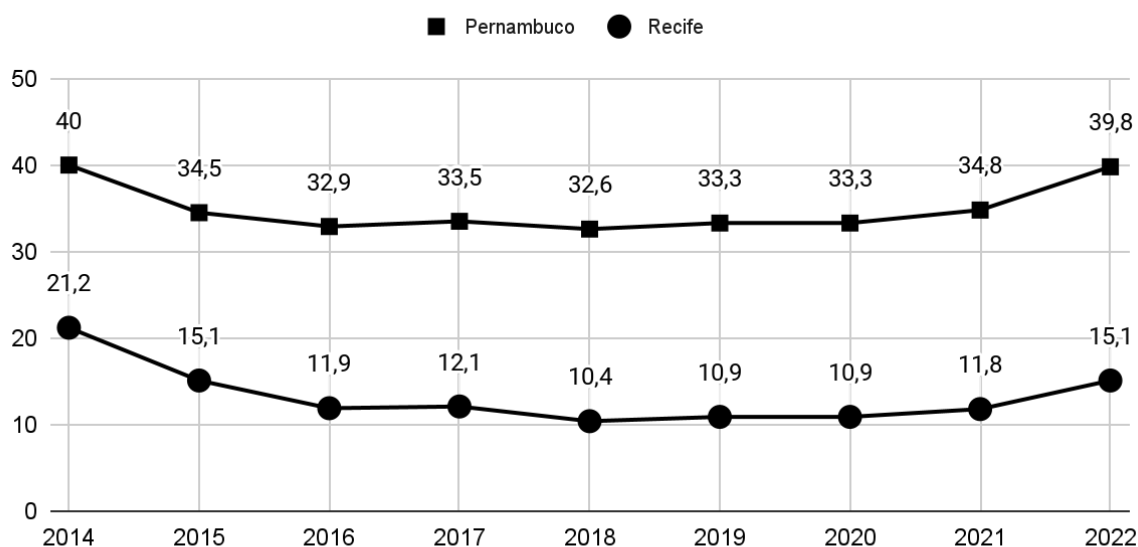
Gráfico 28 - Índice de Desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade e Informalidade em Recife e Pernambuco entre o 3º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2022 (em %)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral/IBGE; SIDRA; Elaboração própria

Neste contexto de regressão de direitos sociais e trabalhistas e as configurações da exploração da força de trabalho no Brasil e no Nordeste na contemporaneidade, que se materializam no aumento da informalidade e do desemprego, Lopes e Silva (2022) vão apontar que o aprofundamento das desigualdades servem para a manutenção da expropriação da riqueza e da ordem societária capitalista. A pauperização em Pernambuco materializou-se em altos índices: consoante a Fundação Getúlio Vargas (FERRAZ, 2023), Pernambuco foi o quinto estado que mais empobreceu em 2020 com a renda média da população caindo de R\$ 688,00 para R \$684,00. A extrema pobreza no estado passou de 33,3% em 2020 para 39,9% - o maior índice desde 2015. (Ver GRAF. 29). A PNAD (IBGE, 2023) indica que o índice de Gini foi de 0,536 para 0,579 em 2021. Em 2019, a cidade do Recife contabilizava cerca de 1622 pessoas em situação de rua, em 2022 foram identificadas 2.022 pessoas. Um aumento de 24,66% durante a pandemia. (SANTOS, 2022).

Gráfico 29 - Taxa estimada da população pernambucana em situação de extrema pobreza inseridas no Cadastro Único entre 2014 e 2022 (em %)



Fonte: Secretaria Executiva de Assistência Social (SEASS) de Pernambuco; Elaboração própria.

Segundo o Relatório do Observatório das Metrópoles (SALATA; RIBEIRO, 2022), após a crise sanitária, tendo o rendimento de R\$ 104,00 mensais *per capita* dos 40% mais pobres e com o aumento das taxas de desocupação e informalidade, em 2022 a cidade do Recife e sua Região Metropolitana, com o coeficiente de Gini no primeiro trimestre de 0,654, ficou dentre as cinco metrópoles mais desiguais depois de João Pessoa [0,667] e Natal [0,659] e seguida de Aracaju [0,644] e Rio de Janeiro [0,643].

Diante do acentuado aumento dos processos de informalidade, desemprego e precarização do trabalho e das condições de vida da classe trabalhadora do Recife e de Pernambuco, deve-se frisar que, consoante Pereira (2020), as desigualdades regionais não são consequências das diferenças naturais e geográficas, mas o mesmo desenvolvimento capitalista que integra as regiões também é o responsável por gerar as desigualdades entre elas. Ou seja, o modo de produção capitalista torna universal a exploração do trabalho e a ordem burguesa “[...] sob uma combinação dialética de desigualdades de ritmo e intensidade entre nível das forças produtivas ou formas de reprodução do capital e relações de produção presentes nos diferentes territórios e regiões” (PEREIRA, 2020, p. 28). Por conseguinte, para a autora, a concentração da riqueza e o pauperismo mais latente no Nordeste são explicados pelo complexo arcaico-moderno sob a lei do desenvolvimento combinado e desigual.

A partir deste processo de avanço do processo de precarização do trabalho com particularidades das expressões de gênero, raça, sexualidade, geração e regionais, segundo Mota (2022), o principal efeito do processo de pauperização das classes subalternas é a desproteção do trabalho e a vulnerabilidade dos trabalhadores na obstrução de trabalho. Nesse sentido, Pereira (2020) vai apontar que os últimos anos no Brasil com graves rebatimentos no Nordeste, as classes trabalhadoras foram empurradas num cenário de austeridade fiscal e de avanço do neofascismo com fortes tendências negacionistas, LGBTfóbicas, sexistas, racistas e xenofóbicas.

Assim, os impactos deste cenário de avanço da precarização e da desproteção no mundo do trabalho em Pernambuco no contexto da crise sanitária, sob a ofensiva ultraconservadora e ultraneoliberal, são materializados, conforme Santos, Xavier e Lapa (2022), na estagnação do financiamento das políticas sociais em nível nacional e municipal, no Recife. Sob o viés de austeridade fiscal, seguindo a tendência nacional, a intervenção estatal em Recife e Pernambuco operou a partir de maiores despesas com o pagamento da dívida pública e do subfinanciamento da proteção social. (SANTOS; XAVIER; LAPA, 2022).

Esse cenário, cabe ressaltar, é revelador das entranhas do capitalismo contemporâneo na sua sanha pela acumulação da riqueza às custas da superexploração da força de trabalho e da pauperização absoluta das classes trabalhadoras, num ambiente de barbarização da vida, da virulência da doença, da insuficiência de serviços públicos, da fome e da desassistência social e previdenciária. (MOTA, p. 17, 2022).

Por fim, compreende-se que os traços do trabalho precário, desprotegido e informal do Recife e de Pernambuco perduram desde sua formação sócio-histórica e de sua inserção na divisão regional do trabalho. As consequências no mercado de trabalho no período pandêmico não foram resultado das medidas de tentativa de contenção do vírus e da crise sanitária, mas tais impactos estão inseridos nas transformações da crise em curso e na combinação do moderno, a partir do rápido desenvolvimento das forças produtivas, com o arcaico, formas pretéritas de exploração da força de trabalho. A fome, a pobreza, a pauperização absoluta da classe trabalhadora pernambucana e nordestina não são resultados da ordem natural, mas são, conforme Castro (1984), atravessadas pela ordem social.

4.2. Pandemia em Recife e os programas emergenciais: do Direito à assistência social ao retorno da filantropia

Em um cenário que as intervenções engendradas pelo Estado estão sob a égide da ideologia neoliberal, segundo Esteves e Castilho (2022), em Pernambuco e nos demais estados brasileiros a partir da virada do século XXI, houve uma aceleração das operações de crédito junto ao Banco Mundial elevando a dívida externa das unidades federativas. Nesse sentido, com graves rebatimentos na distribuição do fundo público, os últimos anos foram marcados pelos mecanismos de desfinanciamento das políticas sociais sob a égide do capital financeiro internacional. (ESTEVES; CASTILHO, 2022).

Consoante Santos, Xavier e Lopes (2022), entre 2010 e 2020 a receita da capital pernambucana foi majoritariamente, cerca de 66%, decorrente de tributações sobre os trabalhadores, sendo 3,18% decorrente de Imposto de Renda. Assim, ao ter como performance o direcionamento do fundo público a pagamento da dívida externa, a receita do estado Pernambucano, acompanhando a lógica neoliberal no Brasil, estava na segunda década do século XXI direcionada à submissão ao capital financeiro.

Destarte, a partir das graves consequências do desfinanciamento dos programas e políticas da proteção social no Brasil, de acordo com o Boletim 001 de 2021 do Comitê Técnico da Assistência Social no Consórcio Nordeste, desde 2019 há no país uma queda na cobertura do Programa Bolsa Família, principalmente nas regiões Norte e Nordeste: 527.471 famílias nordestinas perderam seu benefício no referido ano. Ainda segundo o Boletim, a região do Nordeste segue, desde 2019, como a região que teve o menor crescimento proporcional em relação à quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, ainda que 51% da população em extrema pobreza do Brasil esteja nesta região.

Neste cenário de desmonte dos programas de transferência de renda que o Nordeste adentrou na crise sanitária da Covid-19 em 2020. O referido Boletim aponta que, com a necessidade de intervenção estatal na pandemia, o número de famílias com acesso ao Programa Bolsa Família aumentou em abril de 2020, entretanto, mesmo durante a crise sanitária, já em fevereiro de 2021, 48.116 famílias nordestinas perderam o acesso ao PBF. Destaca-se também que a Região do Nordeste representou a região com a maior demanda reprimida e possuiu a maior

fila de espera do PBF na pandemia com 707.600 famílias das 2.146.178 famílias brasileiras. Em grave consequência desse cenário, a pauperização das classes trabalhadoras nordestinas na crise sanitária se intensificou e se materializou no avanço da fome.

A maioria da nossa população está imersa ao total risco para sobrevivência e a insegurança de renda se conecta com insegurança alimentar e outras inseguranças. Para muitas famílias, a fome já voltou. (CONSÓRCIO DO NORDESTE, p. 16, 2021).

Considerando essa conjuntura ao longo dos anos e que desde os primeiros meses de 2020 a pandemia de covid-19 afetou a cidade de Recife em todos os âmbitos, as medidas de isolamento, as consequências do desmonte do papel do estado na proteção social e as necessárias restrições comerciais tiveram impacto significativo na economia local e no colapso e na crise do sistema de saúde.

A pandemia, ao desnudar o véu das desigualdades sociais, da falta de acesso à saúde universal e de qualidade, da moradia precária e da vulnerabilidade dos trabalhadores informais, demandou respostas estatais que garantissem o acesso da classe trabalhadora à proteção social e ao bem-estar.

Entretanto, segundo Santos, Xavier e Lapa (2022), no cenário pandêmico a política de Saúde teve o maior percentual de participação nos gastos da Seguridade Social na cidade do Recife com 26,2% nas despesas gerais, enquanto a Assistência Social foi de apenas 2,3%. A amortização da dívida pública continuou sendo a nível municipal e estadual a materialização da relação histórica da dívida pública brasileira na distribuição do fundo público. (ESTEVES; CASTILHO, 2022).

Os valores gastos com a função “Assistência Social” foram sempre inferiores aos gastos com amortizações da dívida pública, com exceção do ano de 2020, ou seja, o primeiro ano da pandemia de Covid-19 no Brasil. (SANTOS; XAVIER; LAPA, p. 152, 2022).

Em consequência, conforme os dados do Portal da Transparência (BRASIL, 2023), em Recife no decorrer dos anos de 2020 e 2021, o valor disponibilizado do Auxílio Emergencial destinado aos recifenses acompanhou o desfinanciamento do programa a nível nacional caindo de R\$ 279.025.800,00 em abril de 2020 para R\$ 78.177.897,00 em abril de 2021. Destacando que o programa não foi assegurado continuamente para abranger mais trabalhadores ao longo dos meses, mas sofreu constantes mudanças que diminuíram o acesso e o valor das parcelas, o caráter emergencial e focalizado do Auxílio materializou e expressou a ofensiva ultraneoliberal nas respostas estatais no Brasil e em Recife. Em janeiro de 2021, em

plena crise sanitária, o valor disponibilizado pela União caiu no município para R\$ 2.282.150,00.

Destarte, segundo Ferreira e Carvalho (2022), as demandas impostas pela pandemia da Covid-19 evidenciaram a necessidade do asseguramento da renda básica enquanto proposta de enfrentamento aos efeitos da crise sanitária e do cenário pós-crise. Entretanto, consoante os autores, o processo de implementação do Auxílio Emergencial não acompanhou a totalidade dos trabalhadores informais, pauperizados e desempregados que estavam fora dos cadastros governamentais. Assim, a partir da crescente informalidade, pobreza e desemprego no Recife e em Pernambuco, a focalização e a efemeridade do programa resultaram na negativa do asseguramento de uma política duradoura de renda básica com amplo acesso.

No âmbito do Governo estadual três ações foram desencadeadas: a distribuição de cestas básicas nos municípios, o programa Crédito Popular e o programa 13º do Bolsa Família em Pernambuco. O Governo do Estado distribuiu cerca de 200 mil cestas básicas durante o ano de 2020 através da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude no valor disponibilizado de R\$ 12 milhões. A Região Metropolitana do Recife recebeu do Governo do Estado de Pernambuco 39.966 cestas. As cestas foram direcionadas às pessoas em situações de extrema vulnerabilidade social através do programa Chapéu de Palha e Programa do Leite e extremamente pobres sem acesso ao Programa Bolsa Família através da Assistência Social. (SDSCJ, 2020).

O programa Crédito Popular, lançado em 2019, tem como objetivo disponibilizar crédito aos micro e pequenos empreendedores, ou seja, trabalhadores autoempregados que desejam montar ou ampliar o seu negócio. O programa foi operado pela Agência de Empreendedorismo de Pernambuco da Secretária Executiva de Micro e Pequena Empresa e Empreendedorismo (SEMPRE) e atenderam durante a pandemia 2,5 mil Microempreendedores Individuais (MEI) disponibilizando linhas de crédito no montante aproximado de R\$ 10 milhões. (SEMPRE, 2020). Deve-se destacar que o referido programa, em suas contradições, visou reforçar a ideologia do empreendedorismo objetivando dar uma espécie de resposta à precarização do trabalho informal e desprotegido, na contramão do asseguramento de um trabalho formal e protegido. Por fim, visando combater o avanço da pobreza e da extrema pobreza através da distribuição de renda, o Governo do Estado reforçou a renda das famílias beneficiárias do PBF com o

programa 13º do Bolsa Família. Na Região Metropolitana do Recife, 342.540 famílias tiveram acesso ao pagamento da parcela única adicional em 2020. (SDSCJ, 2020).

Na cidade do Recife, dentre as intervenções estatais na minimização do aumento da pobreza e da precarização das condições de trabalho dos recifenses, a Prefeitura distribuiu cerca de 236 mil cestas básicas às famílias cadastradas no CadÚnico e 582 mil cestas às famílias da rede pública municipal de ensino durante o ano de 2020. O custo aproximado foi de 23 milhões. (PREFEITURA DO RECIFE, 2023b). Entretanto, com forte caráter focalizado em contramão à universalidade da proteção social, as ações de enfrentamento à fome não combateram a pauperização dos trabalhadores recifenses. Em consequência, ainda buscando responder aos agravos das desigualdades causadas pela pandemia da covid19, a Prefeitura, através da parceria com entidades religiosas no financiamento de mais cestas básicas, distribuiu através da Secretaria Executiva de Direitos Humanos cerca mil cestas nas comunidades tradicionais de terreiro do Recife¹⁹.

Nessa conjuntura, objetivando mitigar os efeitos da pandemia no mercado de trabalho informal, após protestos populares, a Prefeitura do Recife, em parceria com iniciativas privadas, criou em 2022 o Auxílio Emergencial para Comerciantes Informais e Catadores em parcela única no valor de R\$ 800,00 para os trabalhadores cadastrados no ano de 2020 que, por trabalharem no Carnaval, tiveram a renda comprometida com as suspensões do comércio e das festas em decorrência da pandemia. Em um valor disponibilizado de apenas R\$ 1,5 milhão, somente 1.875 trabalhadores informais foram contemplados. (MIRANDA, 2022).

A Prefeitura do Recife criou em 2020 o auxílio AME (Auxílio Municipal Emergencial), em parcelas de R\$ 150,00, visando atender principalmente às famílias na fila de espera do PBF e às famílias em situação de vulnerabilidade social que não receberam o Auxílio Emergencial. Cerca de 5 mil famílias recifenses inscritas no CadÚnico com critérios para receber o Auxílio não tiveram acesso a este. Ainda mantendo um caráter focalizador e emergencial dos agravos da pandemia, o AME foi destinado a 120 mil pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza através do CadÚnico. (PREFEITURA DO RECIFE, 2021). Por fim, em parceria com o

¹⁹ Essa ação foi realizada através da SEDH da Prefeitura do Recife nos anos de 2020, 2021 e 2022 após a doação de cestas básicas por entidades religiosas. Após um levantamento das comunidades tradicionais de terreiro realizado pelo governo municipal com o auxílio dos conselhos municipais, distribui-se mil cestas básicas por ano com o objetivo de responder aos agravos do racismo religioso na pandemia. Deve-se destacar que a ação foi realizada fora do CadÚnico.

Governo do Estado, o Governo municipal criou o Auxílio Municipal e Estadual destinado às famílias afetadas pelas chuvas no ano de 2021. O auxílio financeiro de R \$2.500,00 abarcou as famílias de baixa renda atingidas pelas chuvas em maio e junho do referido ano, mapeadas pela Defesa Civil e cadastradas no CadÚnico. Em um valor disponibilizado de aproximadamente R\$ 49 milhões, cerca de 20 mil famílias tiveram acesso ao programa emergencial. (PREFEITURA DO RECIFE, 2022).

Por conseguinte, deve-se ressaltar que a intervenção estatal, marcada em Pernambuco pelo caráter histórico oligárquico e assistencialista, na conjuntura pandêmica no Recife, ainda que visasse a minimização dos agravamentos da fome, da pobreza, da informalidade e do desemprego, por estar atrelada à impressão da focalização nas políticas sociais, não combateu o mercado de trabalho cada vez mais informal e precarizado e a pauperização dos trabalhadores recifenses. Santos, Xavier e Lopes (2022), refletem que esses processos de subfinanciamento e desfinanciamento das políticas sociais no Recife, enquanto desdobramento do Novo Regime Fiscal e da austeridade, sinalizaram a queda da participação do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) no orçamento da cidade nos últimos anos. Em decorrência, a Assistência Social, ao ser desmontada pela focalização, pelas parcerias com entidades caritativas, religiosas e privadas e pelo seu subfinanciamento e desfinanciamento, é distanciada do âmbito do direito e retorna ao âmbito da filantropia.

Dessa maneira, Ferreira e Carvalho (2022) vão refletir que no acesso universal à renda básica, que foi minimamente possível através da expansão de programas de transferência no Brasil e em Pernambuco durante a pandemia do Covid-19, evidencia-se a necessidade de sua defesa nas perspectivas de justiça, liberdade, dignidade e autonomia. Entretanto, deve-se destacar que a implementação de uma proteção social permanente, universal, regular e incondicional caminha tendencialmente na contramão da natureza da intervenção do Estado na periferia do capitalismo, pois, a barbárie que avança sobre o trabalho é expressão do esgotamento da potencialidade civilizatória do modo de produção capitalista. (NETTO, 2011).

Santos, Xavier e Lapa (2022) apontam que com a contínua apropriação/expropriação do fundo público no Brasil e no Recife pelo capital financeiro através dos mecanismos de amortização da dívida pública produziram

impactos nas despesas com a Assistência Social no município. Assim, em consequência do processo de subfinanciamento pelo município e de desfinanciamento pelo Governo Federal da Assistência Social, a intervenção estatal não concretizou a proteção social universal e permanente e interviram nas demandas dos trabalhadores durante a pandemia no âmbito da focalização e da filantropia, essa última através da articulação com entidades caritativas.

Por fim, no cenário pós-pandemia, em nível nacional e municipal, deve-se repensar as respostas estatais no asseguramento das condições dignas de vida e trabalho. A intervenção estatal, contraditória e atrelada aos interesses da ordem burguesa, no Recife e em Pernambuco, através da focalização e de ações com características filantrópicas, estiveram no sentido contrário da consolidação de políticas sociais universais e permanentes que combatessem a desigualdade e a informalidade, mas também fugiram do caráter ultraneoliberal do Governo Federal de desmonte e ofensiva sobre a Política de Assistência Social. Desse modo, a informalidade, a pobreza e o desemprego seguiram sob constante avanço na cidade do Recife e, tendencialmente, permanecerão estruturalmente enquanto mecanismo da ofensiva do capital na contemporaneidade, principalmente nas regiões mais pauperizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas reflexões objetivamos destrinchar o desemprego, a informalidade e a pobreza, no contexto da pandemia da COVID19 e as respostas do Estado frente ao agravamento da questão social. Desse modo, buscamos primordialmente depreender as categorias que cercam o trabalho e a crise capitalista na contemporaneidade.

A compreensão da lei de acumulação de capital permite identificar que a intensificação do exército industrial de reserva e o pauperismo das classes trabalhadoras são produtos dos mecanismos deste modo de produção. Evidencia-se, assim, que os fenômenos da informalidade, do desemprego e da pobreza são inerentes à ordem burguesa. No entanto, a ofensiva neoliberal com as contrarreformas do Estado somadas às mudanças no mundo do trabalho, iniciadas na década de 1970 e intensificadas com a crise de 2008, acentuaram estes fenômenos em contraste com o trabalho formal e protegido.

Ao tornarem-se um traço constitutivo da atual fase de acumulação capitalista, tais mudanças aprofundaram as consequências do modelo flexível do mundo do trabalho: a informalidade enquanto regra do mercado trabalho e o seu atrelamento ao crescimento do desemprego e à crescente pobreza, que para além de ser produto do modo de produção capitalista, é recrudescida frente condições e relações de precarização do trabalho.

Com a virada do século XXI e a consolidação do modelo flexível, agora permeado pelo uso das plataformas digitais, o mercado de trabalho passou a ter outra dinâmica, liderado pelo setor de serviços. Vive-se o que é convencionalmente chamado de "trabalho uberizado". Processo de trabalho que tem como marca a informalidade e a ausência de proteção trabalhista e social.

Nesse contexto de transformações que o mundo adentrou na crise social e sanitária do novo Coronavírus em 2020. Conforme apontamos em nossas ponderações (ver GRAF. 9 e GRAF. 10), o cenário pandêmico agravou as mudanças que já vinham ocorrendo no mundo do trabalho. O déficit mundial de empregos chegou a 144 milhões, a informalidade alcançou cerca de 61% da composição da força de trabalho mundial e aproximadamente 811 milhões de pessoas enfrentaram a fome durante a crise sanitária. (OIT, 2023).

No Brasil sob a hegemonia do capital financeiro e sob o avanço das contrarreformas que eclodiram com a entrada do neoliberalismo especialmente a

partir da década de 1990 e se intensificaram com o Golpe de 2016, as transformações do trabalho assumiram particularidades. Na conjuntura de fortalecimento dos projetos da burguesia brasileira submissa ao capital internacional, a chegada da pandemia, ao demandar respostas precisas do Estado, intensificou a crise social já posta pelos contínuos desmontes da proteção social.

Sob a investida dos Governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), esse último com forte caráter neofascista, negacionista, ultraneoliberal e antidemocrático, o Brasil assistiu um verdadeiro genocídio dos trabalhadores, principalmente entre os mais pobres e marginalizados da proteção social. A precarização estrutural do trabalho, mediante a inserção das novas modalidades de trabalho que foram intensificadas na pandemia em uma conjuntura de uberização, plataformização e desproteção social, expressou a barbárie destrutiva do capital na subordinação do país aos interesses do capitalismo financeiro. A informalidade torna-se um estado permanente ante o desemprego (AMARAL, 2021) e, conseqüentemente, à medida que os trabalhadores brasileiros tornaram-se mais informais, o desemprego se alastrou e o país voltou ao mapa da fome. Em contraste, no âmbito da desigualdade, cresceu a riqueza e o número de bilionários brasileiros.

A partir da natureza do Estado na sociabilidade capitalista, as ações do Estado brasileiro diante das demandas postas pela pandemia, na conjuntura de ideologia ultraneoliberal, conservadora e negacionista por parte do Governo Federal, centraram-se em primordialmente responder aos interesses do empresariado com a permissão da suspensão de contratos de trabalho sem o pagamento de salários durante a crise sanitária. Apenas após a luta e pressão dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, criou-se o Auxílio Emergencial que, em suas contradições e com caráter focalizado e temporário, ao longo dos anos de 2020 e 2021 caminhou na contramão do asseguramento de uma política de renda básica e permanente e do fortalecimento da Política de Assistência Social.

Assim, ainda que as primeiras parcelas do Auxílio Emergencial tenham amenizado os efeitos da crise através do asseguramento de uma renda mínima de sobrevivência aos trabalhadores informais, pobres e desempregados, ao longo da pandemia a lógica de desfinanciamento e subfinanciamento das políticas sociais ocasionaram na redução do acesso ao programa e a prorrogação do auxílio com menores parcelas. Com a extrema pobreza chegando a 8,4% da população em 2021

(IBGE, 2022), a pobreza se alastrou e o país adentrou mais intensamente no cenário de pauperização absoluta das classes trabalhadoras.

Em meio à crise social e sanitária, a classe trabalhadora viu-se empurrada a uma realidade de expropriação do acesso aos seus direitos e de ataque à Seguridade Social, principalmente entre a parcela mais pauperizada. (LOPES; SILVA, 2022, p. 121). Uma das expressões de desmonte da Seguridade Social, sob a gestão ultraneoliberal e neofascista do Governo Bolsonaro (2019-2022), foi na Política de Assistência Social, basta lembrar que o acesso ao Auxílio Emergencial foi realizado através das plataformas digitais, tanto para o cadastramento como o seu acesso pelo sistema bancário. Medidas estas que secundarizaram o SUAS, pois não levou em consideração o CADÚnico e toda a expertise das diversas categorias profissionais, especialmente a dos assistentes sociais construída ao longo de mais de duas décadas.

Em um cenário de precarização e pobreza, onde o índice de desocupação alcançou 14,4%, o número de trabalhadores informais chegou a 36 milhões e 24,1% dos brasileiros eram pobres em 2020 (IBGE, 2022), cerca de 44,8 dos pobres e 53,2% dos extremamente pobres brasileiros estavam no Nordeste em 2021 (G1, 2022). Dessa maneira, nosso estudo particularizou a cidade do Recife que desde sua formação sócio-histórica, ao possuir um forte caráter informal no seu mercado de trabalho e altos índices ao longo dos anos de pobreza e extrema pobreza em decorrência da sua inserção na divisão regional do trabalho, sofreu duras consequências na pandemia.

A cidade do Recife e o estado de Pernambuco viram-se imersos na desigualdade social e na pauperização. Verificou-se que o cenário pandêmico na cidade do Recife, capital pernambucana, atrelado à crise social e sanitária brasileira e inserido nos rebatimentos da crise contemporânea no Nordeste, foi expressão da ofensiva do capital sobre o mundo do trabalho. A partir da sua formação social, da divisão regional do trabalho e da correlação da luta de classes em Pernambuco, a cidade do Recife esteve marcada pela desigualdade social e pela pauperização de seus trabalhadores. Conforme apontamos, o Grande Recife foi a 3ª região metropolitana mais desigual do país em 2022, ficando atrás apenas de João Pessoa e Natal, ambas no Nordeste.

O avanço da informalidade e do desemprego revelaram o cenário contemporâneo de desproteção e precarização do trabalho. O trabalho informal e

desprotegido no Recife, atrelado aos mecanismos de manutenção do avanço do capitalismo financeiro e digital, advém da ofensiva do capital sobre o trabalho e a crescente barbárie social nas periferias, expressão da combinação do moderno com o arcaico. As formas pretéritas de exploração da força de trabalho são atreladas à acumulação contemporânea: mais precarização e desproteção social, mais desemprego e pobreza, por outro lado, mais novas tecnologias, mais controle do trabalho através das plataformas digitais.

Conforme apontamos, dentre as respostas dos governos municipal e estadual em Recife e Pernambuco, estão a criação de um auxílio para os trabalhadores informais, a distribuição das cestas básicas através da Assistência Social, a concessão de crédito aos MEIs, o Auxílio Municipal Emergencial e a ampliação das parcelas do PBF. A partir da do forte caráter histórico oligárquico e assistencialista do Estado em Pernambuco e em Recife e reproduzindo o emergencial e o focalizado das respostas mediante o agravamento das expressões da questão social, a insuficiência dos programas, ainda que realizados por meio da política do SUAS, no combate à desigualdade e à crescente pobreza e o recuo do Estado ante o mercado mais informal e precarizado, operou um ambiente de barbarização das vidas dos trabalhadores recifenses.

Dessa maneira, ainda que os governos do Estado de Pernambuco e da Cidade do Recife, encabeçados pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), caminharam na contramão do negacionismo do Governo Bolsonaro e visaram responder minimamente os agravos da pandemia através do SUAS, o caráter oligárquico da intervenção estatal em Pernambuco é expressão da autocracia burguesa e da combinação arcaico-moderno no capitalismo periférico. “O executivo do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.” (MARX; ENGELS, 2017, p. 24).

Assim, na conjuntura de construção de respostas estatais ante o avanço da pobreza, desemprego e informalidade fora da Assistência Social, a parceria do Estado com entidades filantrópicas para responder à extrema pauperização dos trabalhadores, nos indicaram a tendência de que, nos cenários de intensificação da crise, onde há recuo estatal há avanço da filantropia e da caridade.

Nesse contexto de barbarização da vida em 2020, as desigualdades regionais imersas no capitalismo pandêmico ocuparam um papel central no agravamento das consequências da pauperização e da precarização do trabalho. A questão social

agravou-se e tornou-se mais pulsante nas particularidades regionais do Nordeste, e do Recife. (PEREIRA, 2022). Portanto, a realidade dos trabalhadores recifenses, perpassada pela permanência da informalidade e dos serviços, pela extrema pauperização e pelo crescente desemprego, tendencialmente será mais precária, desprotegida e com ações estatais que ora avançam na construção de programas emergenciais financiados pelo Estado, ora constroem ações pontuais em parceria com entidades filantrópicas. Acentua-se o esvaziamento das potencialidades civilizatórias do capitalismo contemporâneo e do Estado burguês, principalmente nas periferias.

Colocando em xeque a ideologia neoliberal do “Estado mínimo” para as políticas sociais, o cenário pandêmico desvelou a necessidade da intervenção estatal, ainda que seja construída através de ações pontuais, efêmeras, desfinanciadas e emergenciais. A conjuntura expressou as contradições das políticas emergenciais, que já vinham sendo apontadas pelos estudos e reflexões do Serviço Social. O enfraquecimento da Política de Assistência Social, desde o nível federal ao nível municipal, é expressão da ofensiva do capital no asseguramento do movimento de acumulação às custas da precarização dos trabalhadores.

Portanto, o enfrentamento à crescente pobreza e desigualdade deve estar atrelado à defesa da Seguridade Social e à luta pelo asseguramento de acesso às condições de vida e trabalho dignamente humanas. Logo, mediante a Carta de Maceió (CFESS, 2000) que foi construída pelos Assistentes Sociais na defesa de um projeto político de construção de uma seguridade social universal e de crítica ao assistencialismo, o Serviço Social deve manter sua posição firme em defesa da proteção social e da construção de políticas universais, permanentes, financiadas e participativas, expurgando a perspectiva focalizadora e compreendendo as contradições dos programas emergenciais. A filantropia e o clientelismo devem ser rechaçados da política e das respostas às expressões da questão social.

Vale ressaltar que, diante do histórico da luta de classes no Estado de Pernambuco e da cidade do Recife e das intervenções estatais assistencialistas e oligárquicas, os movimentos sociais estão caracterizados pela luta por trabalho, moradia, renda e condições dignas de vida. O cenário recifense é marcado pela efervescência da resistência organizada das trabalhadoras e trabalhadores que reivindicam projetos políticos, societários e emancipatórios.

Em síntese, a luta por melhores condições de vida e trabalho está atrelada a construção de um projeto societário que vise a emancipação humana dos trabalhadores. Lutar contra o ultraneoliberalismo e o neofascismo, a partir da destruição das contrarreformas e do combate ao desfinanciamento das políticas sociais, é o primeiro passo para a mobilização da luta por um projeto de edificação de uma sociedade onde o livre desenvolvimento de cada trabalhador seja a condição para o livre desenvolvimento de todos. Apenas a construção de uma nova ordem social permitirá a derrocada da barbárie contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Ângela Santana. As sociabilidades necessárias ao capital: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da Covid-19. In: **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 48, p. 57-69. 2º Semestre de 2021.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? In: **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 107, 2011.

_____. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In: ANTUNES, Ricardo. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020a.

_____. **Capitalismo pandêmico**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020b.

_____; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

BRASIL é o nono país mais desigual do mundo: Nordeste vê aumento de desigualdade de rendimentos. **UOL**, 2020. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/apoio-capital/?Site_txt=site_carta&Origem_txt=materias&Formato_txt=&ctaApoie=&Versao_txt=&utm_source=site_carta&utm_medium=materias&utm_campaign=&utm_content=&utm_term=. Acesso em 16 mar. 2023.

BRASIL. **Recursos federais destinados ao combate da pandemia de Coronavírus (Covid-19)**. Portal da Transparência, Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/coronavirus?a-no=2020>. Acesso em: 22 de mar. 2023.

BRASIL. **Detalhamento do Benefício Auxílio Emergencial**. Portal da Transparência, Brasília, 2023. Disponível em: <https://portal.datransparencia.gov.br/beneficios/auxilio-emergencial?ordenarPor=nis&direcao=asc>. Acesso em: 23 de mar. 2023.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rosseti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A crise do capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Epitácio; DIAS, Edilyanne; MEDEIROS, Richelly Barbosa de; ALEXANDRE, Tainara (Org). **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público**. 1. ed. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

CASAL do Recife são primeiros casos de coronavírus em Pernambuco. **Portal Folha de Pernambuco**, Recife, 2020. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticia/amp/133219/casal-do-recife-sao-primeiros-casos-de-coronavirus-em-pernambuco/>. Acesso em 12 abr. 2023.

CFESS. **Carta de Maceió: Seguridade Social Pública é possível!**. Maceió, 2000.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise (partes 1, 2 e 3). **Esquerda online**, [s. l.], 8 jun. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-a-ultraneoliberalismo-respostas-do-capital-a-crise/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

CONSÓRCIO DO NORDESTE. **Boletim 001/21/Vigilância Socioassistencial**. Câmara Temática da Assistência Social do Consórcio Nordeste, mar.de 2021.

CREDIT SUISSE. **Global Wealth Report 2022: Leading perspectives to navigate the future**. CSRI, 2022. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>. Acesso em 08 fev. 2023.

DESIGUALDADE no Brasil cresceu (de novo) em 2020 e foi a pior em duas décadas. **CNN**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/amp/>. Acesso em 12 mar. 2023.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Duhring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Duhring. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ESTEVEES, Juliana Teixeira; CASTILHO, Larissa Ximenes. Fundo público, previdência social e seguridade social no Brasil e em Pernambuco. In: PEREIRA, Evelyne Medeiros; SANTOS, José Whellison Brito dos. (Org.). **Realidade brasileira e questão regional: cultura, renda básica e trabalho**. Recife: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE; Ed. UFPE, 2022.

FAO. **Fome aumenta no mundo e na América Latina e no Caribe pelo terceiro ano consecutivo**. Santiago de Chile: set./2018. Disponível em: <https://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1152189/#:~:text=Segundo%20O%20Estado%20da%20Segurança,a%20fome%20há%20quatro%20anos>. Acesso em 24 fev. 2023.

FERRAZ, Arthur.. Pernambuco foi 5º estado do país onde população ficou mais pobre com a pandemia, diz estudo da FGV. **Portal G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/pe/pernambuco/noticia/2023/02/14/pernambuco-foi-5o-estado-do-pais-onde-populacao-ficou-mais-pobre-com-a-pandemia-diz-estudo-da-fgv.ghtml>. Acesso em 12 abr. 2023.

FERREIRA, Leandro Teodoro; CARVALHO, Paola Loureiro. Renda básica como sentido social. In: PEREIRA, Evelynne Medeiros; SANTOS, José Whellison Brito dos. (Org.). **Realidade brasileira e questão regional: cultura, renda básica e trabalho**. Recife: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE; Ed. UFPE, 2022.

FILGUEIRAS, Luiz. A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 30, p. 21-27, 2010.

GRANEMANN, Sara; MIRANDA, Flávio. Crise econômica, crise sanitária: a Covid-19 como instrumento da acumulação?. In: **Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral**. Organizado por Letícia Batista Silva e André Vianna Dantas. Rio de Janeiro: EPSJV, p. 19-34, 2020.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira em 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em 30 jan. 2023.

_____. **Resultados pesquisa PNAD Covid-19 – 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em 30 jan. 2022.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf> Acesso em 28 fev. 2022.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua Trimestral**. SIDRA, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>. Acesso em 28 fev. 2023.

IBGE: Concentração de renda e desigualdade diminuíram com o Auxílio Emergencial. **Carta Capital**, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/ibge-concentracao-de-renda-e-desigualdade-diminuiram-com-o-auxilio-emergencial/>. Acesso em 13 abr. 2023.

IPEADATA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dados macroeconômicos e sociais**. 2023. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 26 mar. 2023.

LOPES, Robélia do Nascimento; SILVA, Vinicius Paulino da. Auxílio emergencial e pandemia no Brasil: a utilização das TICS enquanto expressão da expropriação do direito à segurança de renda. In: PEREIRA, Evelyne Medeiros; SANTOS, José Whellison Brito dos. (Org.). **Realidade brasileira e questão regional: cultura, renda básica e trabalho**. Recife: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE; Ed. UFPE, 2022.

MARANHÃO, Cézar Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete. (org.). **O Mito da assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

_____. **O Capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global de produção capitalista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.b

_____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017c.

_____; FRIEDRICH, Engels. Manifesto Comunista. In: MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels; LENIN, Vladimir Ilitch. **Manifesto Comunista; Teses de Abril**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTEI, Lauro. Francisco. Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza. **Katálisis**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 57-65. jan/abr. 2019.

_____; HEINEN, Vicente Loeblein. Balanço dos impactos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020. **Katálisis**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 43-61, jan/abr. 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Novo Caged: estatísticas mensais do emprego formal**. Brasília: 2023. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged?view=default>. Acesso em 12 mar. 2023.

MIRANDA, Ana Maria. Recife terá auxílio para comerciantes informais e catadores que trabalham no Carnaval: veja valores e regras. **UOL**, Recife, 01 de mar. de 2022. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/peernambuco/2022/03/14954091-recife-tera-auxilio-para-co-merciantes-informais-e-catadores-que-trabalham-no-carnaval-veja-valores-e-regras.html>. Acesso em 14 de abr. 2023.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020.

_____; SITCOVKY, Marcelo. Sobre a centralidade da política de assistência social brasileira no sistema de seguridade social. In: BRAGA, Iracilda Alves. (Org.) **A assistência social e o SUAS no contexto de desmonte da seguridade social brasileira**. Teresina: EDUFPI, 2021.

MOTA, Ana Elizabete. Preâmbulo. In: PEREIRA, Evelyne Medeiros; SANTOS, José Whellison Brito dos. (Org.). **Realidade brasileira e questão regional: cultura, renda básica e trabalho**. Recife: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE; Ed. UFPE, 2022.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Negro Brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NLESSO, Ana Patrícia Pires; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; MUSTAFA, Samia Machado. Desmonte da proteção social: uma análise da implementação do auxílio emergencial. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n.41, p. 219–236, jan/jun. 2021.

NEGREIROS, Taise Cristina Gomes Clementino. O uso das TICs e aprendizagem flexível: Contribuições ao debate crítico. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 41, p. 102–118, jan/jun. 2021.

_____; AMARAL, Angela Santana do. Aprendizagem flexível como o novo princípio educativo para a classe trabalhadora. **Katálisis**, Florianópolis, v.24, n. 3, p. 585-594, set./dez. 2021.

OXFAM. **Lucrando com a dor**. São Paulo, 2022a. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/lucrando-com-a-dor/>. Acesso em 22 fev. 2023.

_____. Um novo bilionário surgiu a cada 24 horas durante a pandemia, enquanto a desigualdade contribuiu para a morte de uma pessoa a cada quatro segundos. **OXFAM**, 2022b. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro-segundos/>. Acesso em 12 mar. 2023.

OIT. **Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Tendencias 2019**. Oficina Internacional del Trabajo, Ginebra: OIT, 2019

_____. Perda de empregos aumenta e quase metade da força de trabalho global corre o risco de perder os meios de subsistência. Brasília: **OIT**, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/brasil/noticias/WCMS_743197/lang-pt/index.htm. Acesso em 12 mar. 2023.

_____. À medida que a crise do emprego se agrava, OIT adverte que a recuperação do mercado de trabalho é incerta e incompleta. Brasília: **OIT**, 30 de junho de 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/brasil/noticias/WCMS_749513/lang-pt/index.htm. Acesso em 14 jan 2023.

OIT. Recuperação incerta e desigual é esperada após crise sem precedentes no mercado de trabalho. Brasília: **OIT**, 2021a. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/brasil/noticias/WCMS_767317/lang-pt/index.htm. Acesso em 12 mar. 2023.

_____. América Latina e Caribe enfrentam recuperação insuficiente do mercado de trabalho com predomínio de empregos informais. Brasília: **OIT**, 2021b. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/brasil/noticias/WCMS_819030/lang-pt/index.htm. Acesso em 24 fev. 2023.

_____. Alta informalidade é gatilho para a pobreza no trabalho na América Latina e no Caribe. Brasília: **OIT**, 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/brasil/noticias/WCMS_863701/lang-pt/index.htm. Acesso em 12 mar. 2023.

_____. **World Employment and Social Outlook**. 2023. Disponível em: <https://www.ilo.org/wesodata>. Acesso em 08 fev. 2023.

PAIVA, Beatriz Augusto de; MATTEI, Lauro. Notas sobre as políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI. IN: **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8 n.2 p. 175-194. jul/dez. 2009.

PEREIRA, Evelyne Medeiros. Existirmos - a que será que se destina? A questão regional e o Nordeste na formação social brasileira. In: SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. (org.). **Serviço Social em Pernambuco: primeiras décadas da formação e atuação profissional**. Curitiba: CRV, 2020.

_____. Apresentação. In: PEREIRA, Evelyne Medeiros; SANTOS, José Whellison Brito dos. (Org.). **Realidade brasileira e questão regional: cultura, renda básica e trabalho**. Recife: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE; Ed. UFPE, 2022.

PEREIRA DA SILVA CASSIN, Márcia. Dependência e ultraliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-golpe de 2016. **Temporalis**, Brasília, v. 22, n. 43, p. 17-33, jul/dez. 2022.

PERNAMBUCO fecha 2020 com taxa de desemprego de 16,8%, quinta maior do País. **Portal Folha de Pernambuco**, Recife, 2021. Disponível em:

<https://www.folhape.com.br/economia/peernambuco-fecha-2020-com-taxa-de-desemprego-de-168-quinta-maior-do/175773/>

PINHEIRO, Manuela Aragão. Trabalho produtivo, trabalho improdutivo e a expansão dos serviços no capitalismo contemporâneo. **Temporalis**, Brasília, v. 22, n. 44, p. 335–350, jul/dez. 2022.

PREFEITURA do Recife anuncia auxílio emergencial municipal emergencial para 30 mil famílias. **PREFEITURA DO RECIFE**, Recife, 2021. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/18/03/2021/prefeitura-do-recife-anuncia-auxilio-municipal-emergencial-para-30-mil-familias>. Acesso em 17 abr. 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. **Auxílio Municipal e Estadual**. Recife, 2022. Disponível em: <https://conectalps.recife.pe.gov.br/ame-municipal-estadual/>. Acesso em 17 abr. 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. **Boletim Epidemiológico da COVID-19 no Recife**. Recife: Secretaria de Saúde do Recife, 04 jan. 2023. Disponível em: <https://novocoronavirus.recife.pe.gov.br>. Acesso em 24 mar. 2023a.

_____. **Medidas de estímulo econômico e de proteção social**. Recife: 2023. Disponível em: <http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/estaticos/estaticos.php?nat=COV#fih>. Acesso em 27 mar. 2023b.

RAMOS, Lauro. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. Texto para discussão n.914. IPEA, nov. 2002.

ROSA, Jurema Regueira Arabyan Monteiro. O mercado de trabalho da Região Metropolitana do Recife e suas fragilidades. In: SOUZA, Maria Angela de Almeida; BITOUN, Jan. (org.). **Recife: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SALATA, Andre Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre/RS, n. 08, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br>. Acesso em 07 abr. 2023.

SANTIAGO, Carlos Eduardo Pinto; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil. In: **Nova Economia** v.7 n.2 p. 213-246.

SANTOS, José Whellison Brito dos; SAMICO, Shirley de Lima. Desigualdade, assistência social e transferência de renda no Brasil contemporâneo. In: PEREIRA, Evelyne Medeiros; SANTOS, José Whellison Brito dos. (Org.). **Realidade brasileira e questão regional: cultura, renda básica e trabalho**. Recife: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE; Ed. UFPE, 2022.

_____.; XAVIER, Louise de Oliveira; LAPA, Pedro Rafael. “O dólar vale mais do que eu”: dívida, subfinanciamento e desfinanciamento da assistência social em Recife-PE. In: PEREIRA, Evelyne Medeiros; SANTOS, José Whellison Brito dos.

(Org.). **Realidade brasileira e questão regional: cultura, renda básica e trabalho**. Recife: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE; Ed. UFPE, 2022.

SANTOS, Maria Carolina. Pandemia aumentou número de mulheres morando nas ruas no Recife. **MarcoZero**, Recife, 2022. Disponível em: <https://marcozero.org/pandemia-aumentou-numero-de-mulheres-moradoras-de-rua-no-recife/>. Acesso em 12 abr. 2023.

SDSCJ - **Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude. Medidas de estímulo econômico e proteção social tomadas pelo Governo do Estado de Pernambuco para o enfrentamento à pandemia da Covid-19**. Recife, 2020.

SEASS. Secretaria Executiva de Assistência Social. **Acompanhamento Anual da Taxa (%) Estimada da População Pernambucana em Situação de Extrema Pobreza inseridas no Cadastro Único em relação a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Recife: SIGAS, 2022.

SEMPRE - Secretária Executiva de Micro e Pequena Empresa e Empreendedorismo. **Ofício N. 109/2020**. Recife, 2020.

SILVA, Marcos Antônio; VENDRAMINI, Célia Regina. As Contrarreformas e a reprodução social na pandemia da Covid-19. **Katálisis**, Florianópolis, v. 26, n. 1. p. 77-88, jan/abr. 2023.

SILVEIRA, Daniel. Extrema pobreza bate recorde no Brasil em dois anos de pandemia, diz IBGE. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/economia/noticia/2022/12/02/extrema-pobreza-bate-recorde-no-brasil-em-dois-anos-de-pandemia-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 07 abr. 2023.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. **O Serviço Social na particularidade do Nordeste (1940-1980)**. Curitiba: CRV, 2022

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. IN: JACCOUD, Luciana. (org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

THE WORLD BANK. **Pobreza e desigualdade no Brasil: pandemia complica velhos problemas e gera novos desafios para população vulnerável**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2022/07/14/pobreza-e-desigualdad-e-no-brasil-pandemia-complica-velhos-problemas-e-gera-novos-desafios-para-populacao-vulneravel>. Acesso em 24 mar. 2023.

UNICEF. **Relatório da ONU: ano pandêmico marcado por aumento da fome no mundo**. Brasil: julho/2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-ano-pandemico-marcado-por-aumento-da-fome-no-mundo>. Acesso em 24 fev. 2023.

VARGAS, Juliano. **A informalidade no mercado de trabalho: um desafio institucional permanente para a economia brasileira**. Dissertação (Mestrado em Economia). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.